

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

A relevância do Pacífico Sul na resposta da China ao
containment norte-americano

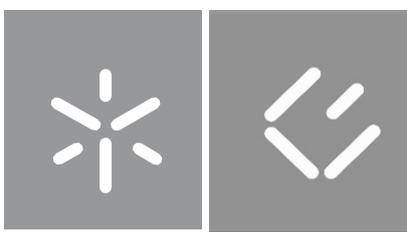
Diogo Filipe Pereira da Silva

Diogo Filipe Pereira da Silva

A Relevância do Pacífico Sul na Resposta da
China ao *Containment* Norte-americano

UMinho | 2023

outubro de 2023



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Diogo Filipe Pereira da Silva

A Relevância do Pacífico Sul na Resposta da
China ao *Containment* Norte-americano

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação de
Professora Doutora Laura C. Ferreira-Pereira
Professor Doutor Paulo Afonso B. Duarte

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Com a entrega desta dissertação, finda aqui não só a minha vida académica, como também a minha vida como estudante. Foram 17 anos a querer aprender mais e a querer compreender o mundo que me rodeia. Deste modo, tal curiosidade materializou-se na elaboração desta dissertação que incide sobre um tema que se encontra em crescimento e que, apesar de se ter revelado difícil, trabalhoso, esgotante e stressante, fico contente por o ter escolhido.

À minha família,

Aos mais chegados,

Aos meus colegas do Mestrado,

Aos meus (ex-)colegas de trabalho,

E a quem, por razões da vida, tenha seguido diferentes rumos,

Obrigado.

Um importante agradecimento à Professora Maria Adele Carrai, ao Professor Robert Sutter e ao Professor Luís Tomé pelas entrevistas que me concederam no âmbito da presente dissertação.

Não posso continuar sem agradecer de forma especial aos meus professores e orientadores. Agradeço ao Professor Dr. Paulo Duarte pela sua disponibilidade imediata em ser meu orientador, pela paciência demonstrada, pelo acompanhamento constante ao longo deste projeto e por contribuir para o aumento do meu interesse pela China. Agradeço à Professora Dra. Laura Ferreira-Pereira por ter aceitado ser minha orientadora, mas, acima de tudo, por ter tido o interesse dos estudantes no topo das suas prioridades e por ter feito o que estava ao seu alcance para nos proporcionar um final académico mais confortável. Obrigado a ambos pelo acompanhamento que proporcionaram ao longo destes dois anos de Mestrado.

Apesar de este projeto fechar uma porta, também é o início de uma nova etapa na minha vida.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A relevância do Pacífico Sul na resposta da China ao *containment* norte-americano

Resumo

A competição sino-americana e o inerente *containment* imposto pelos EUA à China encontram-se exacerbados. O outrora esquecido Pacífico Sul é hoje palco de uma corrida pela obtenção de vantagens geoestratégicas por parte destas potências, encontrando-se, deste modo, imbuído pelo dilema de segurança. Assim, a presente investigação procura compreender, desde a tomada de posse de Xi Jinping até ao exercício militar realizado em torno de Taiwan, em agosto de 2023, qual a relevância que o Pacífico Sul possui na resposta da China ao *containment* norte-americano desde 2013. Tais desenvolvimentos são estudados à luz do realismo defensivo, visto que as posturas dos intervenientes revelam não só prudência, como também uma apreensão excecional, no que concerne à proteção da sua segurança. Porém, procuramos enquadrar a lente concetual no panorama atual, ou seja, ir mais além do tradicional enfoque no domínio militar. Quanto à metodologia, a análise segue uma abordagem qualitativa, não descurando o auxílio esporádico de dados estatísticos e do método comparativo no tempo, e insere-se na categorias de estudo de caso e de *Theory-Confirming*. No que concerne aos resultados, a presente investigação conclui que o Pacífico Sul se afigura numa região vital para as ambições da China e dos EUA e para a concomitante mitigação ou fortalecimento do *containment*, respetivamente. Constatamos, além disso, que Pequim perceciona o Pacífico Sul como suscetível de ampliar a projeção naval chinesa, enquanto Washington o percebe como um espaço capaz de travar o expansionismo chinês.

Palavras-Chave: *Containment*; Estados Unidos da América; Pacífico Sul; Realismo defensivo; República Popular da China

The relevance of the South Pacific in China's response to US containment

Abstract

The Sino-American competition and the inherent containment imposed by the US on China are exacerbated. The once forgotten South Pacific is now the stage for a race to obtain geostrategic advantages by these powers and is thus imbued by the security dilemma. Therefore, this research seeks to understand, since Xi Jinping took office until the latest military exercise held around Taiwan in August 2023 which relevance has the South Pacific in China's response to US containment since 2013. These developments are analysed in accordance with defensive realism, since the postures of the parties involved reveal not only a cautious stance, but also exceptional apprehension when it comes to protecting their national security. However, we aim to frame the conceptual lens in the current panorama and to go beyond the traditional focus on the military domain. Regarding methodology, the analysis follows a qualitative approach, not neglecting the sporadic aid of statistical data and the comparative method over time and is framed in the case study and Theory-Confirming categories. As far as the results are concerned, this research concludes that the South Pacific has become a vital region for the Chinese and American ambitions and for the concomitant mitigation or strengthening of containment, respectively. We believe that Beijing perceives the South Pacific as being capable of expanding China's naval projection, while Washington perceives it as a space capable of curbing Chinese expansionism.

Keywords: Containment; Defensive realism; People's Republic of China; South Pacific; United States of America

Índice

Introdução	1
Descrição e Delimitação do Tema	1
Revisão da Literatura	3
Metodologia de Investigação	6
Quadro teórico.....	7
Estrutura da dissertação	9
1. O <i>containment</i> americano da China na Ásia-Pacífico	10
1.1. Administração de Donald Trump	10
1.2. Administração de Joe Biden	13
1.3. A vertente realista das administrações norte-americanas.....	18
2. A política externa chinesa na era Xi Jinping	23
2.1. A nova política externa chinesa.....	23
2.2. A Faixa e Rota Chinesa.....	26
2.3. Colar de Pérolas	27
2.4. A modernização das forças armadas chinesas.....	29
2.5. A militarização do Oceano	32
3. A resposta chinesa face ao <i>containment</i>: a relevância do Pacífico Sul	37
3.1. O Pacífico Sul na resposta da China ao <i>containment</i>	37
3.1.1. A aproximação entre a China e os PICs	39
3.1.2. A inserção do Pacífico Sul no desenvolvimento militar chinês	41
3.2. As parcerias chinesas nas Ilhas Salomão e em Kiribati	43
3.3. O Pacífico Sul na questão de Taiwan	45
Conclusão	49
Referências Bibliográficas	54
Fontes primárias.....	54
Fontes Secundárias	65
Entrevistas	73
Entrevista 1	73
Entrevista 2	75
Entrevista 3	80
Figuras	95

Índice de Figuras

Figura 1 - A geografia das Ilhas do Pacífico e a sua inserção nas cadeias de ilhas.....	95
Figura 2 - As duas rotas iniciais da FRC	96
Figura 3 - Membros fundadores do BAII	97
Figura 4 - A conceção de novas cadeias de ilhas	98
Figura 5 - Valor dos sucessivos Orçamentos para a Defesa chineses desde 2013	99
Figura 6 - Comparação entre os tamanhos das marinhas de guerra chinesa e norte-americana	100
Figura 7 - O tipo e a quantidade de submarinos das maiores marinhas de guerra a nível mundial....	101
Figura 8 - O tipo e a quantidade de embarcações de superfície das maiores marinhas de guerra a nível mundial.....	102
Figura 9 - Relevância do acesso às águas do Pacífico Sul	103

Lista de Abreviaturas

AUKUS	<i>Australia (AU), United Kingdom (UK), and United States (US)</i>
BAII	Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
CCMC	<i>Communist Chinese Military Companies</i>
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
FRC	Faixa e Rota Chinesa
GPS	<i>Global Positioning System</i>
LCMs	Linhas de Comunicação Marítimas
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
PICs	Países Insulares do Pacífico
PMD	Proteção dos Mares Distantes
PMP	Proteção dos Mares Próximos
QUAD	<i>Quadrilateral Security Dialogue</i>
RPC	República Popular da China
SI	Sistema Internacional

Introdução

Descrição e Delimitação do Tema

O crescente poder da China é acompanhado por uma mudança nas suas políticas externa e de segurança, em virtude da alteração da percepção que os membros do Partido Comunista Chinês (PCC), incluindo Xi Jinping, possuem face ao ambiente internacional (Zhao, 2020). Para lidar com os desafios de uma nova ordem, Pequim necessita de estabilizar o plano regional e, simultaneamente, de acompanhar as tendências de desenvolvimento a nível mundial. Para o efeito, importa à China avaliar a eficiência das suas forças armadas, delinear os seus interesses estratégicos nacionais e definir as principais ameaças à sua segurança (Xiao, 2016). À medida que os interesses nacionais chineses se externalizam, as questões geopolíticas, económicas e de segurança tendem a tornar-se temas centrais para o PCC. Tal acarreta que a linha que separa as suas seguranças nacional e internacional tenda a tornar-se cada vez mais ténue (ibidem).

Face ao acima exposto, o Pacífico Sul, ainda que relativamente distante, é tido como um laboratório suscetível de permitir às várias potências o desenvolvimento e a projeção das suas forças armadas (Duarte, 2016). Além disso, é uma região adequada para o desenvolvimento militar chinês, visto que Pequim procura ampliar e melhorar a sua marinha de guerra, dotando-a de um grau de sofisticação que lhe permita operar em águas cada vez mais distantes, chegando, assim, ao objetivo de criar uma *blue water navy* (ibidem).

Embora exista alguma bibliografia sobre o tema, não existe, contudo, consenso no debate académico acerca da relevância do Pacífico Sul na resposta chinesa ao *containment* norte-americano. Não obstante, os últimos desenvolvimentos na região têm contribuído para uma maior compreensão acerca das intenções chinesas. A este respeito, merecem especial destaque a rivalidade diplomática entre Pequim e Taipé - que se traduz na tentativa chinesa de isolar diplomaticamente Taiwan (Sutter, 2023, Entrevista pessoal) - bem como os interesses económicos e geoestratégicos da China inerentes ao seu rejuvenescimento (Yang, 2009; Lei e Sui, 2021). Efetivamente, as relações diplomáticas e económicas China-Paises Insulares do Pacífico (PICs) verificaram avanços substanciais na última década (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2022c). Concomitantemente a tal aproximação, a importância geopolítica da região tende a sair reforçada nos anos vindouros. Com efeito, a China sabe que pode ocupar um lugar de destaque numa região que acusa um vazio de influência por parte de outras potências regionais e extrarregionais (Duarte, 2016), beneficiando, deste modo, a modernização da sua máquina

de guerra, nomeadamente a *blue water navy* (em desenvolvimento), e a proteção das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), essenciais para a economia chinesa (ibidem).

A China afirma ser vítima de uma prolongada contenção (*containment*) liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) (South China Morning Post, 2023a) e reforçada pelo anel de alianças que os norte-americanos possuem com Estados como o Japão, as Filipinas e a Austrália (Fraenkel e Smith, 2022). Tal materializou-se no conceito de cadeia de ilhas ainda hoje utilizado nos manuais navais chineses e norte-americanos (Erickson e Wuthnow 2016). Efetivamente, a criação de ‘quasi-alianças’ contra a China, como o QUAD¹ e o AUKUS² (Tomé, 2022), percebidas por Pequim como sendo contra a China no seu *near abroad*, tem favorecido a redução do espaço de desenvolvimento estratégico chinês (Xiao, 2016).

Face ao exposto, a presente dissertação procura responder à seguinte pergunta de investigação: Qual a relevância do Pacífico Sul na resposta da China ao *containment* norte-americano desde 2013?? No que respeita à delimitação espacial, esta dissertação adota os critérios de demarcação do Pacífico Sul enunciados por Schofield (2010) e por Costa e Sharp (2011). Neste sentido, considerar-se-á como Pacífico Sul uma área de 550 000 km², onde se localizam “os Estados Insulares do Pacífico que abrangem 25 países e territórios espalhados por mais de 25.000 ilhas e ilhéus do Oceano Pacífico Ocidental e Central” (Costa e Sharp 2011, p.2). Estas ilhas podem ser culturalmente agrupadas em três regiões: Micronésia, Polinésia e Melanésia (Figura 1). Efetivamente, os PICs compreendem 12 Estados independentes localizados no Oceano Pacífico Central e Ocidental: Estados Federados da Micronésia, Kiribati, Ilhas Fiji, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Tonga, Tuvalu e Vanuatu. Além disso, os territórios das Ilhas Cook, Niue e Tokelau estão dependentes da Nova Zelândia, em matéria de defesa e de política externa. Acrescente-se que existem outras ilhas dependentes ou em livre associação com potências extrarregionais, como é o caso de Guam, das Ilhas Marianas do Norte e da Samoa Americana, relativamente aos EUA (Schofield, 2010).

Por sua vez, quanto à delimitação temporal, esta compreende o período entre 15 de março de 2013 e 19 de agosto de 2023. Com efeito, a chegada de Xi Jinping ao poder em 2013 trouxe mudanças às estratégias de política externa e de defesa chinesas, revelando, simultaneamente, um distanciamento face aos seus antecessores (Lam, 2015). Assim, tal reorientação estratégica materializa-se num desenvolvimento pacífico chinês que, em momento algum, renuncia aos seus direitos legítimos ou sacrifica o interesse nacional (Xiao, 2016). Com a chegada de Xi Jinping, a questão do poder militar

¹ São membros do *Quadrilateral Security Dialogue* a Austrália, a Índia, o Japão e os EUA.

² O acrónimo AUKUS representa as siglas de cada um dos seus membros: *Australia* (AU), *United Kingdom* (UK) e *United States* (US).

deixou de ser marginalizada, como fora com os anteriores presidentes chineses, passando a ocupar, ao invés, um papel gradualmente mais relevante na busca pela afirmação chinesa no SI (Lam, 2015). A 19 de agosto de 2023, a China realizou um conjunto de exercícios militares em volta de Taiwan (BBC News, 2023b). Este acontecimento demonstra não só a posição assertiva de Xi Jinping face a Washington e a Taipé, como também o intuito em resolver o conflito com os taiwaneses e unificar a China durante o seu mandato (Tomé, 2023, Entrevista pessoal).

Com efeito, o Pacífico Sul tem potencial para se converter num espaço de competição sino-americana na busca de ambos por aliados, bem como por vantagem geoestratégica (Lei e Sui, 2021). Acrescente-se que a preocupação não só dos EUA e dos seus aliados, como também dos PICs face aos desenvolvimentos que envolvem o interesse da China no Pacífico Sul reforça, pois, a mais-valia e atualidade da presente investigação.

Revisão da Literatura

Perante o potencial acima exposto sobre a temática em análise, a literatura académica referente ao Pacífico Sul continua, não obstante, a ser escassa (Chen, 2019) e de difícil acesso. Este último aspeto relaciona-se com o facto de os links de alguns documentos de origem chinesa, nomeadamente notícias e comunicados governamentais, embora referidos em literatura conceituada, não estão, por vezes, acessíveis. Em virtude destas considerações, a presente dissertação procura adotar uma postura o mais neutra possível, contribuindo, desta forma, para o aumento do conhecimento e conseqüente expansão da parca literatura existente, visando, assim, colmatar esta lacuna.

Os PICs constituem uma das regiões que menos cobertura mediática tem beneficiado, comparativamente a outras partes do globo (Duarte, 2017). Esta tendência é acompanhada por uma parca literatura académica, o que não obsta, contudo, a que esta seja de qualidade (Yang, 2009, 2011; Zhang, 2021; Lei e Sui, 2021). Com efeito, um dos autores pioneiros a abordar a temática em análise foi Yang (2009, 2011), que procurou estudar o aumento do interesse chinês na região a partir dos anos 2000. Para o autor, a atuação da China no Pacífico Sul é reflexo da nova política externa chinesa (2011). O investigador reitera que, contrariamente ao envolvimento chinês noutras partes do mundo, a sua ação no Pacífico Sul é, em grande parte, explicada pela questão de Taiwan e da unificação chinesa, pelas relações com as potências regionais e globais, bem como pela tentativa de combater nos Estados

regionais a percepção da China como ameaça (ibidem)³. Nesta ótica, Zhang (2021) tem aprofundado o interesse da China na região, focando-se na ligação entre a política externa chinesa e a importância dos PICs, servindo-se, para tal, de dados estatísticos relativos à evolução económica e humanitária anuais (ibidem). Mais recentemente, Lei e Sui (2021) e Banerji (2022) analisaram a crescente relevância da região para o desenvolvimento chinês, por intermédio da Faixa e Rota Chinesa (FRC), e para a resposta chinesa na resposta ao *containment* imposto pelos EUA, nomeadamente a nível do desenvolvimento militar. No entanto, os autores dedicaram-se a realizar uma análise mais descritiva e breve, sem aplicar modelos teóricos concretos, algo que pretendemos enriquecer através da nossa investigação.

Denominado como um outrora mero conjunto de ilhas por Pan e Clarke (2022), a expansão da competição sino-americana para o Pacífico Sul trouxe consigo um aumento gradual do interesse da literatura das Relações Internacionais para a região (ibidem). No entanto, os autores acreditam que a escassa literatura incidente sobre o Pacífico Sul continua a estudar a região sobre pontos de vista ocidentalizados, descurando, assim, perspetivas não-ocidentais, mas que se revelam igualmente relevantes para um melhor entendimento da região. Apesar de o ponto de vista dos EUA ser importante para compreendermos parte da relevância que o Pacífico Sul adquiriu na última década, tal não impede que dediquemos uma maior atenção ao ponto de vista chinês. Deste modo, procuramos colmatar

Por sua vez, o Pacífico Sul não é dissociável da concretização do Sonho Chinês. Segundo Rutkowska e Adamczyk (2017), apesar de a comunidade internacional se referir aos recentes desenvolvimentos domésticos e internacionais associados à China como *The rise of China*, os chineses percebem-nos, ao invés, como parte do caminho para o rejuvenescimento do país. Efetivamente, a percepção assertiva chinesa de que importa construir um exército forte que garanta a defesa da soberania e que espelhe a grandeza do país tornou-se num objetivo essencial que a China quer atingir (ibidem; Mastro, 2021). Tal investimento nas suas forças armadas é suscetível de permitir à China alcançar as suas ambições regionais, nomeadamente no Pacífico Sul (Duarte, 2016).

No que concerne ao ponto de vista chinês, Mastro (2014, 2016 e 2021) destaca-se pela profundidade e neutralidade das suas investigações, assentes no acesso a fontes chinesas. Tal proporciona à literatura uma visão menos conhecida, mas não menos importante, da postura chinesa após a chegada de Xi Jinping ao poder. Por outro lado, o estudo de Mastro (que retomaremos mais à frente) expõe ao leitor os receios e consequentes estratégias adotadas pela China para os mitigar.

³ Tais premissas de Yang foram depois corroboradas e complementadas por investigações posteriores. Apesar da sua relevância no estudo do Pacífico Sul, optamos por nos debruçar sobre estudos mais recentes.

Relativamente ao desenvolvimento naval chinês, Martinson (2019) estudou a expansão da marinha de guerra chinesa para o Atlântico Sul, mais concretamente a capacidade que esta região proporciona à Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) no alívio do *containment* exercido nas águas costeiras chinesas. Efetivamente, o autor defende que o Atlântico Sul permite dotar a China, além de uma estratégia defensiva, de uma capacidade de expansão do seu teatro de operações para locais cada vez mais distantes do território chinês. Embora as ideias de Martinson (2019) se foquem apenas no Atlântico Sul, consideramos que, no âmbito desta dissertação, também o Pacífico Sul é suscetível de proporcionar uma estratégia complementar (de natureza mais ofensiva) à estratégia defensiva operada pela China com vista à mitigação do *containment*.

Face ao exposto, o *containment* da China não pode ser dissociado das cadeias de ilhas (Kaplan, 2010; VornDick, 2018; Grossman, 2020). Por um lado, Kaplan (2010) e Grossman (2020) abordam esta questão através do prisma norte-americano, dado que estudam a relevância que estes conjuntos de bases militares possuem na manutenção do poderio dos EUA no Pacífico. No entanto, tendo em conta os desenvolvimentos do Colar de Pérolas no Oceano Índico, VornDick (2018) observa que este mecanismo geoestratégico pode ser visto como um conjunto de vitórias a favor de Pequim. Efetivamente, o autor acredita que a modernização da PLAN e a crescente importância do panorama no Indo-Pacífico obriga a que as cadeias de ilhas sejam atualizadas e que, acima de tudo, reflitam os objetivos estratégicos que a China adquiriu ao longo da última década. De facto, podemos (e devemos) aplicar esta estratégia no Pacífico Sul e verificar qual a relevância que a região possui para os EUA, no fortalecimento das cadeias de ilhas, e, para a China, na mitigação da robustez que as mesmas auferem ao *containment*.

Por sua vez, Fu (2021) reitera que o reconhecimento da China como o maior competidor na esfera internacional demonstra a necessidade de Washington em dar continuidade à postura crítica de Donald Trump face a Pequim que, tal como Xinbo (2022) defende, foi exacerbada pela Administração Biden. Aliás, Xinbo (2022) preconiza que Joe Biden, ao combinar elementos da política externa de Donald Trump com a revitalização das alianças no Pacífico, fortaleceu o *containment* da China. No entanto, um ponto fulcral, mas não abordado na literatura à qual tivemos acesso, é o combate ao *imperial overstretch* preconizado por Paul Kennedy (1987). De facto, tal conceito, em conjunto com o realismo defensivo, é passível de proporcionar uma reflexão diferente sobre a postura que os EUA têm vindo a adotar, em especial nas Administrações Trump e Biden.

Metodologia de Investigação

Através desta investigação, procuramos expor e compreender como as perceções dos líderes governamentais têm vindo a moldar o *containment* e, conseqüentemente, a conjuntura na região. Assim, a presente investigação insere-se na categoria de estudo de caso, visto que focar-se-á numa identificação e análise dos contornos subjacentes à evolução do *containment* e à inserção do Pacífico Sul no mesmo. No que concerne à tipologia de Lijphart (1971), a investigação insere-se na categoria de *Theory-Confirming*, visto que pretende unir os pontos de vista chinês e norte-americano e a relevância do Pacífico Sul com a lente concetual. Além disso, a pesquisa também recorre ao método comparativo no tempo (Morlino, 2018), dado que uma análise das diferenças e semelhanças entre as Administrações Trump e Biden elucidam-nos sobre a postura que os EUA têm adotado para a manutenção da sua hegemonia.

Com efeito, no que concerne à utilização de fontes primárias, recorrer-se-á ao estudo de documentos oficiais como discursos, acordos ou estratégias e anúncios dos governos da República Popular da China (RPC) e dos EUA. No que concerne ao ponto de vista dos PICs, utilizaremos artigos provenientes da agência noticiosa fijiana *Islands Business*. Ainda como fontes primárias, saliente-se o uso de notícias e de estatísticas, dados e relatórios divulgados por instituições, como o Banco Mundial e o Lowy Institute. Do mesmo modo, afigura-se vital o uso de fontes secundárias, como livros, capítulos de livros e artigos científicos e de opinião.

De forma a complementar estas fontes, entrevistámos três investigadores da área das Relações Internacionais. Assim, realizámos uma entrevista escrita com Maria Adele Carrai, Professora Assistente de Estudos Globais sobre a China na NYU Shanghai, a 25 de maio de 2023. Posteriormente, conduzimos duas entrevistas através da plataforma *Zoom*. A 11 de julho de 2023, entrevistámos Robert Sutter, Professor de Prática de Assuntos Internacionais na Elliott School da Universidade George Washington e conselheiro especial do reitor para a divulgação estratégica. Por sua vez, a 14 de julho de 2023, entrevistámos Luís Tomé, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, instituição onde também é Diretor do Departamento de Relações Internacionais e da sua unidade de investigação *OBSERVARE*. Relativamente à escolha destes investigadores, consideramos que as especializações de cada um complementam-se entre si e contribuem para uma melhor compreensão da temática em análise. Efetivamente, a complexa situação que se verifica na Ásia-Pacífico, um dos focos de investigação de Luís Tomé, não pode ser dissociada da atenção (ou da falta da mesma) direcionada à região por parte dos EUA, na qual Robert Sutter teve em contacto direto, graças à sua carreira governamental (1968-2001) focada no Pacífico. Tal avaliação não pode descurar a visão de Maria Adele Carrai relativamente à gradual mudança de poder que o trajeto chinês tem originado no SI.

Quadro teórico

No que concerne à lente concetual, considera-se que a vertente do realismo defensivo, proveniente do neorealismo, se afigura a mais adequada para a análise do fenómeno descrito, visto que proporciona uma interpretação distinta da do realismo clássico (Lobell, 2010). Neste sentido, o neorealismo ignora a importância que o realismo dá à natureza humana, focando-se, ao invés, nos obstáculos que o SI impõe aos Estados, no que concerne à sua busca pela sobrevivência (Waltz, 1988). Apesar de os Estados serem vistos, em teoria, como atores semelhantes, a capacidade militar que cada um possui dita, na prática, a sua relevância na conjuntura internacional (Waltz, 1988, 1990).

Partindo destes princípios basilares do neorealismo, surge o realismo defensivo que, contrariamente ao realismo ofensivo, acreditamos servir melhor os propósitos da análise. A vertente defensiva argumenta que a estrutura anárquica do SI incentiva os Estados a manter políticas pautadas pelo *low-profile*, com vista a garantir a sua segurança. Já o realismo ofensivo defende, por sua vez, que os Estados devem procurar a maximização de poder, à custa de Estados rivais (Lobell, 2010). Acrescenta-se que o realismo ofensivo alega que a cooperação e confiança entre os Estados é diminuta, enquanto os realistas defensivos afirmam que os Estados mais fracos tenderão a cooperar entre si, de modo a contrabalançar o poder do Estado mais poderoso (Waltz, 1979). Por um lado, a China tem procurado forjar alianças/parcerias com Estados mais pobres, o que lhe proporciona uma alternativa à confrontação direta face aos EUA ou algum dos seus aliados regionais (The Strategist, 2022). Por outro lado, os EUA têm vindo a reforçar as alianças já existentes, de modo a fazer face ao crescente poderio chinês na Ásia-Pacífico que tem preocupado Washington (The White House, 2022a).

Por conseguinte, consideramos que a postura mais cautelosa apresentada pelo realismo defensivo - face à posição agressiva do realismo ofensivo - retrata melhor as ações que têm vindo a ser desenvolvidas no *containment*. Na verdade, a lente concetual percebe a manutenção do *status quo* de um Estado como um dos objetivos mais importantes para a sua sobrevivência (Lobell, 2010), com as capacidades nuclear e tecnológica de certos Estados a constituírem um dos mais importantes fatores de dissuasão (Van Evera, 1999). Contudo, o realismo defensivo também reconhece que podem existir incentivos à expansão do Estado, resultantes, por exemplo, do dilema de segurança e das crenças e percepções das elites políticas (ibidem).

Paradoxalmente, para os realistas defensivos, o conflito nem sempre é de excluir. Um confronto pode surgir quando o Estado sente que a sua segurança está ameaçada, decidindo, por isso, atacar outro (Waltz, 1979; Lobell, 2010). No caso da China, verifica-se que a mesma se sente perturbada pela rede de aliados que os EUA possuem na Ásia-Pacífico (Fraenkel e Smith, 2022). Tal encontra-se patente

na importância que a mesma concede à defesa ativa enquanto expoente do pensamento estratégico-militar do PCC, como atesta a retórica oficial chinesa: "Não atacaremos a menos que sejamos atacados" (The State Council Information Office of the PRC, 2015, p. 7). Por sua vez, o AUKUS constitui uma resposta ao crescente poder militar que a China tem vindo a desenvolver, visto que os Estados que integram este acordo sentem-se ameaçados pela contínua militarização do oceano levada a cabo por Pequim (Tomé, 2022). Assim, verificamos que as ações defensivas de alguns Estados podem parecer perigosas para outros, levando a que estes, por sua vez, também tomem medidas defensivas (Lobell, 2010). No entanto, segundo Jervis (1999), tal situação não resvala para um confronto direto, prolongando-se, sim, no tempo como uma espiral que não traz consigo objetivos hostis. Este fenómeno, geralmente conhecido como dilema de segurança, encontra-se presente no Pacífico Sul, constituindo, assim, uma das razões que nos levou a optar pelo realismo defensivo, ao invés do ofensivo, já que este último não se debruça sobre tal fenómeno.

Não obstante a relevância que o domínio militar possui na escola realista, o realismo defensivo também incorpora uma vertente mais generalizada no que concerne à segurança nacional em vários domínios. Segundo Glaser (1994/5), os *security-seeking states*, tal como o nome indica, procuram alcançar um nível satisfatório de segurança para a sua sobrevivência, sendo que, para tal se suceda, necessitam de assegurar a sua segurança em vários domínios. Por um lado, estes Estados conseguem, através da limitação das suas capacidades ofensivas, transmitir a outros Estados que as suas intenções são puramente benignas. Para que tal ocorra, o *security-seeking state* pode, nomeadamente, controlar o desenvolvimento do seu armamento ofensivo, evitar tomar uma postura agressiva, ou investir unicamente na sua defesa (ibidem). Por outro lado, segundo Jervis (1978, 1985), uma partilha de ganhos com outros Estados torna suscetível uma transmissão mais eficaz das intenções benignas a terceiros. Nos casos da China e dos EUA, por via da FRC e da Parceria EUA-Pacífico⁴, respetivamente, constata-se que ambas as potências procuram garantir o seu bem-estar em domínios como o económico, diplomático e tecnológico. Deste modo, pretendemos alargar o campo de análise do realismo defensivo, refletindo melhor a conjuntura da atualidade.

⁴ Estas duas iniciativas são apenas dois exemplos da postura que as potências têm vindo adotar na Ásia-Pacífico.

Estrutura da dissertação

Para alcançar os objetivos supramencionados, a presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma. No primeiro capítulo, contextualizaremos e analisaremos o *containment* exercido pelas Administrações de Donald Trump e de Joe Biden face à China, conferindo particular atenção à guerra comercial e a iniciativas geoestratégicas levadas a cabo por Washington.

Posteriormente, no segundo capítulo, analisaremos o panorama internacional na era Xi Jinping e destacaremos os contornos da nova diplomacia chinesa assentes na FRC e no inerente Colar de Pérolas. De seguida abordaremos o investimento chinês na defesa e a consequente modernização das forças armadas chinesas.

No terceiro capítulo, revisitaremos as origens dos interesses da presença chinesa no Pacífico Sul, identificando os contornos diplomáticos/humanitários, económicos e militares que lhe são subjacentes e estaremos, assim, em condições de analisar o papel e a relevância do Pacífico Sul na resposta da China ao dito *containment*. Na conclusão, procuraremos responder à questão de partida face até ao então analisado.

1. O *containment* americano da China na Ásia-Pacífico

O célere crescimento da China a nível económico e militar e o caminho que esta percorre ao estatuto de superpotência no século XXI são uma das principais ameaças aos EUA (Teixeira, 2019). De facto, os especialistas entrevistados (Carrai, Sutter e Tomé) partilham da mesma opinião que Teixeira (2019), acrescentando que é imperativo que os EUA se adaptem ao rejuvenescimento chinês, senão correm o risco de perder a sua influência não só na região, como no mundo. Apercebendo-se da situação existente no Pacífico, as sucessivas administrações norte-americanas têm vindo a tomar medidas com vista ao fortalecimento do *containment* que visa mitigar o desenvolvimento militar chinês, negligenciando, no entanto, a região do Pacífico Sul (Teixeira, 2019; Sutter, 2023, Entrevista pessoal).

Desde 2013, os EUA tiveram três presidentes: Barack Obama (2009-2017), Donald Trump (2017-2021) e Joe Biden (2021- até à escrita desta dissertação). Deste modo, este capítulo focar-se-á na análise comparativa (Morlino, 2018) da política externa atinente ao *containment* da China exercido pelas Administração Trump e Biden⁵. Nas últimas décadas, a Ásia-Pacífico tem vindo a captar gradualmente uma maior atenção por parte dos *media*, dos académicos e dos políticos. Este interesse cada vez mais evidente pela região deve-se à crescente importância que a mesma possui na política mundial (Kolmaš e Kolmasova, 2019) e à evolução da perceção norte-americana sobre o Pacífico Sul.

1.1. Administração de Donald Trump

A política de Donald Trump teve como base a ideologia *America First* (Trump, 2016; Anton, 2019) que se resumia essencialmente em tornar os EUA mais seguros e prósperos, como consta no lema *Make America Great Again* (Anton, 2019). De facto, a materialização da máxima de Trump traduzir-se-ia na recuperação e manutenção da *Pax Americana* (ibidem; Kim, 2022). Durante a campanha eleitoral, Donald Trump defendeu uma alteração da postura de Washington perante Pequim, chegando mesmo a considerar a China como inimiga dos EUA (Trump, 2016). O então candidato à Presidência dos EUA afirmou que “Os EUA não podem continuar a permitir que a China viole o nosso país (...)” (CNN, 2017, 00:10). Notoriamente, esta linha de pensamento afigurar-se-ia crucial para o desenvolvimento das relações sino-americanas durante o mandato da Administração Trump que se inteirou da importância fulcral que a Ásia-Pacífico possuía para a segurança dos EUA (Zongyou e Yunhan, 2022).

⁵ Ao analisarmos as medidas tomadas por Barack Obama e Joe Biden durante as suas presidências e não descurando quer o tema em análise, quer o facto de Joe Biden ter sido vice-presidente de Barack Obama, consideramos oportuno debruçarmos apenas sobre as decisões tomadas pela Administração Biden.

Após longos anos de déficit comercial com a China, a Administração Trump acreditava que as relações económicas sino-americanas necessitavam de ser alteradas (CNN, 2018). Em primeiro lugar, o déficit comercial atingira, em 2017, o valor mais alto de sempre, com uma perda para a balança comercial dos EUA em aproximadamente \$375 mil milhões (Statista, 2023). Em segundo lugar, Donald Trump afirmara que os norte-americanos estavam a ser vítimas de roubo de propriedade intelectual na ordem dos \$300 mil milhões anualmente (CNN, 2018; Smith, 2018)⁶. De facto, tal desvantagem comercial dos EUA para com a China beneficiava não só a economia chinesa, bem como o desenvolvimento das suas forças armadas, tal como explanamos na secção 2.5.

Dito isto, Donald Trump iniciou, em março de 2018, o que viria a ser conhecida como a guerra comercial entre os EUA e a China (CNN, 2018; Arežina, 2019). Inicialmente, os EUA decidiram impor tarifas no valor de \$50 mil milhões às importações vindas da China. Contudo, Pequim retaliou e impôs tarifas semelhantes aos produtos norte-americanos a rondar os \$34 mil milhões (Arežina, 2019). Daqui resultou uma escalada de retaliações por ambas as partes que evoluiu para a guerra comercial, um confronto direto que se mantém até hoje, e que ditou a degradação das relações sino-americanas até ao fim do mandato de Trump (Solsman, 2021).

Sublinhe-se que além da imposição de tarifas aos produtos chineses, Trump também decidiu punir mais diretamente o setor tecnológico chinês, nomeadamente as áreas das telecomunicações e do aeroespacial, fulcrais para a economia e para as forças armadas chinesas (Mochinaga, 2020; Fu, 2021). Através do estabelecimento da *Communist Chinese Military Companies* (CCMC), uma lista que incluía vários indivíduos e empresas⁷ acusados por Washington de auxiliar o desenvolvimento das forças armadas chinesas, Donald Trump pretendia, por um lado, diminuir o financiamento das mesmas (Kilcrease & Frazer, 2023). Por outro lado, o então Presidente norte-americano visava impedir a transferência de tecnologia dos EUA para a modernização militar chinesa (Zongyou e Yunham, 2022; Kilcrease & Frazer, 2023). Dito isto, verifica-se que, através da postura adotada por Donald Trump, Washington procura impedir que Pequim obtenha uma supremacia tecnológica e militar face aos EUA e que expanda, simultaneamente, a sua projeção naval para novas regiões, entre as quais o Pacífico Sul, colocando em causa a hegemonia que os EUA ainda possuem no Pacífico.

⁶ Em 2021, Mike Orlando, diretor do *National Counterintelligence and Security Center*, defendeu que os EUA perdem anualmente entre \$200 a \$600 mil milhões em roubo de propriedade intelectual para a China (CBS News, 2021).

⁷ Durante a criação da CCMC, a Administração Trump adicionou à lista 31 empresas que colocavam em causa a segurança nacional dos EUA (U.S. Department of Defense, 2020a, 2020b). Em 2021, Joe Biden reformulou esta lista e criou a *Chinese Military Industrial Complex*, que possui, na prática, o mesmo objetivo (Kilcrease & Frazer, 2023).

Além do déficit comercial que os EUA possuíam com a China, as capacidades militares norte-americanas, nomeadamente as da marinha, na Ásia-Pacífico estavam a diminuir (Fu, 2021). Antes da chegada de Donald Trump à Presidência dos EUA, a força naval norte-americana encolheu ao longo de sucessivas décadas (Naval History and Heritage Command, 2017). Desde o fim da Guerra Fria, o número de navios ao serviço da marinha norte-americana diminuiu 60% (de 454 para 275). Naturalmente, esta redução do número de embarcações afeta a capacidade da força naval em colmatar as necessidades que os EUA possuem no mundo inteiro.

O desinvestimento dos EUA na sua marinha contribui concomitantemente para o enfraquecimento, a médio e longo prazo, do poder norte-americano no Pacífico (Duarte, 2017; Ross, 2018), panorama que Pequim tem vindo a aproveitar para desenvolver as suas capacidades militares, com vista a reprimir quaisquer agressões provenientes do exterior (Xinhua, 2017). Consciente de tal situação, a Administração Trump anunciou, em 2017, o objetivo de fortalecer a marinha com 355 embarcações, contando com um investimento de \$400 mil milhões distribuídos num período de 30 anos (Reuters, 2017). Acrescente-se que, em 2017, Washington assegurou que seis em cada 10 navios da marinha norte-americana, bem como 55% do Exército e dois terços das frotas de Fuzileiros Navais, seriam colocados sob a tutela do Comando do Pacífico dos EUA (U.S. Department of Defense, 2017). Dito isto, a nove de dezembro de 2020, a Administração Trump publicou um plano de 30 anos para a construção de embarcações navais. Segundo o *Report to Congress on the Annual Long-Range Plan for Construction of Naval Vessels*, até 2051 seriam construídas mais de 400 embarcações, de forma a manter a hegemonia naval face a Pequim (National Defense Magazine, 2020; Office of the Chief of Naval Operations, 2020). Entre as novas embarcações estariam incluídos, por exemplo, seis porta-aviões, 55 grandes embarcações de combate de superfície, 77 submarinos de ataque e 11 submarinos de mísseis balísticos e 71 navios de guerra anfíbios (ibidem). Efetivamente, “este plano de construção naval de 30 anos reflete a prioridade da Estratégia Nacional de Defesa para construir uma força mais letal”, de forma a conseguir competir com a China (Ibid., p. 8).

Perante o aparente revisionismo chinês na Ásia-Pacífico, é compreensível a decisão da Administração Trump de reavivar, em 2018, o QUAD, um fórum informal que visa a resolução pacífica de conflitos na Ásia-Pacífico (The Statesman, 2018). Através do mesmo, Donald Trump pretendia aumentar o número de operações de liberdade de navegação⁸ no Mar do Sul da China (ibidem) e, conseqüentemente, tranquilizar os seus aliados face à assertividade de Pequim na região. Ilustrativo a

⁸ As operações de liberdade de navegação conduzidas pelos EUA têm como objetivo garantir o direito internacional de movimentação em águas internacionais (7th Fleet Public Affairs, 2022).

este respeito, sublinhe-se que, entre 2017 e 2019, a marinha de guerra dos EUA navegou 17 de vezes em territórios reivindicados por Pequim no Mar no Sul da China, face às cinco missões realizadas no segundo mandato de Barack Obama (Defense News, 2020; Mastro, 2020). Já no final do mandato de Donald Trump, este abandonou a incerteza que havia caracterizado inicialmente a sua Administração, no que concerne ao tom da política externa dos EUA face à China (Kolmaš e Kolmasova, 2019; Office of the Secretary of State, 2020). Neste sentido, em dezembro de 2020, o então Diretor da Inteligência Nacional, John Ratcliffe, confirmou que os EUA percebiam a China como a principal ameaça à sua segurança em virtude das ambições chinesas de rever a ordem mundial e de se tornar um *hegemon* (Office of the Secretary of State, 2020; Ratcliffe, 2020).

Em suma, as medidas impostas pela Administração Trump, que visavam fortalecer o *containment* da China, não surtiram os efeitos esperados (Fu, 2021). Por um lado, estas não foram capazes de conter o crescimento chinês, visto que a guerra comercial demonstrou que os EUA estão profundamente dependentes da economia chinesa (ibidem). Sublinhe-se, a este respeito, que o déficit comercial que havia descido em 2018 e em 2019, tem vindo, contudo, a aumentar desde 2020, atingindo \$383 mil milhões em 2022 (Statista, 2023). Por outro lado, o investimento de Washington nas suas forças armadas presentes na Ásia-Pacífico exacerbou a insegurança que Pequim sente até hoje relativamente à contenção do qual afirma ser alvo (Fu, 2021).

Apesar de ter sido expectável um distanciamento de Joe Biden das políticas praticadas pela Administração Trump, quando o mesmo chega ao poder em 2021 a postura de Washington face à China acabaria por consistir num misto de medidas tomadas por Barack Obama e, posteriormente, por Donald Trump, como explicaremos de seguida (Kim, 2022).

1.2. Administração de Joe Biden

Assumida a Presidência dos EUA, Joe Biden apercebe-se de que o país entrara num ciclo de declínio relativo e, portanto, de perda gradual de poder (Kennedy, 1987), pelo que se reflete na própria forma de os EUA lidarem com a China (Xinbo, 2022). Com vista a negar a entrada gradual no dito declínio relativo, a Administração Biden tem adotado uma posição de força face à China (The White House, 2022a; Xinbo, 2022) que combina traços característicos das Administrações Obama e Trump. Por um lado, apesar de Joe Biden ter afirmado que abandonaria a política externa inerente à ideologia *America First*,

permanecem as políticas atinentes ao *containment* da China⁹ (CNN, 2021; Zongyou e Yunhan, 2022). Por outro lado, dado que Joe Biden foi vice-presidente na Administração Obama, é expectável que as bases de atuação da política externa de Joe Biden sejam bastante similares às de Barack Obama (Kim, 2022). De facto, ao conciliar a assertividade de Trump face à China, bem como a experiência que Joe Biden obteve durante a Administração Obama, resulta a atual doutrina da Administração Biden.

Em abril de 2021, a Casa Branca divulgou o documento *Annual Threat Assessment*, no qual elenca as várias ameaças à segurança dos EUA, nomeadamente a China. Efetivamente, o relatório sublinha que a competição sino-americana em domínios que vão desde o tecnológico ao militar é suscetível de ditar o arranjo do poder no Sistema Internacional [SI] (U.S. Department of Defense, 2022b). Na realidade, o reconhecimento por parte de Washington da China como o competidor mais sério que os EUA atualmente enfrentam demonstra os desafios que Pequim tem vindo a representar para a hegemonia norte-americana (The White House, 2021b) a nível mundial, incluindo o Pacífico Sul.

Em virtude da ameaça chinesa acima exposta à hegemonia norte-americana, a Administração Biden entende que a postura dos EUA perante a China deve englobar três domínios: competição, confronto e cooperação (The White House, 2022b; Xinbo, 2022; Zongyou e Yunhan, 2022). Em primeiro lugar, à semelhança de Donald Trump, Joe Biden perceciona a China como o principal competidor aos interesses norte-americanos na Ásia-Pacífico (Zongyou e Yunhan, 2022). Em segundo lugar, Washington considera que o uso da força militar contra a China apenas se justifica em situações cruciais para a integridade dos EUA, sendo que a atual guerra comercial não deve resvalar para um confronto aberto entre ambos (CNN, 2023a). Por último, os EUA reconhecem que as suas capacidades para conter a China são limitadas (The White House, 2022a). Neste sentido, Antony Blinken (2022), atual Secretário de Estado, salientou que a consolidação das parcerias regionais é fundamental para tornar o *containment* da China mais eficaz, demonstrando, assim uma postura que vai ao encontro dos postulados do realismo defensivo (Waltz, 1979).

Face ao exposto, o sistema de alianças na Ásia-Pacífico é a “pedra angular” da revitalização do *containment* às aspirações chinesas (The White House, 2022a, p. 12). No documento *Indo-Pacific Strategy of the United States*, de 2022, a Presidência norte-americana afirma veemente que os EUA e os seus aliados na região pretendem aprofundar esforços a todos os níveis, com vista à dissuasão ou, até mesmo, à derrota de quaisquer ameaças no Indo-Pacífico. Efetivamente, a Casa Branca reafirma o seu compromisso em combater quaisquer tentativas revisionistas de “alteração de fronteiras territoriais” quer

⁹ Dada a semelhança no *modus operandi* entre Donald Trump e Joe Biden relativamente à guerra comercial com a China e um maior interesse para o tema desta dissertação em abordar o reforço de alianças, aplicamos o que escrevemos no capítulo 1.1 a Joe Biden.

terrestres, quer marítimas (Ibid., p. 12). Tal remete-nos para as crescentes tensões entre a China e Taiwan e a construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China que, ironicamente, foram exacerbadas pelo *containment* imposto à China pelos EUA (Fu, 2021). Deste modo, torna-se necessário aprofundar a interoperabilidade e, conseqüentemente, desenvolver e implementar capacidades de combate que apoiem a defesa dos aliados (ibidem).

Para que tal suceda, a Administração Biden atribui uma importância crescente às parcerias multilaterais presentes no Pacífico. Sublinhe-se aqui o papel do QUAD e da recém-criada parceria do AUKUS (The White House, 2022b). Relativamente ao QUAD, os EUA consideram fundamental atribuir ao fórum um maior destaque geopolítico (The White House, 2022a), dotando-o subtilmente de uma maior retórica anti-China (Tomé, 2023, Entrevista pessoal). Apesar de a *Indo-Pacific Strategy of the United States* não ser explícita quanto ao papel do fórum no âmbito militar, a mesma deixa transparecer uma vontade dos EUA em que o QUAD partilhe e implemente tecnologias fulcrais para, nomeadamente, o reconhecimento dos oceanos e a partilha de dados de satélite (The White House, 2022a). Além disso, os EUA ambicionam que os elementos do fórum construam infraestruturas no Sul e Sudeste Asiático, bem como nas ilhas do Pacífico, partilhando, simultaneamente, tecnologia para melhorar a capacidades de defesa cibernéticas destes Estados (ibidem).

Face ao exposto, verificamos que a partilha de tecnologia entre o *hegemon* e os seus aliados demonstra que Washington procura melhorar as capacidades tecnológicas (e inerentemente as militares) de Estados aliados geograficamente próximos da China. No entanto, os EUA também agem como um *security-seeking state*, procurando garantir a sua segurança em domínios além do militar. Ao almejamem que o QUAD adquira uma imagem benigna com terceiros, entre os quais os PICs, e que os aproxime da órbita de influência norte-americana, os EUA aspiram que a ténue linha que caracteriza a situação de segurança na Ásia-Pacífico continue a favor de Washington.

Além do QUAD, os EUA são membros de uma outra parceria na Ásia-Pacífico, o AUKUS. Desde o início do milénio, as relações Austrália-China têm vindo a tornar-se gradualmente tensas. Efetivamente, a política externa chinesa face não só à Austrália, mas também relativamente às reclamações marítimas no Mar do Sul da China, afetou negativamente o bem-estar das relações sino-australianas, exacerbando, assim, um receio de insegurança por parte de Canberra (The Wall Street Journal, 2014a). Em virtude desta situação, a Austrália sentiu necessidade de reforçar os seus laços militares face aos EUA e, graças à aproximação entre Canberra e Washington, é formado a 15 de setembro de 2021 o AUKUS (The White House, 2022a). Através desta parceria, os EUA e o Reino Unido comprometem-se, entre outros, a fornecer à Marinha Real Australiana submarinos de propulsão nuclear (ibidem), com vista a

contrabalançar o crescente poder naval chinês na região (Tomé, 2022). Na prática, os EUA e o Reino Unido procuram tornar a Austrália mais suficiente quer na sua autodefesa, quer na defesa dos interesses dos membros do AUKUS¹⁰, nomeadamente a manutenção da hegemonia norte-americana na Ásia-Pacífico (ibidem).

Contrariamente à subtileza das intenções norte-americanas no contexto do QUAD, os EUA demonstram abertamente, através do AUKUS, o objetivo de aprofundar a parceria e interdependência militar que possuem com Canberra. De facto, dada a posição geográfica e geopolítica de excelência da Austrália no que concerne ao Pacífico Sul, Washington ambiciona que este desenvolvimento evolua para uma força dissuasora conjunta passível de impedir (ou minimizar) a expansão da influência e do campo de movimentações chinesas para a região, indo, assim, ao encontro do realismo defensivo. Efetivamente, a aliança é considerada pela China como uma espécie de NATO asiática e, deste modo, uma continuidade da mentalidade realista que havia caracterizado os EUA durante o tempo da Guerra Fria (Xinhua, 2023b).

Por último, como explanado no *Indo-Pacific Strategy of the United States*, Washington pretende expandir a presença da sua Guarda Costeira não só para o Sul e Sudeste asiático, bem como para as ilhas do Pacífico, e, por outro, apoiando os PICs contra possíveis agressões (The White House, 2022a). Além disso, de forma a mitigar a influência que a China procura obter através da FRC nestes países, os EUA preveem construir e modernizar infraestruturas presentes nestes Estados (ibidem). Tal revela o objetivo de os EUA de impedir que a China se expanda de forma mais profunda para o vazio estratégico que existe no Pacífico Sul, visto que Washington ambiciona oferecer uma alternativa ao alegado financiamento predatório fornecido pela China para o mesmo efeito.

Efetivamente, os objetivos delineados pelo *Indo-Pacific Strategy of the United States* relativamente aos PICs nos níveis económico, tecnológico e humanitário constituem a base da Parceria EUA-Pacífico¹¹, anunciada através da declaração conjunta a 29 de setembro de 2022 (The White House, 2022c). É importante frisar que esta parceria também é ilustrativa do perfil de *security-seeking state* norte-americano no domínio das alterações climáticas, dado que os EUA se comprometem, por um lado, a aumentar a resiliência dos PICs perante eventos catastróficos, nomeadamente furacões e o aumento

¹⁰ A 27 de julho de 2023, a Nova Zelândia mostrou-se disponível para iniciar conversações sobre um possível envolvimento seu na aliança, com Antony Blinken a afirmar que o AUKUS estaria recetivo à entrada de novos membros (Deutsche Welle, 2023). Comprova-se, assim, que a transferência de tecnologia para a Austrália é suscetível de ser replicada em outros Estados da região (Tomé, 2022).

¹¹ Esta parceria é composta pelos Estados Federados da Micronésia, Estados Unidos da América, Governos da Nova Caledónia e da Polinésia Francesa (possessões francesas no Pacífico), Ilhas Cook, Ilhas Fiji, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Tonga, Tuvalu e Vanuatu (The White House, 2022c).

do nível médio da água do mar, e, por outro, a ajudar os Estados insulares a melhor adaptarem-se às mudanças climáticas (ibidem).

No entanto, esta postura mais altruísta de Washington pode ter em vista outros fins que acomodem a defesa da sua hegemonia na região, visto que a inclusão de propósitos militares revela uma mentalidade mais realista. Na verdade, o ponto sete da declaração estabelece o objetivo de desenvolver e reforçar a cooperação a nível marítimo entre os EUA e os PICs, de forma a salvaguardar a soberania destes face a quaisquer incursões externas (The White House, 2022c). Note-se, deste modo, que esta parceria é suscetível de levar à criação (ou aprofundamento) de alianças defensivas. A título ilustrativo, os EUA assinaram em 2022 um acordo de segurança com a Papua-Nova Guiné que permite aos norte-americanos terem acesso aos portos e aeródromos do país. Além disso, o acordo prevê um futuro investimento destinado ao reforço da cooperação ao nível de segurança (BBC News, 2023a), beneficiando, assim, a monitorização dos avanços chineses na região.

No discurso proferido na Casa Branca a 26 de maio de 2022, Antony Blinken garante que a China, através da combinação da sua pujante economia com os crescentes poderes diplomático, militar e tecnológico, procura tornar-se na próxima superpotência. De facto, ao admitir que a ameaça chinesa no Indo-Pacífico aos interesses norte-americanos tem vindo a tornar-se paulatinamente mais complexa para os EUA gerirem, Washington revela que a sua posição na região entrou numa década decisiva (The White House, 2022a). Por conseguinte, para Joe Biden, o atual panorama é consideravelmente mais exigente a todos os níveis do que o período da Segunda Guerra Mundial alguma vez fora (ibidem). Através desta posição, inteiramo-nos de que os EUA concebem a defesa da sua hegemonia na Ásia-Pacífico como o ponto decisivo para evitar o fim da *Pax Americana* e o conseqüente início da *Pax Sínica*.

Na prática, verificamos que os EUA estão gradualmente a adotar uma posição mais assertiva face ao crescente poderio chinês, de forma a combater as adversidades que o mesmo tem vindo lentamente a criar na hegemonia norte-americana na região. No entanto, além de apostar no desenvolvimento das suas forças armadas e das suas alianças regionais, a Administração Biden, tal como a Administração Trump, tem tido em especial consideração as implicações que o *imperial overstretch*, isto é, os primeiros sinais do fim de um império previstos por Paul Kennedy (1987), pode acarretar para a sua hegemonia mundial, como analisaremos com mais profundidade de seguida.

1.3. A vertente realista das administrações norte-americanas

Apesar de diferenças significativas entre ambas, detetámos que o empenho por parte das Administrações Trump e Biden em fortalecer o *containment* da China e mitigar os desafios colocados por Pequim à hegemonia norte-americana revela uma postura assertiva, mas com traços de cautela (Office of the Chief of Naval Operations, 2020; The White House, 2022a). Tal enquadra-se, a nosso ver, nas premissas do realismo defensivo. No que concerne ao reforço das capacidades das forças armadas dos EUA no Indo-Pacífico, o mesmo visa dotar as forças militares na região de uma capacidade defensiva que lhes permita levar a cabo uma robusta dissuasão do crescente poder chinês no Indo-Pacífico (Solsman, 2021), adotando, deste modo, uma posição cautelosa que não exacerba as tensões com Pequim e encaminhe a região para um conflito (The White House, 2022b).

Concomitantemente ao investimento militar, Washington tem vindo a consagrar gradualmente uma maior importância ao reforço de alianças. Até ao momento, temos vindo a relacionar o reforço de alianças com o realismo defensivo através da necessidade dos Estados mais fracos se unirem, de forma a contrabalançar o poderio do Estado mais forte (Waltz, 1979). Pese embora a cooperação com os Estados/territórios asiáticos seja fundamental no sucesso do *containment* da China, importa igualmente ressaltar a relevância que os mesmos possuem na formação das cadeias de ilhas.

Ora, para Robert D. Kaplan (2010), as cadeias de ilhas são conjuntos de bases militares dos EUA que se destinam à proteção dos Estados da região, bem como dos próprios EUA, contra possíveis incursões chinesas (Figuras 1 e 4). Efetivamente, as duas primeiras cadeias de ilhas são fundamentais para dissuadir e conter a China e para a consequente manutenção da hegemonia norte-americana (U.S. Department of Defense, 2022b). Com vista à manutenção da primeira cadeia de ilhas, ambas as Administrações reforçaram intensamente as suas relações com Taiwan, vista pela China como uma província rebelde (Fu, 2021; Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2022a). A partir de 2018, os EUA aumentaram a entrega de armas a Taiwan, começando pela venda de sistemas tecnológicos de submarinos (NTI, 2023). Por sua vez, em 2020, apostaram na venda de mísseis Patriot, SLAM-ER e HIMARS, sendo estes dois últimos capazes de atingir alvos em território chinês (Forbes, 2020; Reuters, 2020). No caso da Administração Biden, verificamos que as relações em matéria de defesa com Taiwan revelam uma assertividade face à China tão ou mais significativa do que a Administração Trump. De facto, em setembro de 2022, os EUA aprovaram a venda de armamento no valor de \$955 milhões a Taipé, cinco meses após Nancy Pelosi - Presidente da Câmara dos Representantes - ter visitado Taipé em agosto de 2022, e a China ter realizado exercícios em larga escala nos quais simulava uma invasão

à ilha (BBC News, 2022). Acrescente-se que, em março de 2023, a Administração Biden aprovou um outro pacote de vendas (\$619 milhões), no qual estavam incluídos centenas de mísseis para caças F-16, justificando-o através da necessidade de Taiwan possuir uma capacidade de autodefesa que consiga fazer face ao crescente poder bélico chinês (CNN, 2023b).

Não obstante a proximidade da primeira cadeia de ilhas ao território chinês, os EUA têm vindo a concentrar parte dos esforços direcionados ao *containment* para o fortalecimento da segunda (Grossman, 2020). Efetivamente, a Administração Trump deu os primeiros passos para que tal se consumasse, nomeadamente através da criação do cargo de Diretor do Conselho de Segurança Nacional dedicado à Oceânia, revelando, deste modo, a crescente importância que o Pacífico representa para Washington (ibidem).

No que concerne à Administração Biden, a mesma tem seguido a linha de pensamento de Donald Trump, como atesta a assinatura a 23 de maio de 2023, de novos acordos entre os EUA e os Estados Federados da Micronésia (U.S. Department of State, 2023). Desde 1996, o Pacto de Livre Associação assinado entre os EUA, as Ilhas Marshall, Palau e os Estados Federados da Micronésia, tem vindo a fornecer a Washington um controlo mais firme sobre a parte norte da segunda cadeia de ilhas que possui a mesma dimensão que a parte continental dos EUA (Yang, 2009; Grossman, 2020). Através deste acordo, Washington compromete-se a contribuir para o desenvolvimento dos mesmos, garantindo, assim, que se mantenham na órbita norte-americana (Grossman, 2020). Segundo o autor, os Estados pertencentes ao Pacto de Livre Associação, constituem uma “autoestrada de projeção de poder [...] ligando as forças militares no Havai às do teatro de operações, em particular às forças presentes no território americano de Guam” (para. 5). Não obstante a importância geoestratégica dos Estados supramencionados, verificamos, por outro lado, que a atual Administração norte-americana tem direcionado grande parte do seu foco para os PICs, nomeadamente através da Parceria EUA-Pacífico criada, em setembro de 2022, e do recém-assinado acordo de segurança EUA-Papua-Nova Guiné (BBC News, 2023a).

Assim, podemos constatar que Washington procura atrair os PICs para a sua órbita de influência, de forma que os mesmos não se tornem mais suscetíveis aos incentivos chineses, no âmbito da FRC, ou até a nível militar (Grossman, 2020). Efetivamente, a postura adotada pelos EUA nas primeira e segunda cadeias de ilhas atesta que estes têm vindo a salvaguardar a integridade do perímetro de segurança que os PICs, em conjunto com as Ilhas Marianas do Norte e Guam, proporcionam ao *containment* norte-americano da China (ibidem).

Apesar da relevância geoestratégica das cadeias de ilhas, o domínio económico tem a sua quota parte de relevância na competição sino-americana. Com o crescimento do poderio económico e militar chinês, nomeadamente na esfera naval, os EUA encontram-se numa situação difícil de gerir. Deste modo, comungamos da visão do historiador Paul Kennedy (1987), segundo o qual os EUA são um *hegemon* em declínio, que acusa sintomas de *imperial overstretch*¹². Segundo o corolário de Kennedy (1987), o aumento das despesas militares leva a uma redução no investimento (e inerente desenvolvimento) económico do *hegemon*, o que se traduz num aumento de impostos e das tensões internas. Por sua vez, em virtude da deterioração interna, a capacidade de direcionar os fundos necessários para a Defesa diminui gradualmente (ibidem). Se atentarmos às estatísticas referentes ao orçamento para a Defesa e ao crescimento económico dos EUA publicadas pelo The World Bank (n.d.), estas corroboram o corolário de Kennedy acima exposto. De facto, a instituição revela um aumento gradual com o Orçamento da Defesa dos EUA, tendo este registado um valor de \$773 mil milhões em 2023 (U.S. Department of Defense, 2022a), o mais elevado de sempre (The World Bank, n.d.). Por outro lado, a nível económico, os EUA apresentavam, na década de 90, um crescimento anual acima dos 3%. Porém, após o início do milénio, a situação inverteu-se, sendo que o crescimento económico apenas ultrapassou os 3% duas vezes, em 2004 e 2005¹³ (ibidem).

Tendo em conta a informação que os dados estatísticos nos fornecem, apesar das suas divergências, as Administrações Trump e Biden reconhecem a perda progressiva de competências para a China. Tal explica que, em nome integridade económica e militar e, conseqüentemente, do combate ao declínio relativo preconizado por Kennedy (1987), Biden não só não tenha abandonado a guerra comercial iniciada por Trump, como inclusive tenha vindo a sancionar mais entidades chinesas (The White House, 2021a). Entenda-se, por isso, que as Administrações Trump e Biden têm duas finalidades que ambicionam atingir através da punição das importações norte-americanas vindas da China e da preservação económica que os EUA ainda possuem face a Pequim.

Com efeito, as Administrações comungam da necessidade de auxiliar a economia norte-americana a atingir melhores resultados, isto é, a obter um crescimento económico que permita a alocação dos fundos necessários para a Defesa dos EUA (Kennedy, 1987), nomeadamente para a marinha de guerra. Entende-se, assim, a forte vertente económica da Parceria EUA-Pacífico. Apesar de os PICs não contribuírem significativamente para o crescimento económico norte-americano, as suas

¹² Contudo, Kennedy (1987) frisa que o *imperial overstretch* pode demorar décadas antes de se tornar um problema para o império em causa.

¹³ Excetua-se 2021, no qual os EUA obtiveram um crescimento de 5,9%, dada a situação pandémica que levava a um decréscimo da economia mundial em 2020 na ordem dos 3% (ibidem).

Zonas Económicas Exclusivas, ainda por explorar, são abundantes em recursos (Lei e Sui, 2021) e captam o interesse dos EUA. No entanto, não descurando os possíveis benefícios que as relações económicas EUA-PICs possam trazer para a situação financeira norte-americana, considerámos que a componente geopolítica é o catalisador do aumento do interesse de Washington na região.

Por sua vez, as restrições às importações chinesas têm outro objetivo passível de ser considerado tão ou mais importante do que o auxílio à economia norte-americana. Segundo Coral Bell (1996 *apud* Robertson, 2017), o enorme crescimento económico que se tem verificado, em especial pela China, na Ásia-Pacífico é suscetível de se traduzir igualmente num significativo desenvolvimento militar. Com efeito, defendemos que o segundo propósito se revela uma tentativa de retardar o crescimento e a modernização das forças armadas chinesas (Zongyou e Yunham, 2022; Kilcrease & Frazer, 2023). Como verificaremos posteriormente, o crescimento e modernização, por um lado, da PLAN e, por outro, de infraestruturas de apoio às forças navais chinesas, tem fornecido à China um maior espaço de manobra na resposta ao *containment* (Fu, 2021). De facto, com o aumento das incursões marítimas da China no Pacífico Sul, uma região sob o domínio incontestável dos EUA (Lei e Sui, 2021), o objetivo de Washington em impedir que Pequim obtenha um espaço de manobra mais amplo não tem sido bem-sucedido. Em suma, a guerra comercial não surtiu os efeitos desejados, visto que os EUA não conseguiram nem aumentar a sua velocidade de produção naval, nem retardar o desenvolvimento bélico chinês. Com efeito, este crescimento em quantidade e qualidade das capacidades navais chinesas coloca em causa a posição hegemónica norte-americana na Ásia-Pacífico (*ibidem*).

Uma vez que para Kennedy (1987) a hegemonia é cíclica, a questão não é se os EUA vão declinar, mas sim quando e quem será o seu substituto. Neste sentido, argumentamos que cabe aos EUA adotar os meios ao seu alcance para prolongarem a sua hegemonia, indo, deste modo, ao encontro do postulado realista defensivo de Kenneth Waltz (1979). Segundo uma das mais importantes figuras do realismo defensivo, a principal preocupação dos Estados “não é maximizar o poder, mas sim manter as suas posições no sistema” (*Ibid.*, p. 126).

A título ilustrativo, o lançamento da guerra comercial por parte dos EUA é suscetível de se encaixar nos postulados do realismo defensivo. Segundo os mesmos, a ação dos EUA pode ser interpretada como um meio para, por um lado, manter a supremacia económica e militar sobre a China e, por outro, impedir que uma nova distribuição do poder que favoreça os interesses chineses coloque em causa o *status quo* dos EUA. Embora a lente concetual considere que os Estados almejam maximizar a sua segurança através de medidas defensivas, sempre que o mesmo sinta a sua sobrevivência em causa, também assume que o conflito pode tornar-se inevitável (Lobell, 2010), materializando-se, por

exemplo, na adoção de *preventive strikes*¹⁴. Por outras palavras, o realismo defensivo argumenta que a melhor defesa pode passar pelo ataque. Ora, fazendo a ligação com a atualidade, a perceção dos EUA é que, a par com a pujança económica chinesa, também se desenvolvam de uma forma sem precedentes as forças armadas chinesas, suscetíveis de colocar em risco a manutenção da hegemonia norte-americana (U.S. Department of Defense, 2022a). Com base na ótica de que mais vale atacar do que ter a sua segurança colocada em causa, como salvaguarda o realismo defensivo, Washington decide reforçar o *containment* imposto à China através da ainda vigente guerra comercial. Face ao exposto, podemos afirmar que a guerra comercial serve, em parte, para adiar a concretização do corolário de Bell.

¹⁴ Segundo Mueller, K. et al. (2006), um *preventive strike* dirige-se a ameaças não imediatas, mas que devem ser enfrentadas o mais depressa possível. Segundo os autores, este tipo de ação ocorre quando a balança do poderio militar começa a inclinar a favor do rival.

2. A política externa chinesa na era Xi Jinping

A chegada de Xi Jinping ao poder em 2013 (National People's Congress of the PRC, 2013) alterou a postura tradicional chinesa em matéria de política externa. Durante duas décadas, vários líderes chineses mantiveram o ideal de Deng Xiaoping de que a China deve ocultar o seu potencial, esperando pelo tempo mais conveniente para se manifestar (Chang-Liao, 2016). Desde 2013, Xi Jinping, tido como pragmático e confiante (Montemalo, 2015), tem vindo a alterar a prioridade da política externa chinesa. De facto, se anteriormente esta enfatizava o desenvolvimento económico doméstico, hoje privilegia o crescimento da influência chinesa no plano internacional (ibidem).

De forma a promover uma *actorness* chinesa com mais relevância no SI, o Presidente chinês tem apostado numa postura assertiva e cautelosa (ibidem), na qual os interesses estratégicos da China são preponderantes (Xiao, 2016). Deste modo, parte dessa assertividade está patente no Sonho Chinês e no desenvolvimento e militarização dos interesses marítimos chineses sob a liderança de Xi Jinping, sugerindo, assim, que a estratégia marítima chinesa é vital para a prosperidade chinesa (Mastro, 2021). Em 2015, a segurança nacional chinesa foi definida como a ausência de ameaça externa ou interna à unidade nacional, à economia, ao regime político, à soberania, à integridade territorial e, inerentemente, à garantia ininterrupta da salvaguarda das LCMs (Xinhua, 2015). De facto, a chegada de Xi Jinping ao poder marcou o início de uma nova era não só na China, como no SI, como analisaremos de seguida.

2.1. A nova política externa chinesa

A nova liderança de Xi Jinping personifica, na prática, aquilo a que Barry Buzan intitula de “reformista revisionista” (2010, p. 18). Com efeito, para Buzan (2010), um reformista revisionista é aquele que, por um lado, mantém certas características do SI que não colidem com os seus interesses, enquanto reformula outras particularidades do SI, para que este tenda a acomodar melhor os seus interesses. Dito isto, procuraremos aplicar este entendimento de Buzan à nova China sob a liderança de Xi Jinping. Em dezembro de 2015, o Presidente chinês reiterou que a China já não seria unicamente uma espetadora das Relações Internacionais (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2015b). Ao invés, Pequim tem de participar, liderar e moldar as regras do SI, de forma que estas espelhem melhor a reemergência chinesa (ibidem). Para que tal se suceda, a nova diplomacia externa chinesa tem sido apoiada por uma postura assertiva por parte de Xi Jinping, que se revela parte de uma estratégia de longo prazo do Presidente chinês (Mastro, 2014)

Pese embora tal assertividade se restringisse geograficamente aos Mares da China do Sul e Oriental, a mesma tornou-se mais recorrente e essencial para as reivindicações de soberania chinesas, tal como Mastro (2014) e Roy (2019) haviam previsto. Ilustrativos a este respeito são os sucessivos discursos proferidos pelo PCC que sublinham a convicção de que potências não amigas - se não mesmo hostis - têm vindo a conter a reemergência da China, nomeadamente através do domínio marítimo (Fu, 2021). Contudo, é importante frisar que Tomé (2023, Entrevista pessoal) discorda, em parte, desta vitimização narrada pela China. Por um lado, o professor concorda que há, hoje, um *containment* às aspirações chinesas. Por outro, o investigador enfatiza que as relações sino-americanas são caracterizadas por períodos de *containment* e de articulação. Após terem sido aliados na 2ª Guerra Mundial, surgiu um antagonismo entre a China, agora comunista, e os EUA devido aos acontecimentos que tiveram lugar na Guerra da Coreia, no Estreito de Taiwan e na Guerra na Indochina (ibidem). A partir dos anos 70, ambos entram numa fase de total articulação e, após os episódios em Tiananmen, Pequim afirma que os esforços norte-americanos para a contenção da União Soviética foram redirecionados para um novo *containment* da China (ibidem).

Efetivamente, quando Joe Biden chegou à Casa Branca, Pequim tomou a iniciativa de lhe dar a conhecer as bases para um maior entendimento entre a China e os EUA¹⁵ (Wang Yi, 2021). De facto, segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi (2021), ambos deveriam retomar um diálogo claro e construtivo que proporcionasse a reconstrução da confiança nas relações sino-americanas. Para que tal sucedesse, os EUA deveriam ajustar as suas políticas face à China o mais rapidamente possível, nomeadamente através do fim da guerra comercial iniciada por Donald Trump (ibidem), pese embora sem sucesso. Por sua vez, Pequim também não abandonou a sua assertividade no que respeita à concretização dos seus interesses, tendo condenado a interferência norte-americana em assuntos internos, entenda-se Taiwan, e o prejuízo da mesma para a sua segurança (BBC News, 2021; Xinbo, 2022). Mais tarde, Wang Yi reiterou que os EUA não contariam com uma atitude cooperativa por parte da China enquanto procurassem conter o seu rejuvenescimento (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2021; Wang Yi, 2021).

Para melhor percebermos o porquê desta postura, é necessário abordar o Sonho Chinês que, segundo Mazuelos (2022), tem permitido a Pequim empregar uma política externa multifacetada. Efetivamente Xi Jinping reitera que cada chinês possui os seus próprios ideais, aspirações e sonhos, sendo que a concretização do Sonho Chinês levaria à conquista do tão almejado rejuvenescimento da

¹⁵ Tendo em conta as crescentes tensões entre a China e os EUA e a evolução das mesmas, consideramos mais oportuno abordar apenas a postura da diplomacia chinesa perante a Administração Biden.

nação chinesa (Xinhua, 2012; The State Council Information Office of the PRC, 2015). Tal colocaria a China no centro de uma nova ordem: próspera, forte e livre de invasões (The Wall Street Journal, 2014b).

Pese embora o supramencionado, o Sonho Chinês é também uma ferramenta utilizada por Pequim na sua política externa (Sørensen, 2015). Como preconiza o realismo defensivo, além da já referida ameaça à sobrevivência do Estado (capítulo 1), as crenças e as perspetivas das elites políticas são tidas pela lente concetual como um outro incentivo à adoção de uma postura mais agressiva (Lobell, 2010). Apesar da larga utopia em que assenta, o Sonho Chinês revela o desejo de Xi Jinping em tornar a China poderosa e capaz de se defender face a ameaças externas (China Daily, 2013a). Ora, o Sonho Chinês mais não é do que a tentativa, por parte de Pequim, de reavivar o estatuto glorioso de que usufruía a civilização milenar chinesa (Jong-Wha, 2021) e tornar a China numa potência líder (Montemalo, 2015). No entanto, o seu objetivo em alcançar a paz coletiva através da confiança mútua entre os atores do SI (China Daily, 2013b) está longe de se concretizar, não obstante os esforços da China em demonstrar que não aspira à hegemonia (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2022b; The White House, 2022b). Segundo Carrai (2023, Entrevista pessoal) a pandemia prejudicou o trajeto interessante que o Sonho Chinês estava a tomar. Efetivamente, a amplitude do projeto e as consequências nefastas que a pandemia provocou aos níveis económico e social levam Carrai a questionar-se sobre se o Sonho Chinês será capaz de reconquistar o impulso que o havia caracterizado até 2020 (ibidem).

A tentativa de galvanização dos povos que vivem na China com vista à concretização do rejuvenescimento chinês enquadra-se na definição de reformista revisionista de Buzan (2010). A ambição de Xi Jinping em elevar a China a uma posição semelhante à de que beneficiava durante o Império do Meio e, acima de tudo, à qual alegadamente o povo chinês tem direito, revela um desejo revisionista e contestatário da hegemonia norte-americana no SI (Robertson, 2017; Fu, 2021). De facto, tal demonstra como uma variável esporádica com objetivos internos, o Sonho Chinês, trespassou a componente interna e contribuiu para o aumento da assertividade chinesa no SI, com vista a moldar o poder que os EUA possuem na atual conjuntura. Segundo Zeng (2019), o rejuvenescimento chinês e a aposta da China no projeto da FRC, não é uma coincidência, mas sim uma tentativa de sobrevivência face ao estrangulamento de que os chineses estão a ser alvo por parte dos EUA na Ásia-Pacífico. Para o efeito, o autor defende que a China pretende aumentar a sua rede de conexões, de forma a obter uma maior influência geoestratégica na Eurásia, como analisaremos de seguida. Contudo, acrescentamos que Pequim também almeja aumentar a sua presença na remota região do Pacífico Sul.

2.2. A Faixa e Rota Chinesa

O recém-eleito Presidente chinês anunciou, no Cazaquistão, o Corredor Terrestre da Rota da Seda, em setembro de 2013, e a Rota da Seda Marítima do Século XXI durante a sua visita à Indonésia, no mês seguinte (Zeng, 2019)¹⁶, revelando, assim, as primeiras rotas da Faixa e Rota Chinesa (Figura 2). Anunciada em 2013, a FRC é, possivelmente, a mais importante iniciativa de política externa chinesa criada por Xi Jinping (Zeng, 2019). Efetivamente, Pequim acredita que a mesma é passível de unir os povos da Eurásia, com vista a um futuro promissor pautado por um desenvolvimento comum (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2015a). Em 2022, a FRC possuía 147 Estados e o investimento que a China realizou no âmbito do projeto rondou, na primeira metade de 2022, os \$28,4 mil milhões (Nedopil, 2022). Apesar da evidente atratividade da FRC, torna-se necessário verificar para onde são canalizados os investimentos destinados ao projeto. Segundo Nedopil (2022)¹⁷, desde 2013, a FRC apresentou um investimento de \$932 mil milhões, dos quais \$561 mil milhões foram destinados à construção de infraestruturas, com uma especial incidência em portos espalhados maioritariamente pelo Índico e pelo Pacífico (onde se inclui o Pacífico Sul). Tal corrobora, pois, a crescente importância que a China tem vindo a conferir aos oceanos.

De forma a conseguir realizar investimentos avultados, Xi Jinping anunciou em outubro de 2013 a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII), que conseguiu captar a receptividade de vários Estados (Goldstein, 2020), entre os quais vários aliados dos EUA [Figura 3] (Browne, 2015). O primeiro presidente do BAII, Jin Liqun, enfatizou que o BAII não tinha como objetivo sobrepor-se às instituições de desenvolvimento multilaterais já existentes, tais como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ibidem), dominado pelos EUA e Japão (Ferdinand, 2016), mas sim complementá-las. Segundo Tomé (2023, Entrevista pessoal), este sucesso da FRC e do BAII deve-se ao facto de a China não impor condições aos Estados que se queiram tornar parceiros do projeto, contrariamente ao Ocidente que as impõe. Esta maior facilidade em aceder a crédito e a acordos com Pequim é um catalisador para que esteja a surgir um polo de influência no SI que tem a China no seu centro (ibidem).

Face a esta chegada tardia da China ao multilateralismo, mas não deixando de produzir um grau de sofisticação tão ou mais elevado que o ocidental, verificamos que a classificação de Barry Buzan (2010) da China como reformista revisionista é atual. Neste sentido, a China, apesar de referir que não

¹⁶ Após uma cuidadosa pesquisa, verifica-se que os documentos presentes em <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/>, *website* do governo chinês dedicado à FRC, datam até 2014 e que, outros tipos de fontes primárias, como notícias da agência Xinhua, não se encontram disponíveis. Assim, foi necessário recorrer a fontes secundárias.

¹⁷ Neste caso, os dados oficiais não se encontram atualizados. Tornou-se, assim, necessário recorrer ao relatório de Nedopil.

quer retirar importância ao Banco Asiático de Desenvolvimento, criou um banco direcionado para o financiamento da FRC, beneficiando, assim, os seus interesses e objetivos. Para além de Buzan, a essência revisionista-reformista da postura chinesa é corroborada por Duarte (2015). Com efeito, o investigador acredita que, por um lado, a FRC tem em si inerente um revisionismo que não coloca em causa a existência da maior parte das instituições internacionais vigentes, embora procure reformular aquelas que não vão ao encontro imediato dos interesses chineses, nesta nova ordem internacional (ibidem). Além disso, Pequim, ao conseguir atrair aliados tradicionais dos EUA para o BAII (e, mais tarde, vários PICs), isto é, para uma órbita sob o seu domínio, procura, desta maneira, desestabilizar a rede de alianças inerente ao *containment* imposto no Pacífico (Browne, 2015).

Relativamente à crescente rivalidade na Ásia-Pacífico entre a China e os EUA, a canalização de meios da marinha de guerra norte-americana para a região e o sistema de alianças que os EUA criaram fazem com que a China veja o Pacífico com preocupação. Segundo Pequim, tal ação dos EUA tem levado ao surgimento da atual instabilidade na região, favorecendo, assim, apenas os interesses norte-americanos (Xinhua, 2022a). Deste modo, a Rota da Seda Marítima do Século XXI pode ser vista como uma estratégia cooperativa, não obstante, de índole realista defensiva e calculista da China com Estados mais pobres e fracos, visto que Pequim almeja evitar possíveis confrontos que possam surgir com os EUA nas águas do Pacífico (ibidem; Martinson, 2019).

Desta forma, a subsecção seguinte procura exemplificar, na prática, a postura da China no Oceano Índico, que se inspira nos postulados de Alfred Mahan (1890). Segundo Mahan, uma potência que não compreende o poder do oceano é uma potência sem futuro, reiterando que uma marinha de guerra (e também a mercante) necessita de pontos de apoio ao longo do litoral capazes de abastecê-la. Ora, o Colar de Pérolas corresponde à materialização das premissas de Mahan, como analisaremos de seguida.

2.3. Colar de Pérolas

Ao ter nas suas mãos uma poderosa pujança económica, Xi Jinping quis utilizá-la para concretizar objetivos militares suscetíveis de proporcionar uma maior segurança ao país (Mastro, 2021). Nesta ótica, importa notar que a esmagadora maioria do comércio mundial e, portanto, da China também, transita por mar, sendo que vários pontos como, por exemplo os Estreitos de Ormuz e de Malaca, são tidos como críticos (Hussain, 2020). Dito isto, Pequim concebe a Rota da Seda Marítima do Século XXI como

elemento fundamental para garantir a proteção das LCMs¹⁸ (Blanchard, 2016). Neste sentido, com a inclusão do Djibouti, a primeira base naval chinesa no estrangeiro, e de Gwadar, um porto de águas profundas no Paquistão, na Rota da Seda Marítima do Século XXI (Hussain, 2020), levou os Estados e a comunidade académica a questionarem se a mesma camufla alguma componente de *hard power* (Blanchard, 2016). Fruto deste corolário, é possível constatar que a Rota da Seda Marítima do Século XXI toma, no Oceano Índico, a designação atribuída pela literatura de Colar de Pérolas (Kleven, 2015). Este mecanismo alberga um conjunto de instalações logísticas de dupla utilização, ou seja, suscetíveis de servir de apoio não só à marinha mercante, como igualmente à marinha de guerra (Duarte, 2017; Tomé, 2023, Entrevista pessoal), indo, assim, ao encontro dos postulados de Mahan (1890).

A expansão das capacidades navais chinesas para portos cada vez mais longínquos pode levar ao surgimento de uma quarta e de uma quinta cadeias de ilhas, dotadas de bases navais e portos chineses (VornDick, 2018). Como se pode observar na Figura 4, a possível quarta cadeia de ilhas tende a percorrer o Oceano Índico, desde Gwadar, até Diego Garcia (território do Reino Unido), passando pelo Porto de Hambantota, no Sri Lanka. Por sua vez, no que concerne à quinta cadeia de ilhas, esta abrange a costa leste africana, começando na base naval do Djibouti e acabando na África do Sul. Apesar de as cadeias de ilhas serem tidas pelos EUA como uma muralha para conter o expansionismo chinês (Kaplan, 2010), para VornDick (2018) a China pode concebê-las como um marco importante para a modernização da sua marinha de guerra e consequente projeção naval.

Além de Gwadar e de Djibouti, outros portos constituem o Colar de Pérolas, tais como os de Colombo no Sri Lanka e Chittagong no Bangladesh, melhorando, deste modo, a projeção de poder chinesa nos oceanos (Kleven, 2015). Segundo autores como Kleven (2015) e Ashraf (2017), o objetivo final da Rota da Seda Marítima do Século XXI consiste em permitir que a China controle as movimentações navais e mercantis que atravessem o Índico.

Assim, o Colar de Pérolas revela-se uma medida de cariz defensivo, visto que é um mecanismo que auxilia a China na proteção de artérias vitais à sua economia. Através da criação de alianças geoestratégicas com Estados mais pobres e mais fracos, o *soft power* inerente à FRC tem vindo a ser complementado por um *hard power* suscetível de mitigar a supremacia dos EUA no Indo-Pacífico. Aliás, as forças armadas norte-americanas caracterizam a FRC como um projeto de cariz civil, numa primeira fase, que depois se transforma em cariz militar (Fanell, 2019). Por um lado, Pequim procura assegurar

¹⁸ As LCMs, vitais para a sobrevivência da economia chinesa, são responsáveis pelo transporte de 60% das necessidades energéticas chinesas (Hussain, 2020). Além disso, cerca de 70% do petróleo e 40% do gás consumidos pelos chineses na produção de 28% de energia atravessam anualmente o Estreito de Malaca (Ahmed et al., 2022).

o fluxo contínuo de bens pelas LCMs, nomeadamente os que atravessam os Estreitos de Ormuz e de Malaca. Por outro lado, em caso de conflito, o Colar de Pérolas tem como objetivo impedir que os inimigos da China lhe bloqueiem a passagem pelos Estreitos supramencionados e, no caso de o conseguirem, garantir que Pequim possui rotas alternativas que lhe permitam garantir a sua sobrevivência. Dito isto, a concretização dos objetivos associados ao Colar de Pérolas permite à China concentrar-se sobretudo no flanco leste e na inerente mitigação do *containment* dos EUA, tal como viera a acontecer na recente chegada chinesa ao Pacífico Sul.

Efetivamente, tal como os EUA no âmbito das suas alianças e parcerias, também a China é a personificação de um Estado que procura garantir a sua segurança em múltiplas dimensões, ao ter criado um mecanismo passível de englobar o *soft* e o *hard power*. a FRC. Por um lado, Pequim conseguiu cativar a receptividade de inúmeros Estados, graças aos projetos socioeconómicos subjacentes à FRC, que, segundo Pequim, contribuem para o desenvolvimento comum e pacífico da Eurásia (Xinhua, 2022b). Por sua vez, o bem-estar da economia chinesa é uma pedra angular da afirmação de Xi Jinping e do PCC (Jong-Wha, 2021; Blanchette e Medeiros, 2022). A partilha, por parte da China, dos lucros económicos com outros Estados assenta em dois objetivos de índole realista defensiva. Por um lado, Pequim almeja, no mínimo, manter a atual posição que possui a nível económico, revelando, deste modo, uma postura de *security-seeking state*. Graças a esta postura, Pequim tem vindo a aperfeiçoar a sua imagem benigna que se revelaria essencial para a sua expansão no Pacífico Sul. Por outro lado, através do Colar de Pérolas, a China procura intensificar o desenvolvimento das suas forças armadas e aprimorar a sua capacidade defensiva no Oceano Índico, redirecionado o seu foco para o Oceano Pacífico.

2.4. A modernização das forças armadas chinesas

Na era Xi Jinping, a China tem procurado cumprir os objetivos delineados pelo Sonho Chinês, sem nunca descurar a importância que a estabilidade regional possui para o seu desenvolvimento económico e, consequentemente, para o desenvolvimento do seu *hard power* (U.S. Department of Defense, 2018). Alcançado esse estágio económico do rejuvenescimento chinês, a modernização dos vários ramos das forças armadas tem vindo a ser alvo de maiores investimentos por parte de Pequim. Com efeito, no discurso de encerramento do 13º Congresso Nacional do Povo, a 22 de março de 2018, Xi Jinping reiterou que a salvaguarda da soberania e integridade territoriais chinesas são do interesse geral do povo chinês que almeja a unificação de toda a China (China Daily, 2018). Aliás, esta posição tornou-se mais firme no seio do PCC, tendo Xi Jinping alertado Joe Biden aquando da visita de Nancy Pelosi a Taiwan

que “quem brinca com o fogo acaba por se queimar” (France 24, 2022, para. 5) e que quaisquer ações com o intuito de dividir a China estão condenadas ao fracasso (ibidem).

Por conseguinte, a assertividade e a prudência características de Xi Jinping encontram-se patentes na estratégia de defesa ativa promovida pela China na resposta ao *containment* que, segundo Scobell (2002), caracteriza-se como sendo o equilíbrio entre uma postura defensiva e outra de caráter mais ofensiva. Deste modo, Pequim exerce uma ação no campo das forças armadas tachada por um caráter mais defensivo, marcado pela típica prudência chinesa, mas que vai mais além da mera defesa, espelhando a natureza mais destemida de Xi Jinping. No entanto, frise-se que esta estratégia não é aplicável apenas às suas fronteiras terrestres, visto que fronteiras chinesas do Século XXI englobam também os interesses económicos e marítimos (Martinson, 2019), vitais para o desenvolvimento harmonioso preconizado por Xi Jinping (Duarte, 2016).

O princípio de defesa ativa constitui, portanto, um guia estratégico suscetível de aplicação às operações militares do ELP quer durante períodos de guerra, quer em tempos de paz, utilizados como preparação para a guerra (Mastro, 2014). Tal é notório durante os exercícios militares que têm vindo a ser realizados em torno de Taiwan. Segundo o ELP, as forças armadas continuariam a monitorizar os acontecimentos que viriam a ocorrer no Estreito de Taiwan e a possuir uma força pronta a atuar em caso de a segurança nacional fosse colocada em causa (ibidem). Efetivamente, a China revela, através da preparação contínua para a guerra, um sentimento de insegurança nacional que tem levado o PCC a apostar no desenvolvimento do poder militar chinês (Xi Jinping, 2017).

A postura assertiva de Xi Jinping a respeito de Taiwan remete-nos para a questão das crescentes capacidades que as forças armadas chinesas têm vindo a adquirir na última década. O *U.S. Department of Defense* (2018) argumenta que a modernização militar chinesa, a criação de infraestruturas várias e o acesso a portos marítimos visa principalmente fazer face às capacidades que os EUA possuem no Indo-Pacífico. No entanto, tal, por si só, não assegura plenamente a estratégia de mitigação ao *containment*, já que a tecnologia militar chinesa ainda não detém a paridade face à dos EUA (The State Council Information Office of the PRC, 2019). Na verdade, Xi Jinping estabelece 2035 como ano limite para a modernização das forças armadas chinesas (Xi Jinping, 2017; U.S. Department of Defense, 2018).

Durante a última década, verificou-se um aumento do investimento chinês na Defesa, com o orçamento de 2023 a atingir o maior valor de sempre (\$225 mil milhões) [Xinhua, 2023a]. Efetivamente, esta aposta na modernização das forças armadas tem contribuído para o aumento da desconfiança entre Estados na Ásia-Pacífico, tendo por consequência o incremento da corrida armamentista e do dilema de segurança (Tomé, 2023, Entrevista pessoal). No entanto, segundo o *Stockholm International Peace*

Research Institute (SIPRI) [n.d], o real valor destinado às forças armadas foi de \$292 mil milhões (Figura 5). Tian e Su (2021), investigadores do SIPRI, afirmam que as discrepâncias entre os valores oficiais e reais do orçamento chinês para a Defesa surgem devido à não-inclusão de certos domínios, nomeadamente a importação de armamento, a investigação e o desenvolvimento militar e as forças paramilitares. De facto, pouco tempo após Xi Jinping chegar ao poder, os EUA, através da então Conselheira para a Segurança Nacional, Susan Rice (2013), defenderam que a China deveria apostar na transparência militar, com vista a diminuir a desconfiança dos EUA face às intenções chinesas. Deste modo, evitar-se-iam erros de cálculo (ibidem) e armamento desenfreado que pudessem colocar em causa a sobrevivência dos Estados envolvidos (Waltz, 1979). Por sua vez, uma maior transparência por parte da China é suscetível de melhor demonstrar uma reemergência pacífica (Mastro, 2016).

Grande parte da comunidade internacional percebe a transparência como um garante para a segurança do SI, porém, para potências em desenvolvimento como a China, uma maior transparência não equivale necessariamente a um maior sentimento de segurança (ibidem). Para Mastro (2016), Pequim tem como principal fonte da insegurança não a falta de transparência, mas sim o declínio dos EUA e a conseqüente transição de poder. Deste modo, a China avalia cautelosamente os custos que uma aposta na transparência de informação traz para as suas forças armadas, bem como para a tomada de medidas preventivas por parte dos EUA que coloquem em causa a reemergência chinesa (ibidem). Através do estudo desta estratégia, a autora infere que a China rejeitará uma maior transparência das capacidades até alcançar a paridade militar regional com os EUA.

Se nos debruçarmos sobre este tema à luz do realismo defensivo, constatamos que a transparência militar chinesa é condicionada pela crença dos seus líderes de que os EUA são o fator desestabilizador da região e da segurança chinesa. No entanto, esta posição também acarreta riscos para a China, visto que a não-revelação de informação credível pode levar a erros de cálculo e a uma espiral de insegurança suscetível de causar um conflito (Mastro, 2016). Assim, neste caso, independentemente da posição que a China assuma, a sua segurança nunca se encontra garantida. Em suma, verifica-se a existência de um dilema de segurança exacerbado pela corrida ao armamento, como analisaremos na secção seguinte.

2.5. A militarização do Oceano

Em 2015, o PCC reiterou a necessidade de prestar uma maior atenção à relevância que os oceanos têm vindo a ganhar no SI (The State Council Information Office of the PRC, 2015). De modo que o ELP seja capaz de garantir os interesses chineses no estrangeiro, os vários ramos das forças armadas, nomeadamente a Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN), têm sofrido alterações na sua estrutura, bem como nas estratégias que adotam¹⁹.

Nos últimos anos, a PLAN tem vindo a substituir embarcações mais obsoletas por outras mais modernas (U.S. Department of Defense, 2018) que vão ao encontro dos crescentes desafios que os oceanos têm colocado aos chineses (The State Council Information Office of the PRC, 2015). Segundo o *U.S. Department of Defense* (2018), o desenvolvimento naval chinês tem em vista a utilização de embarcações que naveguem em águas mais distantes e com melhores capacidades de autodefesa. Apesar de o potencial operacional da PLAN para além da primeira cadeia de ilhas ainda ser limitado, os EUA reconhecem que, de facto, a mesma tem vindo a evoluir consideravelmente. Como podemos observar através da Figura 6, a marinha de guerra chinesa ultrapassou em quantidade a norte-americana em 2015 e, em 2021, possuía cerca de 350 embarcações, mais 50 do que os EUA (China Power, 2022; Congressional Research Service, 2023).

A futura constituição da PLAN tem vindo a causar apreensão em Washington. Segundo James Fanell, ex-chefe dos serviços de informação da Frota do Pacífico dos EUA, e Scott Peters (2017, *apud* Fanell, 2019), estima-se que a PLAN venha a possuir cerca de 550 embarcações até ao final de 2023: 450 navios de superfície e 100 submarinos. Aliás, o ex-chefe confia que o Capitólio e o Pentágono haviam debatido se o poder naval dos EUA atingiria, na mesma altura, as 355 embarcações. De facto, a celeridade da construção de embarcações navais pelos EUA não é comparável com a chinesa. Durante a década de 90, as relações positivas que a China possuía com o Japão e a Coreia do Sul proporcionaram-lhe uma modernização dos seus estaleiros, o que se refletiu no aumento quantitativo e qualitativo da sua capacidade de produção (China Power, 2022). Tal permitiu à China que se tornasse no maior construtor naval do mundo, ultrapassando a Coreia do Sul em 2018 (*ibidem*).

À medida que a China prossegue os seus esforços de conversão da PLAN numa marinha com maior projeção, a modernização dos seus submarinos carece de uma especial atenção. Embora a PLAN detenha o maior número de submarinos a diesel do mundo e tenha vindo a destacá-los para operações no Índico, estes são menos resistentes e eficientes que os movidos a propulsão nuclear, dificultando, por

¹⁹ Indo ao encontro da temática abordada na presente dissertação, debruçar-nos-emos apenas sobre a evolução da PLAN.

consequente, a sua mobilização para águas longínquas (Rice e Robb, 2021). Através da análise da Figura 7, constata-se que com 12 submarinos nucleares em 2022, a China ainda se encontrava longe do número de embarcações que os EUA possuíam (50). Uma aposta nestas embarcações movidas a energia nuclear permite à China delegá-las para águas distantes, de forma a melhor monitorizar as movimentações navais dos Estados envolvidos no seu *containment* (ibidem). Não obstante a que estes submarinos não possuam, obrigatoriamente, armas nucleares, a China é uma potência nuclear, podendo utilizar estas embarcações para transportar tal tipo de armas, o que eleva o poder de dissuasão que a China possui no domínio marítimo.

O realismo defensivo preconiza que os desenvolvimentos ao nível nuclear dificultam o surgimento de um conflito aberto, especialmente se envolver dois ou mais Estados com tal tecnologia (Jervis, 1990, *apud* Lobell, 2010). Deste modo, os líderes chinês e norte-americano estão conscientes de que um conflito entre as duas potências não é exequível, visto que o mesmo poderia arrastar outros Estados (entre os quais nucleares) nas regiões vizinhas (ibidem), como no Sudeste Asiático ou no Pacífico Sul, para a guerra, com consequências hediondas para todo o planeta (Sutter, 2023, Entrevista pessoal).

No que concerne às embarcações de superfície (Figura 8), a PLAN é a marinha com mais fragatas (45) e de corvetas (52). No entanto, se tivermos em conta embarcações que atuam em alto-mar, como os cruzadores e os contratorpedeiros, os EUA mantêm uma supremacia indiscutível, nomeadamente ao nível dos cruzadores (24), sendo que a PLAN dispunha apenas de três em 2022. Contudo, a China tem direcionado esforços para colmatar este *gap*, através da produção de embarcações de maiores dimensões, como, por exemplo, o contratorpedeiro *Type 055*, considerado como um dos mais sofisticados e que rivaliza (ou até supera) com a tecnologia de alguns cruzadores norte-americanos²⁰ (CNN Portugal, 2023). Aliás, é expectável que a classe *Type 055* seja das primeiras a receber futuras tecnologias determinantes para o controlo dos oceanos, como canhões eletromagnéticos e sistema de defesa a laser (Military Watch Magazine, 2022).

Apesar destes desenvolvimentos, o lançamento do terceiro porta-aviões, *Fujian*, em 2022, atesta o salto tecnológico que a PLAN deu relativamente aos porta-aviões *Liaoning* e *Shandong* (Al Jazeera, 2022). Através da incorporação no mesmo do sistema eletromagnético de lançamento de aeronaves, apenas instalado no mais recente porta-aviões norte-americano da classe *Ford*, as aeronaves podem transportar mais combustível e armas, o que aumenta o alcance do poderio naval e aéreo chineses (ibidem). Porém, a China não se resignou apenas a este marco histórico, visto que a construção do seu

²⁰ O *Type 055* possui 112 células de sistema de lançamento de mísseis terra-ar e antinavio, ultrapassando as 96 do mais recente contratorpedeiro norte-americano da classe *Arleigh Burke*. Além disso, possui avançados sistemas de armas de rádio e antissubmarinos (CNN Portugal, 2023).

quarto porta-aviões se encontra nos seus estágios iniciais, prevendo-se que seja a propulsão nuclear, permitindo-lhe navegar durante 20 anos sem reabastecer (ibidem). Ao observarmos tais progressos, inferimos que a China tem vindo a aumentar gradualmente as suas capacidades de projeção naval nos oceanos (U.S. Department of Defense, 2018), condição essencial para a concretização do rejuvenescimento da China (The State Council Information Office of the PRC, 2015), tal como Mahan (1890) havia preconizado.

Apesar da pressão que o *containment* lhe impõe, para Rice e Robb (2021), investigadores do *U.S. Naval War College*, a China tem vindo a adaptar de forma bem-sucedida as suas estratégias para o domínio marítimo. Para estes autores, a trajetória evolutiva da PLAN e das suas ações é profundamente moldada pelas Estratégias de Proteção dos Mares Próximos (PMP) [*Near Seas Defense*] e de Proteção dos Mares Distantes (PMD) [*Far Seas Protection*]. No que concerne à PMP, o PCC define-a como uma estratégia de cariz regional e defensiva, com vista a garantir a soberania territorial chinesa, em especial os seus direitos e interesses marítimos nas águas mais próximas (Academy of Military Sciences, 2013). Tendo como base o conceito de defesa ativa, Rice e Robb (2021) inferem que a PMP é vital para o desenvolvimento da estratégia naval chinesa, tendo em conta o crescente risco de conflito entre a China e os Estados atinentes ao *containment* em águas próximas.

Face ao exposto, o PCC reconhece, contudo, que a mesma não tem capacidades para fazer face aos sucessivos investimentos (económicos, militares, diplomáticos e sociais) de reforço ao *containment* que os EUA lhe têm consagrado (Zhang, 2016 *apud* Rice e Robb, 2021). A título ilustrativo, a PMP não impede que, em caso de conflito, a China fique impossibilitada de aceder a LCMs essenciais para a sua sobrevivência (Rice e Robb, 2021). Por conseguinte, Pequim anunciou, em 2019, que a PLAN tem vindo a acelerar a sua adaptação gradual à PMD, à medida que a marinha é alvo de uma crescente sofisticação tecnológica (The State Council Information Office of the PRC, 2019). Apesar de a China não definir exatamente o que entende como mares distantes, a ambição de Xi Jinping em construir uma marinha com projeção mundial - *blue water navy* (Martinson, 2019) - explica que a PMD seja passível de aplicação global (Rice e Robb, 2021). A título exemplar, uma das medidas inerentes à PMD é o frequente destacamento de embarcações chinesas para alto-mar (Rice e Robb, 2021), nomeadamente em operações internacionais, e adquirir, conseqüentemente, maior experiência de atuação em alto-mar (Xinhua, 2016). Algumas dessas operações envolvem medidas defensivas como a proteção das LCMs face a ameaças não-estatais (Rice e Robb, 2021), que se podem transformar em medidas ofensivas, sempre que os mecanismos de defesa se encontrarem saturados (Academy of Military Science Military

Strategy Studies Department, 2013). Em todo o caso, a PLAN atua dentro dos parâmetros delineados pela defesa ativa, pese embora possa adotar uma postura mais ofensiva em casos extremos.

Uma outra dimensão da PMD passa por atingir alvos importantes em profundidades consideradas estratégicas, isto é, que estejam longe da frente de combate, aliviando, assim, a pressão em águas mais próximas ou negando o acesso dos inimigos às mesmas [*sea denial*] (ibidem). Tal aponta para uma complementaridade entre a PMD e a PMP (Rice e Robb, 2021). Neste caso, o destacamento de embarcações para águas distantes (PMD) procura dificultar as capacidades dos inimigos em reforçar/complementar a frente de combate, conferindo vantagem à PLAN em águas mais próximas (PMP). Aliás, Tomé (2023, Entrevista pessoal) afirma que as estratégias foram desenhadas claramente a pensar na questão de Taiwan que, tal como Carrai (2023, Entrevista pessoal) corrobora, ditará o rumo da competição sino-americana e as consequentes posições da China e dos EUA no SI.

Estudado o esforço norte-americano em reforçar o *containment*, a posição assertiva de Xi Jinping e o crescimento dos poderes económico e bélico chineses, podemos afirmar que o dilema de segurança na Ásia-Pacífico, desde o fim da Guerra Fria, se encontra mais exacerbado do que nunca (ibidem). Segundo o realismo defensivo, o dilema de segurança surge e, acima de tudo, propaga-se devido à natureza anárquica que rege o SI (Lobell, 2010). Hoje, o panorama internacional contribui para um sentimento geral de insegurança. Devido à Guerra na Ucrânia e a uma competição sino-americana mais acentuada, as despesas militares globais aumentaram de 2022 para 2023, em termos reais, 3.7% (6.5%, se tivermos em conta a inflação) [SIPRI, 2023]. No que concerne aos Estados da Ásia e da Oceânia, tal despesa tem vindo a subir há mais de 30 anos (European Commission, 2020), situando-se nos \$575 mil milhões em 2023 (SIPRI, 2023).

Relativamente ao panorama atual na Ásia-Pacífico, Tomé (2023, Entrevista pessoal) compara-o ao ambiente que caracterizou a Europa do Século XX, ou seja, uma região repleta de *hot spots*, visto que alberga conflitos congelados, como os da Península Coreana e Taiwan, suscetíveis de arrastar toda a região para um enorme conflito (ibidem). No entanto, para o investigador, a região é também palco de proliferação de armas nucleares e de disputas territoriais e de soberania, com especial ênfase para o Mar do Sul da China. Ao juntar estes três fatores, nos quais a China está envolvida, à retórica chinesa do rejuvenescimento e ao inerente investimento nas forças militares chinesas, estamos perante uma conjuntura que coloca a China no centro do dilema de segurança.

Ao transferir para a realidade as premissas da lente concetual (Lobell, 2010), inferimos que um conjunto de reações e contrarreacções tem vindo a consolidar a espiral de desconfiança entre a China e os EUA desde 2013. Do lado chinês, Xi Jinping tem vindo a criar mecanismos capazes de mitigar as

consequências que o *containment* tem colocado ao rejuvenescimento chinês, nomeadamente através da FRC. Efetivamente, esta iniciativa tem auxiliado a China a financiar a intensa modernização das suas forças armadas, com especial ênfase para a PLAN. Através da produção de contratorpedeiros e de porta-aviões, por exemplo, Pequim almeja ampliar o seu campo de operações e dotar a sua marinha de uma sofisticação cada vez mais próxima da dos EUA. Contudo, perante os avanços da China, Washington também tem desenvolvido respostas suscetíveis de conter o crescimento chinês, nomeadamente durante as Administrações Trump e Biden. Como estudámos, a criação e a continuidade da guerra comercial e a revitalização/criação de alianças com Estados do Pacífico, onde estão incluídos os PICs, demonstram a contrarreacção norte-americana à reação chinesa ao *containment*. Com efeito, estes acontecimentos - com traços que se enquadram no realismo defensivo - estão a expandir o dilema de segurança na região, colocando em causa a paz e a estabilidade que, apesar de frágeis, têm vindo a ser preservadas na Ásia-Pacífico (Tomé, 2023, Entrevista pessoal).

Assim, constatamos que a militarização dos oceanos e a competição pelo controlo das águas no Indo-Pacífico entraram numa fase decisiva não só para as relações de poder na Ásia, como para a conjuntura do SI. Com a implementação gradual da PMD na estratégia da PLAN, o investimento chinês na criação de uma *blue water navy* e o desenvolvimento de novas táticas operacionais são vitais para que a proteção do domínio marítimo e o rejuvenescimento chinês ambicionados pelo PCC se concretizem (Rice e Robb, 2021). Aliás, a expansão, sem precedentes, do teatro operacional da China é visível por todo o globo (Martinson, 2019), incluindo na remota região do Pacífico Sul que se encontra paulatinamente imbuída no dilema de segurança (Fanell, 2019).

3. A resposta chinesa face ao *containment*: a relevância do Pacífico Sul

Hoje, o Pacífico Sul encontra-se no centro das atenções geoestratégicas da competição sino-americana (Pan e Clarke, 2022). Embora a Austrália e a Nova Zelândia mantenham a sua supremacia nos assuntos da região, o recente, mas crescente, papel da China no Pacífico Sul alterou as dinâmicas entre os PICs, retirando-o, deste modo, do esquecimento que lhe era atribuído (Chen, 2019; Pan e Clarke, 2022).

O foco da China em aprofundar a sua presença no Pacífico Sul é vista por Lei e Sui (2021) como um mecanismo passível de aproximar a região à esfera de influência chinesa. No entanto, os desenvolvimentos que se têm observado no Pacífico Sul não são apenas moldados pela vontade chinesa, mas também pela contenção realizada pelos EUA e seus aliados face aos avanços de Pequim (ibidem). Efetivamente, Lei e Sui (2021) reiteram que a intensificação das parcerias entre a China e os PICs pode ser interpretada como mais um exemplo da transferência do poder e das decisões globais para Estados em ascensão, em detrimento da *Pax Americana*, levando, assim, a uma intensa competição, ou, até mesmo, ao confronto direto.

3.1. O Pacífico Sul na resposta da China ao *containment*

Com o fim da Guerra Fria, a relevância para o SI dos 550 000 km² de área e das mais de 25 000 ilhas onde se localizam os 25 Estados e territórios do Pacífico Sul (Costa e Sharp, 2011) passou para plano de fundo (Pan e Clarke, 2022). No entanto, este simples conjunto de ilhas numa zona remota do globo tem vindo a assumir uma importância crescente na competição sino-americana, tal como expôs o primeiro-ministro das Ilhas Salomão, Manasseh Sogavare, na Assembleia Geral das ONU, no dia 23 de setembro de 2022 (Islands Business, 2022c). Efetivamente, a postura ambiciosa e assertiva chinesa que tem vindo a moldar profundamente a agenda regional e o panorama atual do Pacífico Sul diverge daquele que assentava na profunda dependência dos PICs em relação à Austrália e à Nova Zelândia (Chen, 2019). Tal é perceptível através das tomadas de decisão chinesas nos domínios humanitário (ibidem; Zhang, 2015), diplomático - notável na corrida com Taiwan pelo seu reconhecimento *de jure* (Banerji, 2022) - económico, graças aos investimentos realizados no âmbito da FRC (Pan e Clarke, 2022), e, mais recentemente, militar, tendo em conta o acordo de segurança assinado com as Ilhas Salomão, a 20 de abril de 2022 (Fraenkel e Smith, 2022).

Desde 2013 a China realizou vários avanços nos domínios supramencionados. No entanto, em 2022, Pequim sofreu um revés importante nas suas ambições regionais (Bloomberg, 2022), refletindo,

deste modo, o árduo esforço que Pequim tem de realizar para atingir os seus objetivos (Banerji, 2022). Numa reunião a 30 de maio de 2022, a China e os seus parceiros no Pacífico Sul não chegaram a consenso sobre a assinatura de um acordo que teria em vista a adoção da *China-Pacific Island Countries Common Development Vision*²¹ (Bloomberg, 2022).

Apesar deste episódio, não podemos descurar a importância que este acordo traz para um melhor entendimento da postura multifacetada e ambiciosa de Pequim no Pacífico Sul (Lei e Sui, 2021; Sutter, 2023, Entrevista pessoal). Com base no rascunho do acordo ao qual a *ABC News (Australian Broadcasting Corporation)* [2022] teve acesso, constatámos que a China tem vindo não só a fortalecer as suas relações com os PICs, como também a aperfeiçoar o seu perfil de *security-seeking state*. O artigo 1º foca-se no respeito pela soberania e integridade territorial, na não-interferência em assuntos nacionais de cada Estado (ponto 3) e no desenvolvimento comum preconizado pelo rejuvenescimento chinês (ponto 1) [ibidem]. Além disso, o documento também reforça o respeito pelo *Princípio de Uma Só China* e uma maior cooperação a nível de segurança perante ameaças tradicionais e não-tradicionais (ponto 4) [ibidem]. No artigo 2º, as partes comprometem-se a aperfeiçoar a cooperação nos domínios económico, nomeadamente por intermédio da FRC (artigo 3º), e ambiental, através da criação do *China-Pacific Island Countries Climate Change Cooperation Center* (artigo 7º) [ibidem].

Tal como ocorrera na *Indo-Pacific Strategy* e viria a estar presente na Parceria EUA-Pacífico, verificamos que também a China adota uma postura de *security-seeking state*, especialmente em temas cruciais para os PICs, como é o caso do combate às alterações climáticas²² (Tomé, 2023, Entrevista pessoal). De facto, apesar da tentativa da China em transmitir que um maior papel chinês no Pacífico Sul traria múltiplos benefícios para os PICs, a não-assinatura deste acordo demonstra, na prática, que os receios sobre o crescimento exponencial chinês na região triunfaram sobre o perfil de *security-seeking*. Tendo em vista a obtenção de algumas concessões a nível de segurança (Zhang, 2021, Sutter, 2023, Entrevista pessoal), referido de forma mais subtil no acordo, inferimos que a política externa chinesa para o Pacífico Sul é pautada por um desejo em ir ao encontro das prioridades dos PICs, sem nunca descurar as vantagens que os 550 000 km² de área marítima podem oferecer ao seu rejuvenescimento (Sutter, 2023, Entrevista pessoal).

²¹ O primeiro-ministro das Ilhas Fiji, Frank Bainimarama, confidenciou que certos Estados se sentiam desconfortáveis quanto à possibilidade de o acordo permitir a Pequim expandir a sua influência no Pacífico Sul (ibidem)

²² Em fevereiro de 2023, Xi Jinping divulgou as bases para a criação da *Global Security Initiative*, um projeto no domínio da segurança com vista à erradicação dos precursores de futuros conflitos (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2023), no qual a proteção dos PICs das alterações climáticas está presente (ponto 10, secção III).

Estes recentes avanços chineses no Pacífico Sul contrastam com a inércia que caracterizou a postura norte-americana durante décadas na região (Sutter, 2023, Entrevista pessoal) e causaram uma série de reações em Washington (capítulo 1), com vista à proteção daquele que é (ou era) considerado a zona de influência estratégica dos EUA (Lei e Sui, 2021). Contudo, os especialistas que entrevistámos (Carrai, Sutter e Tomé) reconhecem que os EUA continuam a ser o ator com maior relevância na região, dado que a influência norte-americana permanece inigualável, não obstante as intenções chinesas de conquistar a sua quota parte de relevância. Tal materializou-se na boa receção da Parceria EUA-Pacífico pelos PICs (The White House, 2022c), contrariamente à *China-Pacific Island Countries Common Development Vision* (Bloomberg, 2022). No entanto, Chen (2019) defende que não é a ação da China *per se* que tem vindo a aumentar as tensões na região, mas sim a reação dos EUA e dos seus aliados às incursões de Pequim que tem fomentado a complexa situação geopolítica da região e colocado o futuro dos PICs numa incógnita (Pan e Clarke, 2022).

3.1.1. A aproximação entre a China e os PICs

O Pacífico Sul tem sido palco de uma corrida entre a China e Taiwan que visa o reconhecimento do *Princípio de Uma Só China* por parte dos PICs (Lei e Sui, 2021). Ao longo de várias décadas, ambos os territórios procuraram o dito reconhecimento *de jure*, existindo, hoje, uma clara vantagem para a China, visto que é reconhecida por 10 Estados²³, enquanto Taiwan é reconhecida por apenas quatro (Ilhas Marshall, Nauru, Palau e Tuvalu) [Grossman, 2022]. Aliás, antes de as Ilhas Salomão e Kiribati passarem a reconhecer a China em 2019, ambos possuíam relações diplomáticas com Taiwan (Zhang, 2021).

As conquistas diplomáticas que a China alcançou nas últimas décadas não surgiram devido apenas a esforços diplomáticos, mas também em virtude da crescente influência que Pequim tem vindo a adquirir em especial nas populações locais através da ajuda humanitária que tem direcionado para um número significativo de PICs (Chen, 2019; Zhang, 2021). Segundo o *Lowy Institute* (2023), a China é o seu segundo maior fornecedor de ajuda humanitária (\$3,37 mil milhões - 9%), largamente atrás da Austrália (\$15,17 mil milhões - 42%), mas à frente dos EUA (\$2,3 mil milhões - 6%). Ao analisarmos mais detalhadamente a distribuição dos fundos chineses (onde não estão incluídos os fornecidos pelo BAI), verificamos que aproximadamente 40% se destinam a infraestruturas, em especial, para o setor dos transportes onde se incluem portos e aeroportos (25,6%) [ibidem].

²³ Ilhas Fiji e Samoa (1975), Papua-Nova Guiné (1976), Vanuatu (1982), Estados Federados da Micronésia (1989), Ilhas Cook (1997), Tonga (1998), Niue (2007), Ilhas Salomão e Kiribati (2019) [Szadziwski, 2021].

No entanto, importa realçar o crescimento da ajuda no domínio da saúde após 2019. Até então, o total destinado à saúde rondava os \$3,12 mil milhões, dos quais \$387 milhões haviam sido oficialmente utilizados (ibidem). No entanto, com a pandemia COVID-19, o valor destinado aumentou para \$4,25 mil milhões (\$897 milhões utilizados) [ibidem], ou seja, um aumento de 136% entre 2019 e 2020²⁴. Além disso, a China doou 600 000 vacinas aos PICs, formou cerca de 10 000 profissionais de saúde e enviou 600 profissionais chineses para auxiliarem 260 000 pessoas (Embassy of the PRC in the Republic of Indonesia, 2022). De facto, estas campanhas realizadas pela China, conhecidas como *diplomacia das vacinas* aumentaram a sua influência na região, aproximando Pequim dos PICs e cultivando um receio nos EUA e nos seus aliados regionais sobre as pretensões chinesas no Pacífico Sul, entre as quais o estabelecimento de uma base militar num destes territórios (Yarmoshuk, 2022). Na prática, verificamos que tal postura altruísta oculta uma componente realista. Este é o entendimento de Luís Tomé (2023, Entrevista pessoal), segundo o qual as relações positivas entre a China e os PICs são passíveis de conceder à China uma monitorização do Pacífico Sul, mais concretamente das embarcações dos EUA e dos seus aliados.

Apesar de serem Estados com pouco poder e relevância nas decisões mundiais (Pan e Clarke, 2022), os PICs possuem, na ONU, o mesmo número de votos (um) que os outros Estados (Banerji, 2022). Deste modo, os avanços diplomáticos e humanitários da China no Pacífico Sul proporcionam 10 votos em seu favor na Assembleia Geral das ONU. Entre outros aspetos, tal revela-se vantajoso em questões vitais para Pequim, entre as quais Taiwan, Hong Kong e o Mar do Sul da China (ibidem). A título ilustrativo, em 2016, a Papua-Nova Guiné e Vanuatu manifestaram o seu apoio a Pequim relativamente às suas pretensões no Mar do Sul da China. Mais tarde, em 2020, a Papua-Nova Guiné voltou a apoiar a China no que concerne à implementação da Lei de Segurança em Hong Kong (Zhang, 2021). Tendo em conta os ponderados esforços diplomáticos e humanitários chineses e os seus efeitos benéficos para Pequim, Sutter (2023, Entrevista pessoal) considera que o objetivo chinês de expandir a sua influência para o Pacífico Sul foi alcançado, contribuindo, assim, para o crescente isolamento de Taiwan.

Relativamente ao domínio económico, entre 1992 e 2021, as relações comerciais entre a China e os PICs atingiram uma média anual de crescimento na ordem dos 30% (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2022c), justificando, deste modo, a sua integração na Rota da Seda Marítima do Século XXI (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2015a). No âmbito da FRC, a China assinou *memoranda* de entendimento com os 10 PICs que possuem relações diplomáticas com Pequim, traduzindo-se, assim,

²⁴ Os valores de 2021 e 2022 encontram-se, à data da escrita da presente dissertação, incompletos.

em mais de \$20 mil milhões destinados, entre outros, à construção de infraestruturas (Banerji, 2022). Se observarmos a localização geográfica destes Estados, entendemos o porquê de a FRC ter sido tão bem recebida pelas populações locais (Szadziwski, 2021). Na verdade, o projeto é uma alternativa para os PICs diversificarem o seu comércio com outros mercados e se libertarem da dependência que possuem da Austrália e da Nova Zelândia, tanto que hoje cinco países²⁵ tornaram-se membros do BALL (Asian Infrastructure Investment Bank, 2023). Por outro lado, a presença da China tornou-se visível com a chegada de mais turistas e a consequente melhoria da economia local e com a modernização geral das infraestruturas (Hayward-Jones, 2019 *apud* Chen, 2019). Porém, atendendo ao facto de que tal investimento económico chinês não só nos PICs, como também na exploração dos recursos nos leitos oceânicos não se traduzir em lucros tão expressivos como os gerados na América Latina ou em África (Lei e Sui, 2021), inferimos que, tal como no caso norte-americano, a relevância do Pacífico Sul se insere basicamente numa índole geoestratégica, dado que a sua viabilidade para mitigar os efeitos da guerra comercial é diminuta.

De facto, ao consubstanciar-se os fundos em construções concretas e, acima de tudo, visíveis, aliada à crescente ajuda humanitária, a perceção da China no Pacífico Sul melhorou consideravelmente na última década (*ibidem*). Na verdade, esta presença serviria para Pequim encontrar uma nova rota passível de lhe permitir escapar ao *containment* imposto nas suas águas mais imediatas (Szadziwski, 2021). Deste modo, consideramos que esta procura por soluções em regiões mais distantes inserem-se numa mentalidade realista defensiva, evidenciando o objetivo final dos esforços chineses em fortalecer a sua segurança.

3.1.2. A inserção do Pacífico Sul no desenvolvimento militar chinês

O fortalecimento das relações entre a China e os PICs tornou Pequim no principal parceiro do quadro de Cooperação Sul-Sul (Banerji, 2022). Na verdade, esta posição de destaque não só beneficia a influência chinesa na região, como também facilita o seu acesso à localização geoestratégica das inúmeras ilhas (*ibidem*) que estão espalhadas por uma área semelhante à parte continental dos EUA (Grossman, 2020).

Tendo em conta a corrida armamentista, diplomática e económica entre a China e os EUA no Pacífico Sul, partilhamos da opinião de Zhang (2021) de que se a China quiser fazer face ao poderio militar norte-americano, necessita de garantir uma presença militar na região. Aliás, o investigador assume que a literatura chinesa tem adotado uma postura mais realista acerca do Pacífico Sul,

²⁵ Ilhas Cook, Ilhas Fiji, Samoa, Tonga e Vanuatu.

persuadindo as elites chinesas a construir e/ou utilizar infraestruturas em determinados PICs, como Vanuatu e Ilhas Fiji, satisfazendo, assim, necessidades civis/comerciais e militares.

Embora o aumento do interesse militar chinês no Pacífico Sul tenha sido alvo de investigação recente (Lei e Sui, 2021; Zhang, 2021 e Banerji, 2022), a literatura não questiona a possibilidade de a região constituir uma réplica daquilo que é o Colar de Pérolas no Índico. Aproveitando este *gap* na literatura, colocámos esta questão aos três entrevistados (Carrai, Sutter e Tomé), tendo estes sido consensuais quanto à possibilidade de o Pacífico Sul constituir um prolongamento da militarização do Colar de Pérolas. Porém, tal seria condicionado pela reação dos EUA e dos seus aliados, visto que Washington também prolongaria o *containment* realizado no Indo-Pacífico para o Pacífico Sul. Apesar deste aparente árduo trajeto para Pequim, Sutter (2023, Entrevista pessoal) relembra que a conjuntura pode alterar-se, remetendo-nos para a Guerra da Ucrânia e para as consequências que uma eventual vitória da Rússia traria para a descredibilização do Ocidente. Para o investigador, a confiança dos EUA seria fortemente afetada e comprometeria as ambições norte-americanas em conter o crescimento chinês no Pacífico Sul.

Acrescente-se que a China considera o Pacífico Sul fundamental também para o desenvolvimento do seu programa espacial (Zhang, 2021). Através da monitorização do Oceano Pacífico levada a cabo pelos navios chineses *Yuan Wang*, que têm como função rastrear e auxiliar satélites e mísseis balísticos utilizados pelo ELP, Pequim tem vindo a melhorar o seu sistema de navegação por satélite, *BeiDou*, e a aproximá-lo da contraparte norte-americana, o *Global Positioning System* (GPS) [ibidem; CNBC, 2023]. Segundo Christopher Newman, a RPC pretende demonstrar que, através do *BeiDou*, consegue fazer face a qualquer ameaça que ponha em causa a sua segurança (CNBC, 2023). Deste modo, indo ao encontro da relevância que a tecnologia possui para o realismo defensivo (Van Evera, 1999), com um melhor sistema de navegação, a China consegue aperfeiçoar as suas capacidades defensivas, enquanto dificulta quaisquer tentativas de agressão pelos EUA e seus aliados. Tal como Waltz (1979) havia sublinhado, só quando a segurança é melhor garantida é que os Estados podem focar-se com mais tranquilidade noutros objetivos e, efetivamente, o *BeiDou* tem estimulado de forma transversal as capacidades chinesas: o lucro (FRC), o poder (modernização das forças armadas chinesas) e a diplomacia/paz (CNBC, 2023) que, no caso em análise, ligamos à questão de Taiwan e à unificação chinesa.

Os fatores abordados nesta secção revelam um arrastamento do Pacífico Sul para uma conjuntura militarizada imposta por atores extrarregionais que almejam combater ameaças que os PICs não reconhecem como tal (Wesley-Smith e Finin, 2021). Esta situação tem vindo a empurrá-los gradualmente para normalizarem a militarização da região, mesmo que tal vá contra as suas intenções.

Ilustrativo a este respeito, entre 12 e 23 de setembro de 2022 teve lugar nas Ilhas Fiji o maior exercício militar no Pacífico Sul, envolvendo 270 militares vindos dos EUA, do Reino Unido, da Austrália e da Nova Zelândia, com vista à contenção da crescente influência chinesa na região (Islands Business, 2022b). Apesar de o Embaixador dos EUA para as Ilhas Fiji, Tony Greubel, reiterar a importância destes exercícios para a manutenção de um Indo-Pacífico livre, Suva não partilha da mesma opinião e reitera que o maior desafio que os PICs enfrentam são as ameaças ambientais e não Estados terceiros (ibidem). Naturalmente, este exercício causou apreensão em Pequim, com a China a afirmar que não possui objeções à cooperação no domínio da defesa entre países que tenham acordos para tal, referindo-se pelas entrelinhas ao AUKUS, mas sublinhou que a mesma não deve incluir países terceiros (ibidem).

3.2. As parcerias chinesas nas Ilhas Salomão e em Kiribati

Desde a troca de reconhecimento diplomático de Taiwan pela RPC, em 2019, Kiribati e as Ilhas Salomão têm vindo a manter fortes parcerias com Pequim, tidas, aliás, como sucessos dos esforços chineses no Pacífico Sul (Grossman, 2022). Aliás, Manasseh Sogavare, primeiro-ministro das Ilhas Salomão, considera a crescente presença da China no Pacífico Sul como uma alternativa à hegemonia dos EUA e do poder que o seu aliado, a Austrália, tem vindo a exercer na região (Lei e Sui, 2021). Segundo Wang Yi, desde que as relações diplomáticas foram restabelecidas entre ambos e as Ilhas Salomão se comprometeram a respeitar ao *Princípio de Uma Só China*, Pequim tornou-se um parceiro importante para o seu desenvolvimento (Ministry of Foreign Affairs of the PRC, 2022d).

A 20 de abril de 2022, a China e as Ilhas Salomão assinaram um controverso acordo de segurança (Fraenkel e Smith, 2022; The Washington Post, 2022). Com base na informação transmitida para a orla pública pelos signatários, este acordo autoriza a China a enviar navios de guerra para as águas salomonenses, a fornecer formação e assistência às forças policiais do arquipélago (Grossman, 2022) e a garantir a segurança da população chinesa e dos principais projetos nos quais a China esteja envolvida (Fraenkel e Smith, 2022). Este êxito geopolítico chinês permite a Pequim ter acesso às águas do Pacífico Sul, adentrando-se, assim, por uma região tida sob o domínio dos EUA (Lei e Sui, 2021), defender as suas novas fronteiras do Século XXI (Martinson, 2019) nestes territórios e, acima de tudo, ter a sua primeira presença militar no Pacífico Sul (Grossman, 2022; The Guardian, 2022). Contudo, as negociações secretas que levaram à assinatura deste acordo denegriram bastante a imagem chinesa perante os Estados regionais (Grossman, 2022). Com efeito, Naomi Mata'afa, primeira-ministra de Samoa, realça que as questões abrangidas pelo acordo não tiveram em consideração as ambições dos

restantes PICs relativamente à arquitetura de segurança que desejam para a sua região (ibidem). Por sua vez, Grossman (2022) e Sutter (2023, Entrevista pessoal) reiteram que o acordo minou a confiança que os países insulares depositavam na China e que, de ora em diante, uma expansão da influência chinesa na região tornar-se-ia mais difícil (Sutter, 2023, Entrevista pessoal).

Embora Kabutaulaka (2023) infira que a atual competição sino-americana pode trazer consequências negativas para as Ilhas Salomão, acreditamos que, na verdade, as mesmas já se fazem sentir. Em 2022, Sogavare criticou perante a Assembleia Geral da ONU o vexame do qual as Ilhas Salomão têm vindo a ser alvo desde 2019 (Islands Business, 2022c). Segundo o primeiro-ministro salomonense, o reconhecimento da PRC foi uma decisão tomada por um governo democraticamente eleito e que, por isso, a soberania e a democracia das Ilhas Salomão têm de ser respeitadas (ibidem). No entanto, Wesley-Smith e Smith (2021) criticam-no por ignorar o facto de que a competição sino-americana dificulta a manutenção de uma postura neutra, em especial daqueles que procuram apoio militar de um dos lados. Aliás, Sutter (2023, Entrevista pessoal) afirmou que quem ousasse albergar uma base militar chinesa sofreria um grande custo, nomeadamente um isolamento imposto pelos Estados regionais.

No que concerne aos interesses chineses em Kiribati, segundo a Casa Branca, a China tem vindo a discutir com Kiribati um acordo de segurança que lhe permita estabelecer um ponto logístico geoestratégico no Pacífico Sul que se encontre apenas a 3000 km do Havai (Islands Business, 2022a). Apesar de o Secretário dos Negócios Estrangeiros de Kiribati, Michael Foon, negar qualquer discussão com vista à criação de um acordo de segurança, Tessie Lambourne, líder da oposição kiribatiana, acredita que o arquipélago é o próximo país da região no qual a China procura estabelecer a uma presença militar (ibidem).

Apesar de eventuais rumores ou especulações, não se pode ignorar a aproximação que se tem verificado entre ambos. Ilustrativo a este respeito foi a assinatura a 24 de setembro de 2022 de 10 *memoranda* de entendimento (The Global Times, 2022). Em entrevista ao *The Global Times*, o embaixador kiribatiano na RPC, David Teaabo, garante que Kiribati vê a China como um amigo e não como um desestabilizador no Pacífico (ibidem). A título de exemplo, o investimento que chega ao arquipélago por intermédio da FRC tem levado a um desenvolvimento geral do país (ibidem). Curiosamente, parte do mesmo é direcionado para infraestruturas geoestratégicas, como, por exemplo, para a renovação do aeroporto na ilha de Kanton (ibidem) que se torna numa das infraestruturas de dupla utilização com investimento chinês mais próximas dos EUA (Islands Business, 2022a). Relativamente ao acordo de segurança entre a China e as Ilhas Salomão, o diplomata defende que este

é uma questão de soberania de benefício mútuo e que não diz respeito ao arquipélago de Kiribati (ibidem).

Tal como Jervis (1978) sugere, uma postura cautelosa favorece a capacidade de projetar e de aprimorar as capacidades defensivas de um Estado. Efetivamente, através do acesso às águas salomonenses, a China adquire uma importante plataforma passível de lhe permitir monitorizar as movimentações das marinhas norte-americana e australiana. Além disso, o acordo com as Ilhas Salomão possibilita à PLAN obter experiência em águas longínquas do território continental e, deste modo, colocar em prática a PMD, se tal se tornar necessário, como analisaremos de seguida.

3.3. O Pacífico Sul na questão de Taiwan

No início de 2023, o Diretor da CIA, William Burns, revelou que Xi Jinping informou as suas forças armadas que têm até 2027 para estarem preparadas para iniciar uma invasão a Taiwan (Los Angeles Times, 2023). Mais tarde, Antony Blinken, quando questionado sobre esta avaliação de Burns, afirmou que partilhava da mesma opinião²⁶ (South China Morning Post, 2023b). Além de Washington, o Ministro dos Negócios Estrangeiros taiwanês, Joseph Wu, confidenciou que 2027 é o ano-chave que definirá o curso das relações no Estreito (The Guardian, 2023). No entanto, dado os acontecimentos que têm vindo a ter lugar na Ucrânia e que se revelaram avassaladores para a Rússia (Fox News, 2023), Burns acredita que os mesmos condicionaram uma tomada de decisão por parte de Xi Jinping, visto que o líder chinês se demonstra reticente relativamente ao sucesso da invasão, tendo em conta o possível auxílio norte-americano a Taiwan (Los Angeles Times, 2023).

Tal incerteza tem levado a que as forças armadas chinesas se tenham tornado mais ativas no Estreito de Taiwan (The Guardian, 2022). A título ilustrativo, a 19 de agosto de 2023, Pequim voltou a realizar exercícios militares em torno de Taiwan, nos quais 40 aviões de guerra sobrevoaram a zona de defesa aérea taiwanesa e com 26 a atravessarem a linha mediana do Estreito de Taiwan (BBC News, 2023b). A justificação chinesa para tais movimentações centrou-se na escala que Lai Ching-te, vice-presidente taiwanês, realizou nos EUA, enquanto ia a caminho do Paraguai, um dos 14 Estados que reconhecem Taiwan (ibidem). Efetivamente, Lai é um dos principais candidatos às próximas eleições presidenciais de 13 de janeiro de 2024 em Taiwan e é tido por Pequim como uma ameaça à sua segurança (ibidem). Dada a intensificação da competição sino-americana, a tentativa de unificação com

²⁶ A intervenção foi realizada quando o Secretário de Estado dos EUA procurava garantir um orçamento suplementar para a Defesa, no valor de \$63 mil milhões, de forma a fazer face às crescentes ameaças russa e chinesa (ibidem)

Taiwan deixou de ser uma probabilidade e tornou-se numa certeza (Wesley-Smith e Finin, 2021), sendo que a questão que se coloca agora é quando e como é que isso acontecerá e qual a relevância que o Pacífico Sul possui nesta questão em concreto (ibidem). Deste modo, os autores argumentam que a crescente militarização dos PICs pode, sem dúvidas, envolvê-los na questão de Taiwan.

Até 2022, as Ilhas Fiji, Papua-Nova Guiné e Tonga eram os únicos PICs que possuíam forças armadas (Reuters, 2022). No entanto, após as assinaturas dos acordos de segurança entre as China e as Ilhas Salomão e entre os EUA e a Papua-Nova Guiné, certos países, nomeadamente as Ilhas Salomão e Vanuatu, têm ponderado a criação de forças armadas defensivas (Islands Business, 2023). Após uma visita à China, Sogavare revelou publicamente o desejo de criar tal força defensiva e, tendo em conta a coincidência desta afirmação e da visita de Sogavare, o Vice-primeiro-ministro australiano, Richard Marles, partilhou que a Austrália possuía um grande interesse em tornar-se parceira das Ilhas Salomão nesta questão sensível (ibidem). Tal demonstra o desejo da Austrália em contra-atacar a expansão da influência chinesa na região. Além disso, Marles acredita que Vanuatu venha a seguir o mesmo caminho, visto que assinou (mas não ratificou) no final de 2022 um tratado de segurança com Canberra (ibidem). Dito isto, apesar de nas secções 3.1 e 3.2, o dilema de segurança ter sido enquadrado nas perspetivas chinesa e norte-americana, constatamos que o mesmo se está também a enraizar rapidamente na mentalidade dos PICs. De facto, as Ilhas Salomão e Vanuatu, Estados que apregoam um sentimento de simpatia para com todos e de inimizade para com ninguém (Islands Business, 2022c), estão lentamente a colocar em causa a sua sobrevivência, não devido às alterações climáticas, mas sim por receio de ataques realizados por Estados terceiros. Efetivamente, os PICs anseiam, por um lado, combater a sua débil posição na competição sino-americana e, por outro, mitigar as consequências impostas pelo dilema de segurança, evitando, assim, que o seu papel se reduza a de meros joguetes na competição entre as grandes potências (Tomé, 2023, Entrevista pessoal).

Composto por enormes Estados oceânicos, o Pacífico Sul afigura-se um palco de movimentações privilegiado para as marinhas de guerra chinesa e norte-americana (Tomé, 2023, Entrevista pessoal) e, por conseguinte, fulcral para o rejuvenescimento chinês, bem como para a manutenção da *Pax Americana*. De facto, para o rejuvenescimento chinês se concretizar, Xi Jinping almeja solucionar a questão de Taiwan durante a sua Presidência, convertendo-se, assim, no dirigente suscetível de alcançar a unificação chinesa (ibidem). No caso de um eventual conflito entre a China, Taiwan e os EUA, o Pacífico Sul pode ser percebido, por um lado, como o culminar do desenvolvimento bélico chinês e, por outro, como um espaço vital para a negação de acesso dos EUA à Formosa. A região é suscetível de proporcionar à PLAN residência (Figura 9), contribuindo, desta forma, para o prolongamento do Colar de

Pérolas existente no Índico, por sua vez, para as águas mais distantes do Pacífico Sul. A concretizar-se tal cenário, isto é, na hipótese de a China se tornar, um dia, num ator residente, a PLAN beneficiaria do acesso a infraestruturas críticas, com vista à sua operação longe do território chinês. Neste contexto, por ora hipotético, há dois Estados, as Ilhas Salomão e Kiribati, particularmente propensos a acolher bases militares chinesas que tornar-se-iam fundamentais não só para as movimentações chinesas no Oceano Pacífico (Sutter, 2023, Entrevista pessoal). Neste sentido, Chang (2021) considera o potencial surgimento de uma cadeia de ilhas (Figura 9), cujo papel é fundamental para mitigar o acesso do destacamento norte-americano estacionado na Austrália ao Pacífico Norte.

A presença de um maior contingente de forças chinesas no Pacífico Sul contribui para implementar, com mais eficácia, a doutrina militar chinesa na região, em especial a PMD e a estratégia de negação de área aos EUA (Tomé, 2023, Entrevista pessoal). Com a possibilidade de monitorizar as movimentações da marinha norte-americana que venham em auxílio de Taiwan entre a segunda e a terceira cadeias de ilhas (Figura 9), a China ambiciona, assim, mitigar o apoio militar norte-americano a Taipé. Para o efeito, Pequim pode optar por atingir diretamente o contingente proveniente dos EUA ou então por se dirigir para a segunda cadeia de ilhas, a partir da qual se encontra em condições de atacar as forças dos EUA presentes em Guam. Aliás, segundo Tomé (2023, Entrevista pessoal), os EUA têm vindo a distribuir as suas forças armadas presentes em Guam para outras bases militares espalhadas pelo Pacífico. Trata-se de uma forma de obrigar, por um lado, a China a atacar em várias direções, com vista a não sofrerem novamente uma repetição de *Pearl Harbor*, mas também a aumentar o esforço de monitorização chinês. Não obstante esta vertente ofensiva, Pequim tem em vista a proteção da segurança e da integridade territoriais chinesas que, segundo o realismo defensivo, estão colocadas em causa pelo apoio militar que as constantes administrações norte-americanas têm oferecido a Taiwan. No que concerne o apoio dos EUA a Taipé, o mesmo, segundo a lente concetual, tem a intenção de permitir a Taiwan aguentar uma investida inicial chinesa, de forma que Washington tenha tempo de se organizar e ajudar os taiwaneses.

No entanto, tal como Chen (2019) reitera, a importância do Pacífico Sul na resposta da China ao *containment* imposto pelos EUA e seus aliados não pode ser dissociada da forma como Washington tem reagido face à reemergência chinesa no SI. Tal tem propiciado a fragmentação do SI em duas órbitas de influência. De um lado, a ordem liberal liderada pelos EUA e pelo Ocidente, na qual assenta o SI, e, do outro, uma ordem emergente liderada pela China, assente, entre outras, em iniciativas como o BAII e a FRC (Tomé, 2023, Entrevista pessoal). Quando questionado sobre uma possível resposta tardia dos EUA face à China no Pacífico Sul, o especialista assume que ainda é cedo para verificar se Washington

conseguirá (ou não) travar o avanço económico chinês. Por sua vez, no que concerne aos domínios da defesa e da segurança, o especialista não tem dúvidas de que os EUA ainda possuem uma larga vantagem sobre a China. No entanto, Sutter (2023, Entrevista pessoal) vai mais longe, ao acreditar que Pequim se encontra numa situação em que não consegue expandir-se mais devido ao prolongamento por parte dos EUA do *containment* que exercem habitualmente nas águas mais imediatas da China para o Pacífico Sul.

Tendo em conta não só o rejuvenescimento chinês, como o contínuo apoio militar a Taipé, Tomé (2023, Entrevista pessoal) considera que os EUA concebem a queda de Taiwan como o fim da sua hegemonia no Pacífico. Com o controlo sobre Taiwan, a China ficaria com uma frente oceânica passível de lhe oferecer uma projeção naval significativa, enquanto a credibilidade dos EUA perante os seus aliados ficaria arruinada (ibidem). Ilustrativo acerca da importância de Taiwan para os EUA é o facto de Washington se revelar reticente em intervir diretamente na Guerra da Ucrânia, embora se reserve, no caso de atacada, apoiar militarmente a ilha. Em jeito de prospetiva, Tomé aponta dois potenciais cenários. Num deles, Washington intervém em Taiwan, arriscando numa guerra total com a China que compromete milhões de vidas. Já num segundo cenário, os EUA não intervêm e colocam em causa a credibilidade do sistema de alianças que têm vindo a construir desde há décadas na região, iniciando-se, deste modo, o fim da *Pax Americana*. No entanto, o especialista acrescenta que se surgir algum conflito, o mesmo nunca terá lugar no Pacífico Sul, mas sim nos mares em redor da China, onde a mesma possui vantagem naval e pode atingir, através do lançamento de mísseis, qualquer ajuda que chegue a Taiwan (ibidem).

Apesar de a situação no Estreito de Taiwan ter vindo a deteriorar-se, os três entrevistados (Carrai, Sutter e Tomé) acreditam que a China e os EUA não se mostram favoráveis à guerra, havendo, por conseguinte, espaço de manobra para resolver a situação. De facto, se observarmos a interdependência entre a China e os EUA, a competição sino-americana diverge da situação que se viveu na Guerra Fria (Tomé, 2023, Entrevista pessoal) e, por essa razão, também discordamos do sentimento negativista resultante do dilema de segurança. Tal é suscetível de incentivar os intervenientes principais (China e EUA) e recém-chegados (PICs) a procurarem uma via diplomática para mitigar os efeitos do enraizamento do dilema de segurança no Pacífico Sul.

Conclusão

Face ao que foi abordado no presente estudo de caso, procuramos, nas linhas que se seguem, responder à questão que guiou este estudo: “Qual a relevância do Pacífico Sul na resposta da China ao *containment* norte-americano desde 2013?”. Para o efeito, o realismo defensivo proporcionou um melhor entendimento do *modus operandi* quer de Washington, quer de Pequim. Este é caracterizado pela preocupação mútua em que a competição sino-americana não resvale para um confronto militar direto, pese embora se verifique uma assertividade crescente na tentativa de melhor garantir a sua segurança de cada um destes atores. Deste modo, a nossa resposta à pergunta de investigação aponta para cinco conclusões primordiais.

Enquanto primeira grande conclusão, constatamos que a postura norte-americana é pautada por um cariz simultaneamente ofensivo e defensivo. Com efeito, desde a Administração de Donald Trump que a contenção da China e a concomitante manutenção da hegemonia dos EUA no Pacífico Sul têm merecido uma atenção preponderante. De facto, tal postura vai ao encontro de uma premissa basilar do realismo defensivo: o desejo de manter o *status quo*. Não obstante o renascimento do QUAD durante a Administração Trump, a política externa na era Biden concebe a revitalização das alianças e do multilateralismo com os Estados regionais como um ponto vital para o fortalecimento das cadeias de ilhas estratégicas e, deste modo, do exercício do *containment*. Acresce que, nos últimos anos, a retórica anti-China tem sido particularmente marcante nos EUA, o que contribuiu para que surgisse, entre outros, o AUKUS que, ao invés do QUAD, constitui uma resposta direta ao expansionismo chinês na região. Tal postura norte-americana enquadra-se, por conseguinte, nos propósitos do realismo defensivo. Na verdade, ao já não conseguir, como outrora, fazer face ao crescente poder chinês na região, os EUA necessitam cada vez mais do apoio de terceiros que também percecionam a China como uma ameaça à sua segurança.

Graças ao método comparativo no tempo, inferimos que as Administrações Trump e Biden, embora possuíssem diferentes prioridades de política externa, convergem, no entanto, face à necessidade de mitigar os efeitos na reemergência chinesa aos níveis económico e militar. Deste modo, o surgimento da guerra comercial em 2018 é suscetível de representar uma medida simultaneamente ofensiva e defensiva que visa a manutenção do *status quo* norte-americano. Por um lado, o carácter ofensivo está subjacente à intenção de os EUA em mitigarem o crescimento económico chinês, retardando o processo de modernização das forças armadas chinesas. Por outro lado, a componente defensiva está patente no desejo dos EUA em acelerar o ritmo da sua produção naval, com vista à criação de uma força no Pacífico capaz de mitigar o expansionismo chinês. Na verdade, com a chegada de

Pequim às longínquas águas do Pacífico Sul, considerado durante décadas como uma região sob o domínio incontestável dos EUA, constatamos que a guerra comercial não alcançou os efeitos desejados por Washington. Com efeito, na componente ofensiva, o ritmo de crescimento da economia chinesa continua significativo e a modernização das forças armadas chinesas progride rapidamente. Já no domínio da defesa, os EUA continuam a não conseguir acompanhar o desenvolvimento simultaneamente quantitativo e qualitativo que Pequim tem destinado às suas forças armadas. Efetivamente, Washington tem vindo a perder progressivamente capacidade de reação face às movimentações da PLAN que paulatinamente se expandem para a remota região do Pacífico Sul.

Como segunda grande conclusão, verificamos que o caráter realista das medidas adotadas pela China para o fortalecimento e expansão da sua economia e das suas forças armadas está camuflado na narrativa *win-win* de construção de uma Comunidade de Destino Comum, assente nos desejos mais utópicos inerentes ao Sonho Chinês, que Pequim apresenta à comunidade internacional. No entanto, as elites políticas chinesas, grupo ao qual o realismo concede especial atenção, reconhecem que a proteção das Linhas de Comunicação Marítimas é essencial para a sobrevivência do regime chinês. Por conseguinte, o crescente perfil realista defensivo que o PCC tem adotado materializou-se, entre outros, na construção do Colar de Pérolas, integrado na Rota da Seda Marítima do Século XXI, constituído por um conjunto de portos passível de fornecer apoio logístico à PLAN. Em suma, a FRC é o expoente de uma simbiose entre *soft* e *hard power* chinês, fruto da nova política externa na era Xi Jinping, permitindo a Pequim canalizar os seus ganhos económicos para a modernização das suas forças armadas. Acrescente-se que a FRC é um mecanismo que permite a Pequim aperfeiçoar a sua postura de *security-seeking state*, preconizada pelo realismo defensivo, que se tornou essencial para o sucesso das iniciativas chinesas no Pacífico Sul. De facto, tal postura cautelosa contribuiu para a rápida aproximação entre a China e os PICs e a concomitante amplificação do recente, mas importante, papel que a China desempenha na região.

Ligando às duas conclusões anteriores, a nossa terceira grande conclusão é a de que a prioridade da China consiste em modernizar o seu poder militar com vista a atingir a paridade tecnológica face aos EUA. Inspirada pela doutrina do estratega norte-americano Alfred Mahan, a China compreende, hoje, que um poder que descure a importância dos oceanos é um poder sem futuro. De igual modo, Pequim percebe que uma marinha mercante precisa de uma marinha de guerra que a proteja, bem como pontos de apoio ao longo da costa. Daí o esforço chinês em construir uma *blue water navy*, à semelhança dos EUA. Note-se que, enquanto reforça as capacidades defensivas na sua periferia imediata, a China tende a projetar o seu poder naval em mares mais distantes. É o caso do Pacífico Sul, região negligenciada

pelos *media* e pela geopolítica, com vista a aliviar o *containment* imposto pelos EUA nas suas águas regionais. No entanto, ao procurar uma maior influência no Pacífico Sul, a China contribui, direta ou indiretamente, para prolongar o dilema de segurança atualmente sentido na Ásia-Pacífico para a região.

No que diz respeito à nossa quarta conclusão, verificamos que a crescente relevância do Pacífico Sul no quadro do *containment* norte-americano à China se expressa, entre outros, pela tentativa chinesa de reforçar as relações com os PICs que abrange as esferas diplomática, económica e militar. No domínio diplomático, constatamos que a China possui clara vantagem sobre Taiwan, na medida em que, munida de uma diplomacia económica e humanitária, Pequim tem vindo a reduzir o número de PICs que ainda reconhecem Taiwan. Por sua vez, no que respeita à esfera económica, concluímos que a expansão da FRC para a região tem possibilitado o investimento na construção e/ou reabilitação de infraestruturas de dupla utilização (civil e militar) suscetíveis de se tornarem pontos de apoio às marinhas mercante e de guerra chinesas. Relativamente ao domínio militar, este conheceu em 2022 um marco importante no seu desenvolvimento, na medida em que Pequim, graças ao acordo de segurança assinado com as Ilhas Salomão, conseguiu garantir um acesso às águas do Pacífico Sul. Trata-se de uma jogada discreta que vai ao encontro dos postulados do realismo defensivo, mas que simultaneamente contribuiu para denegrir a imagem benigna que a China se esforçara, durante anos, para transmitir aos PICs.

Face ao exposto, a nossa quinta e última conclusão é a de que Pacífico Sul tende a proporcionar à PLAN uma maior experiência em águas distantes, nomeadamente através da otimização da Estratégia de Proteção dos Mares Distantes, materializando, assim, a construção da *blue water navy* chinesa. Por outro lado, a região tende a permitir à PLAN superar gradualmente as duas primeiras cadeias de ilhas - algo que tem servido para o exercício do *containment* norte-americano durante décadas - obrigando, assim, Washington a canalizar parte da sua atenção e das suas forças navais para outros pontos mais remotos do Pacífico. Deste modo, Pequim consegue aliviar o *containment* exercido nas suas águas imediatas, nomeadamente no Mar do Sul da China. Em suma, na geopolítica não há lugares remotos que não venham a ser preenchidos. Ora, no caso do Pacífico Sul, a região proporciona à China uma estratégia complementar e mais ativa, comparativamente a uma estratégia que tem sido sobretudo de natureza mais defensiva e passiva nas suas águas circundantes, podendo, também, revelar-se valioso para a resolução da questão de Taiwan. No caso de um conflito China-Taiwan, a relevância do Pacífico Sul está dependente da disponibilidade de os EUA em defenderem Taiwan. Se tal se concretizar, a região revela-se essencial para negar o acesso norte-americano à Formosa, por parte da PLAN, que colocaria em prática a Estratégia dos Mares Próximos e a Estratégia dos Mares Distantes para as quais tem vindo a treinar sob o comando de Xi Jinping.

No entanto, o acordo assinado entre a China e as Ilhas Salomão deve ser lido com prudência, já que apesar de ser um marco relevante para os objetivos da China no Pacífico Sul, ele preocupa, contudo, os Estados regionais que temem ser reduzidos a peões num jogo de geopolítica e segurança entre grandes potências. Por sua vez, o dito acordo estimulou os EUA a reativarem o seu interesse e presença no Pacífico Sul. Através da adoção de uma postura de *security-seeking state* similar à de Pequim, os EUA procuram estender o *containment* exercido nas águas próximas da China para esta região mais distante. Daqui resulta que a expansão da competição geopolítica sino-americana para o Pacífico Sul, acompanhada do descontentamento dos PICs relativamente à mesma, contribuem para o enraizamento gradual do dilema de segurança na região.

Aqui chegados, e apesar de o realismo defensivo nos ter encaminhado para uma análise menos positiva do panorama atual, constatamos que os efeitos impostos pelo dilema de segurança podem ser mitigados. Efetivamente, Xi Jinping e Joe Biden demonstram que não desejam um conflito total. Apesar de Pequim e de Washington já se encontrarem em confronto direto no domínio económico (guerra comercial), ambos os líderes reconhecem, como preconiza o realismo defensivo, que os efeitos de uma guerra entre dois Estados nucleares acarreta, na verdade, consequências graves não só para os intervenientes, como também para o resto do mundo.

No que concerne às adversidades com que esta investigação se deparou, sublinhemos três obstáculos. O mais preponderante foi, sem dúvida, a parca literatura académica sobre o Pacífico Sul. A par desta escassez, realcemos a visão excessivamente ocidentalizada da geopolítica da (e na) região. Por estas razões, tornou-se necessário colmatar as lacunas na literatura com recurso a mais fontes primárias.

O segundo obstáculo à investigação diz respeito à lente concetual adotada. Apesar de o realismo defensivo proporcionar um bom enquadramento e análise face à evolução do *containment* norte-americano da China, o quadro teórico revela-se, ainda assim, unidimensional, ao focar-se maioritariamente na componente bélica e nos fatores a esta associados, como a geografia e a geopolítica. Com vista a colmatar esta limitação, procurámos autores dentro do realismo defensivo que partilhassem da perceção da importância de outros domínios, como o económico, por exemplo, indo, assim, além do *mainstream*. Por outro lado, no que concerne ao terceiro obstáculo, acresce que o realismo defensivo, à semelhança de outros prismas das Relações Internacionais, espelha uma visão bastante ocidentalizada. Tendo em conta esta limitação, empenhámo-nos em oferecer uma visão de um país não-Occidental, neste caso a China, que procura, através do ponto de vista diplomático, económico e inclusive militar, forjar alianças com outros países, criando, assim, instituições alternativas às do Ocidente.

Para finalizar, consideramos pertinente referir uma avenida de investigação suscetível de complementar a presente investigação. Efetivamente, acreditamos que a literatura seria beneficiada pela realização de estudos de caso que se debruçassem sobre os PICs e a postura dos mesmos no quadro da competição sino-americana. Partilhamos do entendimento que dois estudos de caso seriam particularmente interessantes. Um deles sobre as Ilhas Salomão, um dos principais parceiros da China na região, e outro sobre a Papua-Nova Guiné, um Estado que tem sido recetivo de projetos financiados quer pela China, quer pelos EUA. Efetivamente, tal contribuiria para colmatar dois *gaps* preponderantes na literatura: alargar a exposição do Pacífico Sul, de forma que a comunidade académica ganhe um maior interesse pela região, e apresentar ao leitor a visão dos PICs que raramente é tida em conta.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias

- 7th Fleet Public Affairs. (2022). *7th Fleet Destroyer conducts Freedom of Navigation Operation in South China Sea*. Commander, U.S. 7th Fleet. 22 de julho. Disponível em: <https://www.c7f.navy.mil/Media/News/Display/Article/3091047/7th-fleet-destroyer-conducts-freedom-of-navigation-operation-in-south-china-sea/>. Acesso a 23 de maio, 2023;
- ABC News (Australian Broadcasting Corporation). (2022). *China-Pacific Island Countries Common Development Vision*. Disponível em: <https://www.documentcloud.org/documents/22037011-china-pacific-island-countries-common-development-vision>. Acesso a 16 de agosto, 2023;
- Academy of Military Sciences. (2013). *Science of Strategy*. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/CASI/Display/Article/2485204/plas-science-of-military-strategy-2013/>. Acesso a 13 de julho, 2023;
- Al Jazeera. (2022). Leviathan: China's new navy. *Al Jazeera*. 19 de junho. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2022/6/19/leviathan-chinas-new-navy>. Acesso a 23 de julho, 2023;
- Asian Infrastructure Investment Bank. (2023). *Members of the bank*. 8 de maio. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>. Acesso a 31 de agosto, 2023;
- BBC News. (2021). US and China trade angry words at high-level Alaska talks. *BBC News*. 19 de março. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-56452471>. Acesso a 30 de junho, 2023;
- BBC News. (2022). US approves \$1.1bn Taiwan arms sale, angering China. 2 de setembro. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-62775544>. Acesso a 22 de junho, 2023;
- BBC News. (2023a). Biden's Papua New Guinea no-show takes shine off US pact. 22 de maio. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-65667783>. Acesso a 26 de junho, 2023;
- BBC News. (2023b). Taiwan detects 42 warplanes in Chinese military drills. 19 de agosto. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-66553225>. Acesso a 22 de agosto, 2023;
- Blinken, A. (2022). *A Foreign Policy for the American People*. 13 de abril. Washington D.C, EUA. Disponível em: <https://www.state.gov/a-foreign-policy-for-the-american-people/>. Acesso a 11 de maio, 2023;

- Bloomberg. (2022). China suffers setback as Pacific nations spurn broad deal. *Bloomberg.com*. 30 de maio. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-05-30/china-aiming-for-greater-influence-with-pacific-islands-summit#xj4y7vzkg>. Acesso a 17 de agosto, 2023;
- CBS News. (2021). Top counterintelligence official Mike Orlando on foreign espionage threats facing U.S. - "Intelligence Matters.". 12 de maio. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/foreign-espionage-threats-u-s-intelligence-matters-podcast/>. Acesso a 17 de maio, 2023;
- China Daily. (2013a). *Chinese Dream includes strong PLA*. 8 de outubro. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/opinion/2013-10/08/content_17012886.htm. Acesso a 5 de julho, 2023;
- China Daily. (2013b). *"Chinese Dream" to shape global landscape: experts*. 7 de dezembro. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/2013-12/07/content_17159585.htm. Acesso a 5 de julho, 2023;
- China Daily. (2018). *Speech delivered by President Xi at the NPC closing meeting*. 22 de março. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/hkedition/2018-03/22/content_35894512.htm. Acesso a 27 de julho, 2023;
- CNBC. (2023). *How China's satellite navigation technology is challenging U.S. GPS* [Video]. 29 de julho. Disponível em: <https://www.cnbc.com/video/2023/07/29/chinas-satellite-navigation-technology-is-challenging-us-gps.html>. Acesso a 1 de setembro, 2023;
- CNN. (2017). President Donald Trump's pivot on Asia. 14 de fevereiro. Disponível em: <https://edition.cnn.com/videos/world/2017/02/14/trump-asia-whiplash-rivers-pkg.cnn>. Acesso a 27 de abril, 2023;
- CNN. (2018). Trump hits China with tariffs, heightening concerns of global trade war. 23 de março. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/03/22/politics/donald-trump-china-tariffs-trade-war/index.html>. Acesso a 4 de maio, 2023;
- CNN. (2021). Biden says 'America Is Back,' but 'America First' has haunted his first 100 days. 28 de abril. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2021/04/28/world/biden-100-days-foreign-policy-intl/index.html>. Acesso a 10 de maio, 2023.;
- CNN. (2023a). Biden's dramatic warning to China. 8 de janeiro. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/02/08/politics/china-biden-state-of-the-union/index.html>. Acesso a 11 de maio, 2023;

- CNN. (2023b). Biden administration approves potential sale of missiles for F-16s to Taiwan. 2 de março. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/03/01/politics/us-f16-missiles-taiwan/index.html>. Acesso a 22 de junho, 2023;
- CNN Portugal. (2023). Estes podem ser os melhores navios de guerra do mundo. E não são americanos. *CNN Portugal*. 6 de junho. Disponível em: [https://cnnportugal.iol.pt/guerra/navios-de-guerra/estes-podem-ser-os-melhores-navios-de-guerra-do-mundo-e-nao-sao-americanos/20230607/647f6ea2d34ea91b0aad4c4a#/.](https://cnnportugal.iol.pt/guerra/navios-de-guerra/estes-podem-ser-os-melhores-navios-de-guerra-do-mundo-e-nao-sao-americanos/20230607/647f6ea2d34ea91b0aad4c4a#/) Acesso a 7 de junho, 2023;
- Congressional Research Service. (2023). *China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities - Background and Issues for Congress* (Nº RL33153). Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL33153>. Acesso a 3 de agosto, 2023;
- Defense News. (2020). In challenging China's claims in the South China Sea, the US Navy is getting more assertive. 5 de fevereiro. Disponível em: <https://www.defensenews.com/naval/2020/02/05/in-challenging-chinas-claims-in-the-south-china-sea-the-us-navy-is-getting-more-assertive/>. Acesso a 26 de maio, 2023;
- Deutsche Welle. (2023). AUKUS pact: US says "door's very much open" for New Zealand. 27 de julho. Disponível em: <https://www.dw.com/en/aucus-pact-us-says-doors-very-much-open-for-new-zealand/a-66360432>. Acesso a 10 de agosto, 2023;
- Embassy of the PRC in the Republic of Indonesia. (2022). *Fact Sheet: Cooperation between China and Pacific Island countries*. 24 de maio. Disponível em: http://id.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/202205/t20220524_10691917.htm. Acesso a 18 de agosto, 2023;
- European Commission. (2020). *World military expenditure and weapons trade*. 18 de fevereiro. Disponível em: https://knowledge4policy.ec.europa.eu/foresight/topic/changing-security-paradigm/world-military-expenditure_en. Acesso a 9 de agosto, 2023;
- Forbes. (2020). To Thwart Invasion, Taiwan Points Powerful New Missiles At Chinese Bases. 26 de outubro. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/davidaxe/2020/10/26/to-thwart-invasion-taiwan-points-powerful-new-missiles-at-chinese-bases/?sh=252e5f5e47f6>. Acesso a 22 de junho, 2023;
- Fox News. (2023). China's Xi has ordered military to be ready for Taiwan invasion by 2027, CIA Director Burns says. 3 de fevereiro. Disponível em: <https://www.foxnews.com/world/china-xi-ordered-military-ready-taiwan-invasion-2027-cia-director-burns-says>. Acesso a 18 de Agosto, 2023

- France 24. (2022). Xi warns Biden not to 'play with fire' as two leaders agree to in-person meeting. 28 de julho. Disponível em: <https://www.france24.com/en/diplomacy/20220728-xi-warns-biden-not-to-play-with-fire-as-two-leaders-agree-to-in-person-meeting>. Acesso a 31 de julho, 2023;
- Islands Business. (2022a). China seeks security deals with Kiribati and Vanuatu. 23 de maio. Disponível em: <https://islandsbusiness.com/news-break/china-seeks-security-deals-with-kiribati-and-vanuatu/>. Acesso a 18 de agosto, 2023;
- Islands Business. (2022b). Exercise Cartwheel: Largest Pacific military exercise in decades. 23 de setembro. Disponível em: <https://islandsbusiness.com/news-break/exercise-cartwheel-largest-pacific-military-exercise-in-decades/>. Acesso a 20 de julho, 2023;
- Islands Business. (2022c). Solomons 'vilified' since recognising China: Sogavare. 26 de setembro. Disponível em: <https://islandsbusiness.com/news-break/solomons-vilified-since-recognising-china-sogavare/>. Acesso a 18 de agosto, 2023;
- Islands Business. (2023). Solomon Islands, Vanuatu consider forming militaries. 20 de julho. Disponível em: <https://islandsbusiness.com/news-break/solomon-islands-vanuatu-consider-forming-militaries/>. Acesso a 23 de agosto, 2023;
- Los Angeles Times. (2023). CIA says China has some doubt on ability to invade Taiwan - Los Angeles Times. *Los Angeles Times*. 28 de fevereiro. Disponível em: <https://www.latimes.com/world-nation/story/2023-02-27/china-doubts-ability-invade-taiwan-cia-burns-says>. Acesso a 18 de agosto, 2023;
- Lowy Institute. (2023). *Pacific Aid Map*. Lowy Institute Pacific Aid Map. Disponível em: <https://pacificaidthmap.lowyinstitute.org/>. Acesso a 17 de agosto, 2023;
- Military Watch Magazine. (2022). *China's Type 055 Destroyer Tests New Hypersonic Ballistic Missile Designed to 'One Shot Kill' Enemy Warships*. 21 de abril. Disponível em: <https://militarywatchmagazine.com/article/china-s-type-055-destroyer-tests-new-hypersonic-ballistic-missile-designed-to-one-shot-kill-enemy-warships>. Acesso a 4 de agosto, 2023;
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2015a). *Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*. 28 de março. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html. Acesso a 31 de agosto, 2023;
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2015b). *Remarks by H.E. Xi Jinping, President of the People's Republic of China at the Opening Ceremony of the Second World Internet Conference*. 16 de dezembro. Disponível em:

- https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201512/t20151224_678467.html. Acesso a 2 de dezembro, 2022;
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2021). *Wang Yi Meets with U.S. Deputy Secretary of State Wendy Sherman*. 26 de julho. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/bmdyzs_664814/xwlb_664816/202107/t20210727_9169402.html. Acesso a 30 de junho, 2023;
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2022a). *Statement by the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. 2 de agosto. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt_665385/2649_665393/202208/t20220802_10732293.html. Acesso a 10 de julho, 2023;
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2022b). *Never Seek Hegemony*. 26 de agosto. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/zggcddwjw100ggs/jszgdzdg/202208/t20220826_10754228.html. Acesso a 5 de julho, 2023;
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2022c). *China's Position Paper on Mutual Respect and Common Development with Pacific Island Countries*. 30 de maio. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/activities_663312/202205/t20220531_10694923.html. Acesso a 16 de agosto, 2023;
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2022d). *Foreign Ministry spokesperson Wang Wenbin's regular press conference on May 26, 2022*. 26 de maio. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2511_665403/202205/t20220526_10693124.html. Acesso a 16 de agosto, 2023.
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. (2023). *The Global Security Initiative Concept Paper*. 21 de fevereiro. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230221_11028348.html. Acesso a 12 de setembro, 2023;
- National Defense Magazine. (2020). *Trump Administration Unveils New 30-Year Shipbuilding Plan*. 10 de dezembro. Disponível em: <https://www.nationaldefensemagazine.org/articles/2020/12/10/trump-administration-unveils-new-30-year-shipbuilding-plan>. Acesso a 17 de maio, 2023;
- National People's Congress of the PRC. (2013). *Xi elected Chinese president, chairman of PRC Central Military Commission*. 14 de março. Disponível em:

- <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/c2818/201303/4f5f4f7b6d1546e89a222ff4464d18d3.shtml>. Acesso a 15 de novembro, 2022;
- Naval History and Heritage Command. (2017). *US Ship Force Levels*. 17 de novembro. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/research/histories/ship-histories/us-ship-force-levels.html#2000>. Acesso a 2 de maio, 2023;
- NTI. (2023). *Taiwan Submarine Capabilities*. 28 de fevereiro. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/taiwan-submarine-capabilities/>. Acesso a 22 de junho, 2023;
- Office of the Chief of Naval Operations. (2020). *Report to Congress on the Annual Long-Range Plan for Construction of Naval Vessels*. Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Dec/10/2002549918/-1/-1/1/SHIPBUILDING%20PLAN%20DEC%20NAVY%20OSD%20OMB%20FINAL.PDF>. Acesso a 17 de maio, 2023;
- Office of the Secretary of State. (2020). *The Elements of the China Challenge*. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/11/20-02832-Elements-of-China-Challenge-508.pdf>. Acesso a 2 de maio, 2023;
- Ratcliffe, J. (2020). China Is National Security Threat No. 1. *Wall Street Journal*. 3 de dezembro. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/china-is-national-security-threat-no-1-11607019599>. Acesso a 2 de maio, 2023;
- Reuters. (2017). Trump-backed Navy expansion would boost costs some \$400 billion over 30 years: study. 24 de abril. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-defense-navy-idUSKBN17Q295>. Acesso a 2 de maio, 2023;
- Reuters. (2020). U.S. approves \$620 million missile upgrade package for Taiwan. 10 de julho Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-taiwan-usa-defence-idUSKBN24B024>. Acesso a 17 de abril, 2023;
- Reuters. (2022). Pacific Islands defence ministers meet in Tonga to boost “interoperability.” 17 de outubro. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/pacific-islands-defence-ministers-meet-tonga-boost-interoperability-2022-10-17/>. Acesso a 8 de setembro, 2023;
- Rice, S. (2013). Susan E. Rice, “America’s Future in Asia,” November 20, 2013. US-China Institute. 23 de novembro. Disponível em: <https://china.usc.edu/susan-e-rice-americas-future-asia-november-20-2013>. Acesso a 27 de julho, 2023;

Statista. (2023). *U.S.-China trade deficit 2013-2022*. 8 de fevereiro. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/939402/us-china-trade-deficit/>. Acesso a 8 de maio, 2023;

SIPRI. (2023). *World military expenditure reaches new record high as European spending surges*. 24 de abril. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2023/world-military-expenditure-reaches-new-record-high-european-spending-surges>. Acesso a 9 de agosto, 2023;

SIPRI. (n.d.). *SIPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso a 28 de julho, 2023;

South China Morning Post. (2023a). China's 'two sessions' 2023: Xi Jinping directly accuses US of leading Western suppression of China. 7 de março. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3212627/chinas-two-sessions-2023-xi-jinping-directly-accuses-us-leading-western-suppression-china>. Acesso a 13 de abril, 2023;

South China Morning Post. (2023b). Antony Blinken says China seeks to be capable of invading Taiwan by 2027, stresses US arms sales. 24 de março. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/article/3214500/antony-blinken-says-china-will-be-capable-invading-taiwan-2027>. Acesso a 18 de agosto, 2023;

The Global Times. (2022). *Kiribati to ink 10 MOUs with China – a true, trusted friend to South Pacific countries: ambassador*. 27 de maio. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202205/1266706.shtml>. Acesso a 17 de agosto, 2023;

The Guardian. (2022). Xi Jinping tells China's army to focus on preparation for war. 10 de novembro. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/nov/09/xi-jinping-tells-chinas-army-to-focus-on-preparation-for-war>. Acesso a 25 de outubro, 2022;

The Guardian. (2023). Taiwan foreign minister warns of conflict with China in 2027. 21 de abril. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/apr/21/taiwan-foreign-minister-warns-of-conflict-with-china-in-2027>. Acesso a 18 de agosto, 2023;

The Statesman. (2018). *India, US, Japan, Australia hold 'Quad' meet; agree to promote free, open Indo-Pacific*. 15 de novembro Disponível em: <https://www.thestatesman.com/india/india-us-japan-australia-hold-quad-meet-agree-to-promote-free-open-indo-pacific-1502708493.html>. Acesso a 17 de maio, 2023;

The State Council Information Office of the PRC (2015). *China's Military Strategy (full text)*. The State Council, The People's Republic of China. 27 de maio. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm. Acesso a 17 de agosto, 2022;

- The State Council Information Office of the PRC. (2019). *China's national defense in the new era* (1^a ed.). 24 de julho. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso a 27 de julho, 2023;
- The Strategist. (2022). China's Real Ambitions in the South Pacific. *The Maritime Executive*. 17 de junho. Disponível em: <https://maritime-executive.com/editorials/china-s-real-ambitions-for-the-south-pacific>. Acesso a 24 de agosto, 2022;
- The Wall Street Journal. (2014a). Chinese Territorial Claims Driving Asia Closer to U.S. 30 de junho. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/chinese-territorial-claims-driving-asia-closer-to-u-s-1404113954>. Acesso a 22 de maio, 2023;
- The Wall Street Journal. (2014b). China Sees Itself at Center of New Asian Order. 9 de novembro. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/chinas-new-trade-routes-center-it-on-geopolitical-map-1415559290>. Acesso a 22 de novembro, 2022.;
- The Washington Post. (2022). China signs security deal with Solomon Islands, alarming neighbors. 20 de abril. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/04/20/solomon-islands-china-security-agreement/>. Acesso a 16 de agosto, 2022;
- The White House. (2021a). *FACT SHEET: Executive Order Addressing the Threat from Securities Investments that Finance Certain Companies of the People's Republic of China*. 3 de junho. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/03/fact-sheet-executive-order-addressing-the-threat-from-securities-investments-that-finance-certain-companies-of-the-peoples-republic-of-china/>. Acesso a 19 de maio, 2023;
- The White House. (2021b). *Remarks by President Biden Before the 76th Session of the United Nations General Assembly*. United Nations Headquarters, New York, United States of America. 21 de setembro. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/09/21/remarks-by-president-biden-before-the-76th-session-of-the-united-nations-general-assembly/>. Acesso a 7 de maio, 2023;
- The White House. (2022a). *Indo-Pacific Strategy of the United States*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>. Acesso a 6 de maio, 2023;
- The White House. (2022b). The Administration's Approach to the People's Republic of China - United States Department of State. In *United States Department of State*. 26 de maio. Disponível em:

- <https://www.state.gov/the-administrations-approach-to-the-peoples-republic-of-china/>. Acesso a 6 de junho, 2023;
- The White House. (2022c). *Declaration on U.S.-Pacific Partnership*. 29 de setembro. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/09/29/declaration-on-u-s-pacific-partnership/>. Acesso a 1 de maio, 2023;
- The World Bank. (n.d.). GDP growth (annual %). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2021>. Acesso a 4 de maio, 2023.;
- Trump, D. (2016). *Donald Trump's "America First" Foreign Policy Speech*. Discurso no Mayflower Hotel em Washington D.C., Estados Unidos da América. 29 de abril. Disponível em: <https://time.com/4309786/read-donald-trumps-america-first-foreign-policy-speech/>. Acesso a 12 de maio, 2023;
- U.S. Department of Defense. (2017). *Remarks by Secretary Mattis at Shangri-La Dialogue*. 3 de junho. Disponível em: <https://dod.defense.gov/News/Transcripts/Transcript-View/Article/1201780/remarks-by-secretary-mattis-at-shangri-la-dialogue/>. Acesso a 2 de maio, 2023;
- U.S. Department of Defense. (2018). *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2018*. Office of the Secretary of Defense. 16 de maio. Disponível em: https://www.academia.edu/42178987/CHINA_MILITARY_REPORT. Acesso a 24 de junho, 2023;
- U.S. Department of Defense. (2020a). *Qualifying Entities Prepared in Response to Section 1237 of the National Defense Authorization Act for Fiscal Year 1999 (PUBLIC LAW 105-261)*. 12 de junho. Disponível em: https://media.defense.gov/2020/Aug/28/2002486659/-1/-1/1/LINK_2_1237_TRANCHE_1_QUALIFYING_ENTITIES.PDF. Acesso a 19 de maio, 2023;
- U.S. Department of Defense. (2020b). *Qualifying Entities Prepared in Response to Section 1237 of the National Defense Authorization Act for Fiscal Year 1999 (PUBLIC LAW 105-261)*. 12 de junho. Disponível em: https://media.defense.gov/2020/Aug/28/2002486689/-1/-1/1/LINK_1_1237_TRANCHE-23_QUALIFYING_ENTITIES.PDF. Acesso a 19 de maio, 2023

- U.S. Department of Defense. (2022a). *Overview – FY 2023 Defense Budget*. 15 de abril. Disponível em: https://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/FY2023/FY2023_Budget_Request_Overview_Book.pdf. Acesso a 4 de maio, 2023;
- U.S. Department of Defense. (2022b). *Fact Sheet: 2022 National Defense Strategy*. Disponível em: <https://media.defense.gov/2022/Mar/28/2002964702/-1/-1/1/NDS-FACT-SHEET.PDF>. Acesso a 10 de maio, 2023;
- U.S. Department of State. (2023). *Signing of the U.S.-FSM Compact of Free Association-Related Agreements*. 23 de maio. Disponível em: <https://www.state.gov/signing-of-the-u-s-fsm-compact-of-free-association-related-agreements/>. Acesso a 9 de junho, 2023;
- Wang Yi. (2021). *Chinese FM calls on US to bring China policy back to reason*. The State Council Information Office of the People's Republic of China. 22 de fevereiro. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/chinavoices/2021-02/22/content_77235723.htm. Acesso a 30 de junho, 2023;
- Xi Jinping. (2017). *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*. 18 de outubro. Disponível em: http://en.npc.gov.cn.cdurl.cn/2021-12/24/c_693899.htm. Acesso a 22 de setembro, 2022;
- Xinhua. (2012). *Xi highlights national goal of rejuvenation*. China Daily. 30 de novembro. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/2012-11/30/content_15972687.htm. Acesso a 3 de fevereiro, 2023;
- Xinhua. (2015). *Xinhua Insight: China adopts new law on national security*. People's Daily Online. 1 de julho, 2015. Disponível em: <http://en.people.cn/n/2015/0701/c90000-8914113.html>. Acesso a 17 de setembro, 2022;
- Xinhua. (2016). *China military will firmly protect national sovereignty, maritime interests: spokesman*. 12 de julho. Disponível em: http://www.xinhuanet.com//english/2016-07/12/c_135507829.htm. Acesso a 8 de agosto, 2023;
- Xinhua. (2017). "Be ready to win wars," President Xi orders reshaped PLA. *The State's Council / The People's Republic of China*. 1 de agosto. Disponível em: http://english.www.gov.cn/news/top_news/2017/08/01/content_281475766226496.htm. Acesso a 26 de outubro, 2022
- Xinhua. (2022a). *China's vision for regional order offers new idea for safeguarding peace, stability in Asia-Pacific*. *Xinhua*. 13 de junho. Disponível em:

- <https://english.news.cn/20220613/7983bb9486d846a681c4884b559a41b8/c.html>. Acesso a 6 de outubro, 2022;
- Xinhua. (2022b). (CPC Congress) BRI already a popular international public good: spokesperson 15 de outubro. Disponível em: <https://english.news.cn/20221015/f5a3e969ffb5400a849780911cb5037f/c.html>. Acesso a 4 de dezembro, 2022;
- Xinhua. (2023a). *China's 2023 defense budget to rise by 7.2%, remaining single-digit for 8th year*. 6 de março. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/chinavoices/2023-03/06/content_85146919.htm. Acesso a 28 de junho, 2023;
- Xinhua. (2023b). *AUKUS nuclear submarine cooperation seriously jeopardizes peace, stability in Asia-Pacific: embassy*. Em *China Military*. 9 de abril. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/VOICES/OtherSources/16215441.html>. Acesso a 7 de agosto, 2023;

Fontes Secundárias

- Ahmed, A., Fayaz, S., & Khan, H. (2022). Threats And Challenges To China-Myanmar Energy Corridor (CMEC). *Journal of Positive School Psychology*, 6(8), 7994-8006. Disponível em: <https://journalppw.com/index.php/jpsp/article/view/11191>. Acesso a 28 de novembro, 2028;
- Anton, M. (2019). The Trump Doctrine. *Foreign Policy*. 6 de agosto. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/04/20/the-trump-doctrine-big-think-america-first-nationalism/>. Acesso a 1 de maio, 2023;
- Arežina, S. (2019). U.S.-China Relations Under the Trump Administration: Changes and Challenges. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 05(03), 289–315. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/s2377740019500210>. Acesso a 13 de fevereiro, 2023;
- Ashraf, J. (2017). String of Pearls and China's Emerging Strategic Culture. *Strategic Studies*, 37(4), 166–181. Disponível em: <https://doi.org/10.53532/ss.037.04.00204>. Acesso a 16 de outubro, 2022;
- Banerji, E. (2022). China and the Pacific Islands: A New Theatre of Great Power Competition. *Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses*. Disponível em: <https://www.idsa.in/system/files/issuebrief/Issue-Brief-Esha-Banerji-11-July-2022.pdf>. Acesso a 24 de agosto, 2023;
- Blanchette, J., & Medeiros, E. (2022). Xi Jinping's Third Term. *Survival*, 64(5), 61–90. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2022.2126179>. Acesso a 7 de outubro, 2022;
- Buzan, B. (2010). China in International Society: Is “Peaceful Rise” Possible? *The Chinese Journal of International Politics*, 3(1), 5–36. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/pop014>. Acesso a 25 de outubro, 2022;
- Chang J. (2021). *China's unmanned Underwater Vehicles in the Pacific Ocean: Threats and Solutions*. Institute for National Defense and Security Research-Defense Security Brief. 1 de julho. Disponível em: <https://indsr.org.tw/en/respublicationcon?uid=15&resid=44&pid=1502>. Acesso a 11 de setembro, 2023;
- Chang-Liao, N. C. (2016). China's New Foreign Policy under Xi Jinping. *Asian Security*, 12(2), 82–91. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14799855.2016.1183195>. Acesso a 29 de setembro, 2022;

- Chen, X. (2019). China, the United States and changing South Pacific regional order in the 2010s. In *China International Strategy Review* (pp. 330–343). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42533-019-00022-x>. Acesso a 24 de agosto, 2023;
- China Power. (2022). *How is China Modernizing its Navy?* ChinaPower. 20 de abril. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>. Acesso a 11 de julho, 2023;
- Costa, M. & Sharp, R. (2011). The Pacific Island Countries: Fiji, Papua New Guinea, Samoa, Solomon Islands, Vanuatu and Tuvalu. *Gender Responsive Budgeting in the Asia Pacific Region*, 1-19. Disponível em: <https://www.unisa.edu.au/siteassets/epi/epi-server-6-files/documents/eass/hri/gender-budgets/pic.pdf>. Acesso a 25 de agosto, 2022;
- Duarte, P. (2015). De Lisboa a Pequim: Portugal na Faixa e Rota chinesa. Instituto Internacional de Macau (IIM). Acesso a 10 de outubro, 2022;
- Duarte, P. (2016). O Pacífico Sul na Geoestratégia Naval Chinesa | The South Pacific in Chinese Naval Strategy. *Mural Internacional*, 6(2). Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rmi.2015.18289>. Acesso a 19 de junho, 2022;
- Duarte, P. (2017). *Pax Sínica* (1ª ed). Chiado Editora. Acesso a 28 de junho, 2022;
- Erickson, A., & Wuthnow, J. (2016). Barriers, Springboards and Benchmarks: China Conceptualizes the Pacific “Island Chains.” *The China Quarterly*, 225, 1–22. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s0305741016000011>. Acesso a 25 de agosto, 2022;
- Fanell, J. E. (2019). China’s Global Naval Strategy And Expanding Force Structure: Pathway to Hegemony. *Naval War College Review*, 72(1), 10–55. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26607110>. Acesso a 29 de julho, 2022;
- Ferdinand, P. (2016). Westward ho-the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Affairs*, 92(4), 941–957. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12660>. Acesso a 11 de outubro, 2022;
- Fraenkel, J., & Smith, G. (2022). The Solomons-China 2022 security deal: extraterritoriality and the perils of militarisation in the Pacific Islands. *Australian Journal of International Affairs*, 1–13. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10357718.2022.2085243>. Acesso a 19 de junho, 2022;
- Glaser, C. (1994/5) Realists as Optimists: Cooperation as Self-Help. *International Security* 19, 50–90. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636419608429278>. Acesso a 13 de fevereiro, 2023;

- Grossman, D. (2020). *America Is Betting Big on the Second Island Chain*. RAND. 8 de setembro. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/2020/09/america-is-betting-big-on-the-second-island-chain.html>. Acesso a 26 de junho, 2023
- Grossman, D. (2022). *China's Pacific push is backfiring*. RAND. 26 de julho. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/2022/07/chinas-pacific-push-is-backfiring.html>. Acesso a 24 de agosto, 2023;
- Goldstein, A. (2020). China's Grand Strategy under Xi Jinping: Reassurance, Reform, and Resistance. *International Security*, 45(1), 164–201. Disponível em: https://doi.org/10.1162/isec_a_00383. Acesso a 7 de outubro, 2022;
- Hussain, F. (2020). Geostrategic Imperatives of Gwadar Port for China. *The Korean Journal of International Studies*, 18(2), 145–167. Disponível em: <https://doi.org/10.14731/kjis.2020.08.18.2.145>. Acesso a 22 de novembro, 2022;
- Jervis, R. (1978). Cooperation under the Security Dilemma. *World Politics*, 30(2), 167–214. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2009958>. Acesso a 28 de julho, 2022;
- Jervis, R. (1985) From Balance to Concert: A Study of International Security Cooperation. *World Politics* 38, 58–79. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3365471/mod_resource/content/1/From%20balance%20to%20concert.pdf. Acesso a 28 de julho, 2022;
- Jervis, R. (1999). Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. *International Security*, 24(1), 42–63. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539347>. Acesso a 28 de julho, 2022
- Jong-Waha, L. (2021). *Is Pax Sinica Possible?* Project Syndicate. 11 de agosto. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/can-china-lead-the-world-by-lee-jong-waha-2021-07>. Acesso a 5 de julho, 2023;
- Kabutaulaka, T. (2023). Opinion: Geopolitical competition and Solomon Islands: navigating the middle ground. *Islands Business*. 25 de julho. Disponível em: <https://islandsbusiness.com/features/geopolitical-competition-and-solomon-islands/>. Acesso a 24 de agosto, 2023;
- Kaplan, R. (2010). The Geography of Chinese Power: How Far Can Beijing Reach on Land and at Sea? *Foreign Affairs*. 20 de julho. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2010-05-01/geography-chinese-power>. Acesso a 9 de junho, 2023;

- Kennedy, P. (1987). *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. Unwin Hyman Limited. Disponível em: <https://cheirif.files.wordpress.com/2015/08/paul-kennedy-the-rise-and-fall-of-the-great-powers-19891.pdf>. Acesso a 8 de maio, 2023;
- Kilcrease, E., & Frazer, M. (2023). *Sanctions by the Numbers: SDN, CMIC, and Entity List Designations on China*. Center for a New American Security. 2 de março. Disponível em: <https://www.cnas.org/publications/reports/sanctions-by-the-numbers-sdn-cmic-and-entity-list-designations-on-china>. Acesso a 19 de maio, 2023;
- Kim, D. (2022). The Biden Doctrine and China's response. *International Area Studies Review*, 26(2), 107–124. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/22338659221135838>. Acesso a 29 de abril, 2023;
- Kleven, A. (2015). Is China's Maritime Silk Road A Military Strategy? *The Diplomat*. 8 de dezembro. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/12/is-chinas-maritime-silk-road-a-military-strategy/>. Acesso a 17 de outubro, 2022;
- Kolmaš, M., & Kolmasova, S. (2019). A 'pivot' that never existed: America's Asian strategy under Obama and Trump. *Cambridge Review of International Affairs*, 32(1), 61–79. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557571.2018.1553936>. Acesso a 13 de fevereiro, 2023;
- Lam, W. (2015). *Chinese Politics in the Era of Xi Jinping: Renaissance, Reform, or Retrogression?* (1^a ed.). Routledge. Disponível em: https://www.academia.edu/31857722/Flyer_Chinese_Politics_in_the_Era_of_Xi_Jinping. Acesso a 26 de agosto, 2022;
- Lei, Y., & Sui, S. (2021). China-Pacific Island Countries Strategic Partnership: China's Strategy to Reshape the Regional Order. *East Asia*, 39(1), 81–96. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12140-021-09372-z>; Acesso a 24 de agosto, 2023;
- Lijphart, A. (1971). Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review*, 65(3), 682–693. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1955513>. Acesso a 26 de agosto, 2023;
- Lobell, S. (2010). Structural Realism/Offensive and Defensive Realism. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.304>. Acesso a 29 de julho, 2022;
- Mahan, A. (1890). *The Influence of Sea Power upon History*. University Press: John Wilson and Son, Cambridge, Disponível em:

- http://www.enabed2016.abedef.org/resources/download/1403180516_ARQUIVO_MahanInfluenceofSeaPowerUponHistory.pdf. Acesso a 18 de fevereiro, 2023;
- Martinson, R. D. (2019). China as an Atlantic Naval Power. *The RUSI Journal*, 164(7), 18–31. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03071847.2019.1700684>. Acesso a 29 de agosto, 2022;
- Mastro, O. S. (2014). Why Chinese Assertiveness is Here to Stay. *The Washington Quarterly*, 37(4), 151–170. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0163660x.2014.1002161>. Acesso a 2 de outubro, 2022;
- Mastro, O. S. (2016). The vulnerability of rising powers: The logic behind China's low military transparency. *Asian Security*, 12(2), 63–81. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14799855.2016.1157786>. Acesso a 26 de julho, 2023;
- Mastro, O. S. (2020). Military Confrontation in the South China Sea. *Council on Foreign Relations*. 20 de maio. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/military-confrontation-south-china-sea>. Acesso a 3 de maio, 2023.
- Mastro, O. S. (2021). Chinese Grand Strategy, em John Baylis, James J. Wirtz, Jeannie L. Johnson (eds). *Strategy in the Contemporary World*, 7th edition, Oxford University Press. Disponível em: https://www.academia.edu/49015223/Chinese_Grand_Strategy. Acesso a 2 de outubro, 2022;
- Mazuelos, J. A. (2022). The Chinese Dream of National Rejuvenation and Foreign Policy under Xi Jinping. *Agenda Internacional*, 29(40), 31–55. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/agenda.202201.002>. Acesso a 2 de setembro, 2022;
- Morlino, L. (2018). *Comparison: A Methodological Introduction for the Social Sciences*. Verlag Barbara Budrich. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvddzg6p>. Acesso a 14 de setembro, 2023;
- Mueller, K. et al. (2006). *Striking First: Preemptive and Preventive Attack in U.S. National Security Policy: Preemptive and Preventive Attack in U.S. National Security Policy*. Rand Corporation. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/monographs/MG403.html>. Acesso a 19 de junho, 2023;
- Nedopil, C. (2022). China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report H1 2022. Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, Shanghai. Disponível em: <https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-2022/>. Acesso a 16 de novembro, 2022;
- Pan, C., & Clarke, M. (2022). Narrating the South Pacific in and beyond great power politics. *East Asia*, 39(1), 1–11. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12140-021-09383-w>. Acesso a 16 de agosto, 2023;

- Rice, J., & Robb, E. (2021). *China Maritime Report No. 13: The Origins of "Near Seas Defense and Far Seas Protection"*. U.S. Naval War College Digital Commons. 19 de fevereiro. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/cmsi-maritime-reports/13/>. Acesso a 12 de maio, 2023;
- Ross, R. (2018). *The End of U.S. Naval Dominance in Asia*. Lawfare. 30 de janeiro. Disponível em: <https://www.lawfareblog.com/end-us-naval-dominance-asia>. Acesso a 3 de maio, 2023;
- Roy, D. (2019). Assertive China: Irredentism or Expansionism? *Survival*, 61(1), 51–74. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2019.1568044>. Acesso a 14 de dezembro, 2022;
- Rutkowska, P., & Adamczyk, M. (2018). China and Asia-Pacific Region in China's Military Strategy. *Toruńskie Studia Międzynarodowe*, 1(10), 83. Disponível em: <https://doi.org/10.12775/tsm.2017.007>. Acesso a 10 de julho, 2022;
- Schofield, C. (2010). *The Delimitation of Maritime Boundaries of the Pacific Island States*. Faculty of Law, Humanities and the Arts - Papers. 317. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/lhapapers/317/>. Acesso a 25 de agosto, 2022;
- Scobell, A. (2002). *China and Strategic Culture*. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. Disponível em: <https://press.armywarcollege.edu/monographs/822/>. Acesso a 13 de setembro, 2022;
- Smith, J. (2018). *China's Belt and Road Initiative: Strategic Implications and International Opposition*. The Heritage Foundation. 9 de agosto. Disponível em: <https://www.heritage.org/asia/report/chinas-belt-and-road-initiative-strategic-implications-and-international-opposition>. Acesso a 8 de maio, 2023;
- Solsman, R. (2021). *China Containment in East Asia: Preventative or Provocative?*. Liberty University. Disponível em: <https://digitalcommons.liberty.edu/honors/1131/>. Acesso a 13 de fevereiro, 2023;
- Sørensen, C. T. (2015). The Significance of Xi Jinping's "Chinese Dream" for Chinese Foreign Policy: From "Tao Guang Yang Hui" to "Fen Fa You Wei". *Journal of China and International Relations*, 3(1). Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/1146/967>. Acesso a 24 de outubro, 2022;
- Szadziewski, H. (2021). A Search for Coherence: The Belt and Road Initiative in the Pacific Islands. In *The China Alternative: Changing Regional Order in The Pacific Islands* (pp. 283–318). ANU Press. Disponível em: <https://doi.org/10.22459/ca.2021>. Acesso a 23 de agosto, 2023;
- Tian, N., & Su, F. (2021). A New Estimate of China's Military Expenditure. Em *SIPRI*. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2021->

- [01/2101_sipri_report_a_new_estimate_of_chinas_military_expenditure.pdf](#). Acesso a 20 de julho, 2023;
- Tomé, L. (2022). AUKUS: motivações, significados e controvérsias. *Camões - Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa*. 18 de julho. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/5538>. Acesso a 26 de julho, 2022;
- VornDick, W. (2018). China's Reach Has Grown; So Should the Island Chains. *Asia Maritime Transparency Initiative*. 22 de outubro. Disponível em: <https://amti.csis.org/chinas-reach-grown-island-chains/>. Acesso a 19 de junho, 2023;
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company. Disponível em: https://www.academia.edu/28686609/WALTZ_KENNETH_Theory_of_International_Politics. Acesso a 25 de julho, 2022;
- Waltz, K. (1988). The Origins of War in Neorealist Theory. *The Journal of Interdisciplinary History*, 18(4), 615-628. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/204817?seq=2#metadata_info_tab_contents. Acesso a 25 de julho, 2022;
- Waltz, K. (1990). Realist Thought And Neorealist Theory. *Journal of International Affairs*, 44(1), 21-37. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24357222?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso a 26 de julho, 2022;
- Wesley-Smith, T., & Finin, G. (2021). US-Pacific engagement and the Biden presidency: The limits of a China-Centred approach. *Journal of Pacific History*, 56(4), 437-458. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00223344.2021.1992268>. Acesso a 25 de agosto, 2023;
- Wesley-Smith, T., & Smith, G. (2021). Introduction: The Return of Great Power Competition. *The China Alternative: Changing Regional Order in the Pacific Islands*, 1-40. Disponível em: <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n7754/pdf/introduction.pdf>. Acesso a 28 de agosto, 2023;
- Xiao, X. (2016). *China in the Xi Jinping Era* (S. Tsang & H. Men, Eds. (1ª ed.)). Palgrave Macmillan. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-29549-7>. Acesso a 12 de julho, 2022;
- Yang, J. (2009). China in the South Pacific: hegemon on the horizon? *The Pacific Review*, 22(2), 139-158. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512740902815292>. Acesso a 19 de junho, 2022;
- Yang, J. (2011). *The Pacific Islands in China's Grand Strategy: Small States, Big Games*. Palgrave MacMillan. Disponível em:

- https://www.researchgate.net/publication/305205017_Pacific_Islands_in_China's_Grand_Strategy. Acesso a 24 de agosto, 2022;
- Yarmoshuk, K. I. (2022). New Instruments for China's Competition for Leadership in the South Pacific Region (The SPR). *International Journal of Innovative Technologies in Social Science*, 1(33). Disponível em: https://doi.org/10.31435/rsglobal_ijitss/30032022/7792. Acesso a 25 de agosto, 2023;
- Zeng, J. (2019). Narrating China's belt and road initiative. *Global Policy*, 10(2), 207–216. 12 de março. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12662>. Acesso a 12 de novembro, 2023;
- Zhang, J. (2015). China's Role in the Pacific Islands Region. *Regionalism, Security & Cooperation in Oceania*, 43–56. Asia-Pacific Center for Security Studies. Disponível em: <https://apcss.org/wp-content/uploads/2015/08/Regionalism-Security-Cooperation-Oceania.pdf>. Acesso a 16 de agosto, 2022;
- Zhang, D. (2021). Pacific Islands in China's security and future engagement. *Development Bulletin*, 82. Disponível em: https://pacificsecurity.net/wp-content/uploads/2021/10/DB82_Part7.pdf. Acesso a 25 de agosto, 2023;
- Zhao, T. (2020.). *China's Perceptions and Its Foreign Policy Approach*. Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy. Disponível em: https://cistp.gatech.edu/sites/default/files/programs/China%E2%80%99s%20Perceptions%20and%20Its%20Foreign%20Policy%20Approach_Zhao.pdf. Acesso a 26 de agosto, 2022;
- Zongyou, W., & Yunhan, Z. (2022). The Biden Administration's Indo-Pacific Strategy and China-U.S. Strategic Competition. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 07(02), 157–178. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/s2377740021500068>. Acesso a 15 de fevereiro, 2023.

Entrevistas

Entrevista 1

Entrevista escrita realizada a Maria Adele Carrai a 25 de maio de 2023, através de e-mail, pelas 15:34, hora portuguesa.

1. Are the goals of the Chinese dream achievable?

The Chinese dream is a broad and ambitious goal that encompasses a wide range of aspirations, including economic prosperity, social harmony, and national rejuvenation. It is a long-term goal that will take many years to achieve. It has been slowed down by the pandemic, and I am not sure is on track to reach it.

2. What sparked China's interest in the South Pacific islands?

China is interested in the South Pacific islands for a number of reasons. First, the islands are strategically located in the middle of the Pacific Ocean, and they give China access to important shipping lanes. Second, the islands are rich in natural resources, such as fish and minerals. Third, the islands have a small population, which means that China can exert a greater influence over them than it could over larger countries.

3. Is an expansion of the String of Pearls to the South Pacific possible?

It is possible that China will expand the String of Pearls to the South Pacific. The String of Pearls is a network of military bases and ports that China has been building in the Indian Ocean and the South China Sea. These bases give China a strategic advantage in these regions, and they could also be used to project power into the South Pacific. However China's expansion will be contained by Western powers, in particular US.

4. What implications does China's rejuvenation have for the US?

China's rejuvenation is a major challenge to the United States. The United States has been the dominant power in the Asia-Pacific region for decades, but China is now challenging that dominance. The United States will need to find ways to adapt to China's rise, or it could lose its influence in the region.

5. Are the US and China destined for war?

It is not inevitable that the United States and China will go to war. However, there are serious risks of conflict between the two countries, especially over Taiwan. The United States and China have different interests in the Asia-Pacific region, and they are competing for influence. If these tensions escalate, it could lead to war.

6. Which relevance does the South Pacific have in the Chinese response to the containment imposed by the US?

The South Pacific is strategically located in the middle of the Pacific Ocean, and it gives China access to important shipping lanes. The islands are also rich in natural resources, such as fish and minerals. China's interest in the South Pacific is part of its broader strategy to expand its influence in the Asia-Pacific region.

The United States has traditionally been the dominant power in the Asia-Pacific region, but China is now challenging that dominance. The United States has responded to China's rise by strengthening its military presence in the region and by forming alliances with countries like Japan and Australia.

The South Pacific is a potential flashpoint between China and the United States. China has been increasing its economic and military engagement in the region, and the United States has been concerned about China's growing influence. In 2022, China signed a security agreement with the Solomon Islands, which raised concerns in the United States and Australia.

The South Pacific is likely to remain a key area of competition between China and the United States in the years to come. The outcome of this competition will have a significant impact on the balance of power in the Asia-Pacific region.

Entrevista 2

Entrevista realizada via *Zoom* a Robert Sutter a 11 de julho de 2023, pelas 14:30.

1. How was the US foreign policy posture towards the South Pacific?

I've followed these issues for about 40 years, by looking at the Pacific Islands, while others didn't look at it and US policy often neglected this area. The People's Republic of China is a relatively newcomer in this area. As a government, they didn't pay much attention to these countries and it was, for many years, an area where Taiwan had the recognition of most of these governments.

This changed over the course of the decades. In the earlier times, China was basically preoccupied with the Soviet threat, so it didn't have the opportunity to devote attention and resources to this part of the world. That changed after the reforms in China, its economic expansion, and the demise of the Soviet Union, which gave them the opportunity to expand in these areas. In the 1990's, then in 2000, and in the first and second decades of the 21st century they've been quiet active in this area on the economic side and in competition with Taiwan. They've been very successful recently and Taiwan only has four countries in the region that still recognize it, whereas Beijing has relations with most of the governments in the region. That objective has been achieved.

Isolating Taiwan is an important driver for them. But the other drivers are economic, they look for resources, they look for areas of opportunity in expanding their influence and over the past couple of decades the security element and the international influence element of China's relations with the Pacific Islands seems to be high profile. In other words, they want to have more control over the countries that are relatively nearby China, and the control does not only involve economic levers of control. but also security levers and by levers I mean influence. But it is well recognized that most of these governments are very weak and often quiet corrupt. When they were competing with Taiwan for influence, it had to do with money, in many cases. Some governments would switch back and forth. Palau still recognizes Taiwan switched a couple of times. Kiribati has also switched several times back and forth. Taiwan no longer plays that game. But how would they do this? Through corruption. They would pay the money to the leaders, and they would change their recognition and China uses this kind of practices to have influence in the area. They've done this for a long time.

Today, they have more ambitions. In the last year or two, they had a big initiative which came abruptly. This was coincident with the foreign minister's meeting with the governments in the region that recognize China to bring them together in a regional group which involved a lot of different areas, which

include not just economics, but also development and security. This was seen with considerable concern by the United States and many others. The other side of this equation, China started doing this on their own and I don't know any other country that is really helping them. It is basically their own effort to have greater influence in the area in a way that would be competitive with those that have influence in the region. Who are they? Well, it is the United States, but the leader here is Australia and then New Zealand, which are very important in the Pacific Islands, more important in a way than the United States. The United States has the resources, the military power, but it has not been really active in the Pacific Islands. These have been the realm of Australia and New Zealand and Japan, which has a large presence in the area, as does France.

So, when the Chinese came with its big security initiative, mid 2022, after they secured a security agreement with the Solomon Islands, is a step that seemed alarming to the countries I mentioned: United States, Australia, New Zealand, Great Britain, France, and Japan. It looked like China was trying to take the lead in the regional grouping and to use it for its own ends. We're now in a period of acute competition between the United States and China. Bear in mind that the United States and China were not in competition before in this area. There was not much concern by the United States on what China was doing in this area for a long time. It wasn't a big deal. It became one, during the Trump Administration, as America shifted its policy from engagement to much more acute competition with China and it started paying more attention to the Pacific Islands. The initiative that China created with the Solomon Islands and the other countries in the Pacific Islands enhanced this effort. And when I look at the situation, I see what China has done in this area. Economically, they're very important and they engage in these corrupt practices, which are rampant and an effective way to deal with the governments: to just bribe them.

2. What can the South Pacific bring to the competition between China and the US for the control over the Pacific?

The factors that I see give the United States very much the upper hand here. They can apply their power and influence and they have these very important allies that will make it very difficult for China to make the advancements that it seems it wants to make. They won't stop China's economic growth in the region. That will probably continue. The idea that China can control these countries, now that all these countries have their guard up, this is gonna make it very difficult for China to make advancements in this area of the world for some time. The Solomon Islands may stay close to China, but others will be very careful because of the assistance. China does not give foreign aid, while other countries do give a lot of foreign

aid. These countries are enhancing their diplomatic presence, their aid presence, so I think the security role of the United States and Australia, and others in these countries is absolutely essential to most of them. So the Chinese will have a very hard time advancing in the short term, here.

So, at this point, I don't believe it is that important. I think that China is not going to make a lot of progress here. They've overplayed their hand and it led to a reaction. The US reaction was very strong, and the Allies are with the United States on this. We're at a point where South Korea and most notably Australia and New Zealand are working with the United States on the Pacific Islands.

- 3. You believe for now that China will not have a lot of success over that region. We are watching China grow at a very fast rate. Xi Jinping has said through the *Chinese Dream* that he wants to boost China's security, especially against foreign competitors. To what extent can the current modernization of Chinese armed forces, especially the Chinese navy, contribute to China's desire to establish its power beyond its territorial waters?**

That's what the Americans are watching for in this part of the world and in those countries. So the question is: Will one of these countries serve as a base for the Chinese military in this area? And that is something that could happen. But that country will face a great cost in the long term, and it will be very serious. So I'm not sure how lasting it would be. You could have a situation where a country could be prepared to do this and be isolated. I think the cost for this country would be quite serious if they decide to give a base to the Chinese military. I don't say it won't happen, but I don't think it would be very productive. It will make the others line up to the other side.

- 4. Do you believe that the *String of Pearls* will not extend to the Pacific?**

Not right away. It depends on the resolve of these other countries, but right now the US is very resolved to compete with China and the Australians and the New Zealanders. So I think this makes me sceptical on how much progress will be made by part of the Chinese. But that can all change. We could have unexpected developments that could change that, but right now the trend is moving in that direction of rivalry and with that I think this will be an element of the rivalry. China will be constrained. It won't have too many options. It will have to have a government that sees its interests well served by this kind of effort and, on the corruption side, the Chinese will be in the lead, but that may not be enough.

5. **You said that the tide of what is happening there can be changed only if something unexpected happens. What do you believe can be one of those surprises?**

All sorts of things could happen. Russia succeeding in Ukraine. With that, the West would be very preoccupied, and it would not want to get involved in a possible Pacific Islands dispute, for example.

6. **Do you believe that a Russian victory in Ukraine could push China to expand in the Pacific?**

Sure. China looks for weaknesses in the West. They talk about it all the time. Where they see weakness, they see the opportunity to expand. China certainly wants to do it. They want to have these positions in the *second island chain*, which will be very important.

7. **Can the South Pacific be a launching pad to protect territories closer to China, like the South China Sea and the Taiwan Strait?**

I say that yes. Sure. I think that is right and makes sense. That underlines China's ambitions in the region.

8. **Is the current deal with Solomon Islands a prototype for possible future deals with other countries?**

Sure, they will try that. I think now would be a very bad time to try it. It had success on this case because the other countries weren't paying attention. The other countries were not united, and they were not applying power.

9. **On one hand, this Chinese deal with the Solomon Islands tried to expand Chinese influence, but, on the other hand, it has united all the other countries to fight against China's rise in the South Pacific. Is that correct?**

Yes. It has united all the US allies that are very involved in this region. The countries of the Pacific have dealt individually with this issue, which can be influenced by private and corrupt measures in many cases. But I think the former factor of this united effort are US' efforts and profound influence in the region. The Chinese cannot compete with that.

10. What could China do to increase its power in the region, without having its intentions backfiring, like in the case of the Solomon Islands?

They do all sort of things. They're very active in all sorts of areas. Undermining and weakening the countries they see that oppose them. And they do it with the governments, with economics, and they do it on security. That's why the US is very concerned about China and the challenges coming from China, which are multifaceted, they're usually incremental, hidden, and under disguise. The record of China is totally at odds with what they do. That's their big problem. They can deny that they are doing bad things, but, if you look at the record of what they do, it is very bad from the point of view of countries that have an interest in keeping the existing order of the world. If you don't have an interest in that, even opposed to it, then you probably won't have big differences with China. But the countries that do have an interest in that are coming to see how dangerous all of this is. It is a complicated subject.

These challenges that come from China come in all sorts of ways. It is a party-state, very organized, there is nothing like it in the world. The government controls society, politics, the economy, the *media*, it controls all sorts of things. And it uses that in the direction it wants it to go. Your government can't do that, and my government can't do that. It just doesn't happen in our society. But they can do that, in all sorts of ways. Usually, not in a dramatic way, like Putin, they're very much less dramatic. It has been going on for 10 years and it is very dangerous.

11. Are China and the US destined for war?

No. Not at all. They don't want war. We're going to struggle. It is going to be a struggle and I predict it is going to last a long time. This area in the struggle is going to be pretty small. I don't think China is going to do much on the Pacific Islands, because they've got a struggle in all sorts of other areas now. It was easy to deal with, easy access, easy to manipulate, but now it is all hardening, and it is much tougher for them.

Entrevista 3

Entrevista realizada via *Zoom* a Luís Tomé a 14 de julho de 2023, pelas 18:00.

1. A China diz que é alvo de um cerco estratégico pelos EUA e pelos seus aliados há várias décadas. Fundamentam-se estes argumentos dados pela China de que é cercada pelos EUA desde o fim da 2ª Guerra Mundial?

Não é bem assim, porque há momentos diferentes. Quando a 2ª Guerra acabou, a China era aliada dos Estados Unidos. Os Estados Unidos ajudaram na vitória sobre o Japão, mas era a República Popular da China e, de facto, os Estados Unidos não apoiaram os nacionalistas na Guerra Civil e, portanto, os comunistas venceram. A partir de 1949 temos a divisão e como então sim, os Estados Unidos passaram a apoiar Taiwan, que era a única China que reconheciam, e formalizaram uma aliança com Taiwan, em 54. Temos durante algumas décadas, de facto, uma pressão de contenção da China e a China a tentar alguma coisa não só na Coreia do Norte, mas também na Indochina e alguma coisa em Taiwan. Há, de facto, um confronto entre as duas potências, embora a confrontação principal fosse com a União Soviética.

Mas depois a China muda de campo. Nós passamos a ter a partir dos finais dos anos 60, inícios dos anos 70, uma verdadeira articulação da China com os Estados Unidos na contenção da União Soviética. E no final da dupla Guerra Fria, pois quando acaba a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, também acaba a outra entre a República Popular da China e a União Soviética, é importante recordar isso. Então, sim, no imediato, por causa de Tiananmen, Pequim começa a dizer que o velho cerco soviético que acabou agora é substituído por uma nova tentativa de cerco e de *containment* anti-China por parte dos Estados Unidos. Portanto, mudaram de um *containment* antissoviético para um *containment* anti-China.

Mas isso faz parte da retórica chinesa e da lógica anti-hegemonismo e etc., porque, na verdade, nós assistimos depois a uma grande cooperação e articulação entre a China e os Estados Unidos. Foi pela mão dos Estados Unidos que a China entrou na APEC, em 91, com Taiwan, aliás, e, mais tarde, na Organização Mundial do Comércio. Portanto, não é verdade que tenha havido sempre confrontação, até há um período maior de cooperação e de articulação entre a China e os Estados Unidos.

Agora é claro. Com a ressurgência chinesa dos últimos anos, os Estados Unidos reagem, pois pressentem um opositor, um desafiador, como eles assumem, a todos os domínios de poder. Para além de pôr em causa a supremacia dos Estados Unidos, têm uma visão e uma postura diferente no Sistema

Internacional. Portanto, desse ponto de vista, hoje estamos numa clara competição geopolítica, geoeconômica, geoestratégica e tecnológica entre duas superpotências e isso envolve o globo inteiro, incluindo o Pacífico Sul. Mas, portanto, é preciso separar momentos, porque não é uma linha contínua. Isto tem fases mais agrestes, de competição, e tem fases menos agrestes. Agora, estamos numa fase de grande competição.

2. Acredita que, com a evolução que está a ter a todos os níveis, económico, social e, especialmente, militar, nomeadamente a marinha, a China tem capacidades para romper o *containment*?

O *containment* não é total. Nós não podemos raciocinar os mesmos termos de hoje utilizando concepções e visões ultrapassadas. Uma coisa é falar num *containment* ou num *neo-containment* dos Estados Unidos em relação à China. Mas não podemos colocá-lo nos termos em que existiu no período da verdadeira Guerra Fria. O mundo é completamente diferente, a China não é a União Soviética e, portanto, as questões colocam-se de uma forma diferente. A interdependência entre a China e os Estados Unidos (e os seus aliados) é muitíssimo mais acentuada do que era entre a União Soviética e os Estados Unidos (e os seus aliados).

Portanto, utilizando esse termo, mas de uma forma apropriada ao contexto atual, sim, os Estados Unidos têm promovido uma contenção da China em várias vertentes, em todas as regiões, mas é evidente que a China é um desafio muito diferente e, do meu ponto de vista, muito maior do que foi a União Soviética. A União Soviética era um desafio do ponto de vista estratégico, militar, acompanhado de um ponto de vista ideológico. A China é um desafio à supremacia dos Estados Unidos e à ordem liberal internacional em todos os domínios, crescentemente o militar, mas a base do desafio da ressurgência chinesa é económica e comercial, mas também cada vez mais tecnológica e diplomática. Portanto, a China tem verdadeira capacidade não só para pôr em causa a supremacia dos Estados Unidos e disputar a posição no topo da hierarquia do Sistema Internacional em todos os domínios, como para subverter a ordem mundial que hoje existe.

A ordem internacional está a fragmentar-se em duas: uma liberal, liderada pelo Ocidente, e uma outra com a China na liderança. Isso é visível no plano das instituições. Há muitas instituições de cariz comercial (bi e multilaterais) com a China e sem o Ocidente. A Organização de cooperação de Shanghai, o mecanismo BRICS, a *Belt and Road Initiative*, a *Global Development Initiative*, a *Global Security Initiative*

são alguns dos muitos exemplos fora da órbita do Ocidente. Claro que a China tem essa capacidade, mas, no caso específico do Pacífico Sul. Na maioria das regiões, nós temos que separar aquilo que é uma região de objeto de competição simultânea entre os EUA e a China das relações que ambos possuem com os Estados dessa mesma região. Por exemplo, no caso da China no Pacífico Sul, há diferenças significativas do relacionamento da China com a Austrália, com a Nova Zelândia e com os restantes países do Pacífico Sul, como as Fiji, Papua-Nova Guiné, Vanuatu e Ilhas Salomão. Isto para ser claro que, no tempo da Guerra Fria, era claro verificar os que pertenciam a cada lado e depois havia os que tentavam ser neutrais. Hoje, não é tão claro. Basta pensar que o maior parceiro comercial da China são os Estados Unidos e vice-versa.

3. Disse que a ordem mundial está a fragmentar-se em dois. Como consegue a China atrair aliados e parceiros para a sua órbita de influência, sem deixar cair a sua retórica de que não é hegemónica e que quer apenas contribuir para um futuro melhor?

É simples. A China tem sempre a mesma tónica de que não tem ambições nem hegemónicas, nem imperialistas, que tem uma abordagem desinteressada e que não toma partido nos conflitos. Para comprovar isso, a China tem feito uma grande campanha para se afirmar como pacificadora. No contexto da Guerra da Ucrânia, em abril do ano passado, Xi Jinping lançou a *Global Security Initiative*. No ano do reconhecimento das independências na região do Donbass pela Rússia, a China lança um documento a explicar a sua *Global Security Initiative*. No dia 24 de fevereiro de 2023, exatamente um ano após a invasão russa da Ucrânia, a China lança um documento explicativo sobre a posição da China no conflito. Além disso, quando Xi Jinping é eleito pela 3ª vez, a China apresenta ao mundo a normalização de relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irão, dois rivais regionais. Não podemos esquecer que a política dos Estados Unidos no Médio Oriente assenta em apoiar Israel e a Arábia Saudita.

Isto são apenas exemplos de como Pequim pretende demonstrar que a sua abordagem é diferente da dos Estados Unidos. A abordagem dos Estados Unidos é escolher lados, apoiar um contra o outro. A China não se intromete nos assuntos internos, não aplica sanções unilaterais, o que não implica que não aplique sanções em retaliação. Portanto, esta narrativa chinesa, acompanhada de investimentos chineses de grande envergadura é muito atrativa para bastantes países, que têm na China uma alternativa aos Estados Unidos e ao Ocidente. É por isso que vemos muitos países do Sul Global, inclusive o Pacífico Sul, que acompanham a postura da China em relação à Ucrânia: criticam sanções unilaterais, não condenam aberta e veemente a Rússia e continuam a ter relações com a mesma. A

questão para os Estados Unidos e para o Ocidente é que a abordagem da China, acompanhada de todo o poderio chinês, são um grande desafio, pois coloca em causa pressupostos da ordem liberal criada pelos Estados Unidos e pelo Ocidente. Não é só uma questão de poder crescente que a China tem, a abordagem que a China apresenta não tem custos para eles. Enquanto a dos Estados Unidos e a do Ocidente têm custos, nomeadamente na promoção da democracia e dos direitos humanos ou na ajuda ao desenvolvimento, visto que impõem condições, a China não impõe: não os obriga a fazer reformas, a respeitar as minorias, etc. Como não toma um lado, isso permite à China, algo praticamente impossível no Ocidente, ter ótimas relações quer com o Irão, quer com a Arábia Saudita, contrariamente à posição dos Estados Unidos. Desse ponto de vista, a forma como a China atua no quadro internacional é um desafio muito especial.

Dá para perceber também que, por exemplo, o apaziguamento das relações entre a Arábia Saudita e o Irão é uma forma da China conseguir melhorar o seu poder diplomático, que ainda se encontra em desvantagem, quando comparado com o dos Estados Unidos.

Já reparou que há cada vez mais dúvidas sobre as motivações geopolíticas que a China possa ter nos seus laços económicos e comerciais na Europa. Mas praticamente todos os países europeus têm apelado à China para levar Putin a negociar a paz com a Ucrânia. A Europa está a pedir à China para ter um papel mediador na paz na Europa. A Europa está a reconhecer o papel e a influência que a China tem.

- 4. Sim, a China tem vindo a ganhar grande poder e relevância em todas as áreas. Por isso queria perguntar-lhe como tem avaliado a postura das três administrações norte-americanas, desde a chegada de Xi Jinping ao poder, relativamente ao crescimento da China e a sua expansão para várias regiões, nomeadamente o Pacífico Sul?**

No caso de Xi Jinping, é simples, porque há uma linha coerente e uma continuidade histórica de Xi Jinping face aos seus antecessores. A questão é que a construção do socialismo com características chinesas na Era de Xi Jinping traz uma China muitíssimo mais afirmativa, mais confiante e mais assertiva. Isso resulta quer do poder nacional abrangente da China, que leva os dirigentes chineses, entre os quais Xi Jinping, a tornarem-se mais confiantes, e, ao mesmo tempo, têm a perceção de que a China está mais forte, como os Estados Unidos estão em declínio. Isto, somado com o perfil de Xi Jinping que não é o típico dirigente chinês, com aquela paciência de que as coisas podem ser feitas gradualmente e sem

pressa. Xi Jinping é muito confiante no poder chinês e no declínio dos Estados Unidos e é, por isso, um acelerador.

Por isso, a chegada de Xi Jinping traz uma China mais apressada em chegar ao topo da hierarquia mundial, em disputar uma série de áreas com os Estados Unidos, em reagir e confrontar seja quem for, a ser mais assertiva nas suas reivindicações e a recorrer ao uso da força. Quando vemos a China a recorrer à força contra soldados indianos em 2020, a estar permanentemente em exercícios no Estreito de Taiwan e no Mares do Sul e Oriental da China, Xi Jinping a abrir a primeira base no estrangeiro no Djibouti, em 2017, e a abertura de possíveis bases em outros locais, nomeadamente no Pacífico Sul verificamos uma postura mais assertiva por parte da China. Esta confluência de fatores, torna a China de Xi Jinping diferente.

No caso dos Estados Unidos, não. Vemos grandes mudanças de administração para administração, não havendo uma linha coerente. Obama é o primeiro presidente norte-americano que assume que a China pode ser um grande rival e assumiu como estratégia reforçar os laços com os parceiros da Ásia-Pacífico, através do TPP, Parceria Transpacífica. Deixou de fora a China, pois assim a China teria que se acomodar às novas regras definidas em conjunto entre os Estados Unidos e os parceiros do Pacífico. Porém, a seguir vem Donald Trump que é um anti-Obama. Donald Trump, na sua visão do mundo muito primária, assumiu como resposta simples à perda de impacto económico que os Estados Unidos tinham no mundo, e para melhorar a condição do trabalhador americano (*America First*), que o problema é a China. No fundo, Trump tinha a visão de que todos os parceiros dos Estados Unidos ganhavam à custa dos Estados Unidos e que estes perdiam, em especial com a China, visto que o défice comercial era muito grande. Primeiro, Trump cria uma guerra comercial, que depois amainou. Em 2020, estava a ser celebrado um acordo para pôr fim à guerra de tarifas sino-americanas, porque os custos para os americanos estavam a ser muito grandes. Só que veio a pandemia e Trump, que resolveu não dar ouvidos aos seus conselheiros, não lidou com a tragédia do número de mortos e de infetados, em ano de eleições nos Estados Unidos. Portanto, ele tenta usar o anti-China para justificar o fracasso da sua política e, portanto, escalou a retórica agressiva contra a China. Outra consequência de Trump, foi ter retirado os Estados Unidos do TPP.

Depois, vem Biden, que traz os Estados Unidos de volta para uma série de acordos internacionais e tenta reabilitar laços com os aliados e parceiros que Trump tinha desfeito. Para marcar a diferença em relação a Trump, percebeu que o único fator de política externa que une democratas e republicanos, numa sociedade polarizada, é o sentimento anti-China. Mas, como Trump tinha um grande apreço pelo

senhor Putin, Biden decidiu colar a China à Rússia e desencadeou uma narrativa de democracia contra autocracia. Biden traz esta retórica para promover a coesão da democracia entre os seus aliados e antagonizando a Rússia e a China.

Com a retirada desastrosa do Afeganistão em 2021, a percepção de Putin e de Xi Jinping é que Biden tem uma retórica agressiva, mas os Estados Unidos estão decrépitos, em declínio. Para Xi Jinping e Putin, isto são sinais perigosos. Aproveita e acha que a China está no momento de a China assumir definitivamente a liderança. Putin acha que não vão reagir e que é altura de fazer um ultimato, no final de 2021, e invade a Ucrânia em 2022. Biden consegue repor os laços com os parceiros e aliados, encabeçando o apoio à Ucrânia e as sanções à Rússia. Os Estados Unidos surgem inquestionavelmente a liderar o Ocidente.

No Pacífico Sul, a política de Biden diverge da de Trump. Apesar de Trump ter reabilitado o QUAD, manteve tensões económicas com aliados na região, como o Japão, Coreia do Sul e Austrália. O QUAD foi reabilitado na lógica anti-China. Tudo estava debaixo do *America First*: o interesse norte-americano, sobretudo o económico. Biden mantém o anti-China e a contenção e elevou o QUAD para cimeira de chefes de Estado de governo, pela primeira vez, alargando a sua agenda. O que Trump não fez ou desfez, Biden tenta recuperar. Biden recuperou os laços com os parceiros na região, tendo por base as parcerias e o diálogo bi e multilateral.

Do ponto de vista realista, ambas as administrações tomaram um rumo parecido. Apesar de Trump não ter cultivado alianças, por exemplo, vendeu armamento para Taiwan.

Isso fizeram todas as administrações. Todas têm vendido cada vez mais armamento a Taiwan por uma razão muito simples: para Taiwan ter a mínima capacidade de aguentar uma investida chinesa no início, até virem os Estados Unidos que têm mais capacidades.

Mas podemos dizer que estes temas já são mais discutidos publicamente e têm levado a profundas fricções nas relações entre ambos.

Sim. Eu acho que a questão de Taiwan é aquela que pode levar, de facto, à guerra direta entre um e outro.

[...]

5. Qual a relevância que o Pacífico Sul tem na atual competição sino-americana?

É importante, como qualquer região do mundo hoje. Mas repare, a política, a visão, os interesses e a estratégia dos Estados Unidos no Pacífico Sul não tem só que ver com a China e a competição. A sua abordagem e visão do Pacífico Sul também envolve as suas relações especiais com aliados-chave na região, a Austrália e a Nova Zelândia, que variam consoante as administrações e os governos nestes dois Estados. Depois, tem que ver com as relações dos Estados Unidos com os países do *Free Associated States* e os territórios americanos de Guam e das Ilhas Marianas do Norte. Depois, tem as ilhas do Pacífico Sul que são independentes. Portanto, não se pode pegar na região como se fosse homogênea.

Uma das áreas de convergência entre a China e os Estados Unidos é a das alterações climáticas, na qual o Pacífico Sul e as suas ilhas podem ser particularmente sensíveis aos impactos da mudança climática. Se a China e os Estados Unidos quiserem ter influência na região, terão que mostrar que estão verdadeiramente empenhados em combater as alterações climáticas. Outra área de convergência é a do desenvolvimento regional. Não interessa a estes países estarem metidos num jogo competitivo e a ser um juguete. Interessa-lhes serem beneficiados por um e por outro e desenvolverem-se a nível económico, social e tecnológico. Como o Pacífico Sul é uma área rica em recursos naturais, que interessam tanto à China, como aos Estados Unidos, estes podem convergir até um certo ponto para o desenvolvimento do Pacífico Sul e dos seus países independentes.

6. Relativamente à China, temos visto que tem vindo a desenvolver as suas forças armadas, em especial, a marinha e que anseia ter uma *blue water navy*. Acredita que o Pacífico Sul pode ser uma forma de a China conseguir monitorizar a marinha dos EUA e dos seus aliados e de manobrar as duas primeiras cadeias de ilhas?

Essa lógica das duas cadeias de ilhas é um objetivo estratégico chinês muito difícil de se concretizar, porque os americanos também não facilitarão. Também em relação à China, as relações são distintas. Com a Austrália degradam-se muito nos últimos anos. Mesmo assim, quase um terço do comércio externo da Austrália continua a ser com a China. Com a Nova Zelândia, em contrapartida, são bastante amigáveis, em vários domínios. Mas as relações com o conjunto das outras ilhas do Pacífico Sul são, genericamente, bastante boas. Tão boas, que um dos receios dos Estados Unidos e da Austrália é que a China possa ter facilidades, através do pretexto de investigação científica, em ter sensores para vigiar a armada e os submarinos dos Estados Unidos.

Outro receio é a possibilidade de a China vir a dispor de uma base militar naval no Pacífico Sul. Mais recentemente, falou-se das Ilhas Salomão que se encontram próximas da Austrália. Eu assumo que a China tem interesse em ter facilidades de dupla utilização e não ponho de lado a possibilidade de vir a ter uma base naval no Pacífico Sul. Por norma, chamamos aos Estados do Pacífico Sul como Estados com pouco território terrestre, mas são grandes Estados oceânicos. Como tal, uma potência naval crescente como a China e uma potência naval consagrada como os Estados Unidos, poderem dispor de porta-aviões inafundáveis, ou seja, bases nestas ilhas, tê-lo-ão.

7. Podemos dizer que os Estados Unidos reagiram tarde ou ainda vão a tempo de impedir a expansão da China no Pacífico Sul?

Ninguém tem uma resposta definitiva, só o tempo dirá. Será que os Estados Unidos ainda vão a tempo de conter o grande ressurgimento chinês? Por outro lado: a China não estará a ir depressa e longe demais, criando uma série de anticorpos?

Mas uma coisa é verdadeira. Durante bastante tempo, os Estados Unidos estiverem distraídos da ascensão da China. Algumas dessas distrações foram o Iraque e o Afeganistão. Depois começaram a despertar para o ressurgimento da China, mas de forma muito localizada: na Ásia Oriental. Só nos últimos quatro ou cinco anos é que os Estados Unidos perceberam que a China é um desafiador global, que coloca tudo em causa. Portanto, os Estados Unidos começaram a perceber que a influência da China se expandiu em todas as regiões, Pacífico Sul incluído, onde vários governos eram pró-China. Portanto, há uma reação em todas as áreas dos Estados Unidos a essa influência chinesa, não exclusiva no Pacífico Sul.

8. A Faixa e Rota da Seda e o Colar de Pérolas são duas estratégias que permitiram à China consolidar a sua posição na Ásia e no Oceano Índico. Acredita que o Colar de Pérolas poderá expandir-se para o Pacífico?

O Colar de Pérolas está localizado geograficamente entre o Sudeste Asiático, o Índico e o Médio Oriente, por isso o termo não se aplica a outras regiões. Mas se quiseres utilizar o mesmo termo, sim, pode acontecer. Basta ver as características geográficas do Pacífico Sul, composto por ilhas e arquipélagos, que, tendo em conta o passado recente, podem levar ao surgimento de um segundo Colar de Pérolas.

A *Belt and Road Initiative* é daqueles meios que a China utiliza para aumentar a sua influência, mas que tem na verdade objetivos geopolíticos e não só económicos e de desenvolvimento mútuo. No entanto, não é só a China que beneficia. Os países da região, de uma forma geral, sentem benefícios económicos, sociais, de desenvolvimento, turísticos... Como eu disse, a base da atração chinesa, da sua retórica, é económica e é atrativa para os países da região.

Em grande parte, vai ao encontro da retórica do bem comum do Sonho Chinês em criar uma sociedade em que todos saiam a ganhar.

Os Estados Unidos também vendem a mesma ideia. Se se puser na posição de um dirigente do Palau ou das Ilhas Salomão ou na Europa, África ou Sudeste Asiático, percebe que a retórica proveniente dos Estados Unidos e do Ocidente há décadas não se substancia num desenvolvimento ou então apenas se fizermos o que eles quiserem. A China não impõe essas condições. Chega, empresta dinheiro e/ou cria as infraestruturas. Os países sentem mais o efeito.

Em certa parte, como não impõem nenhuns requerimentos, foi o porquê de o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas ter tido o sucesso que teve quando foi criado, que atraiu vários aliados dos Estados Unidos na Europa.

Apesar das críticas e chamadas de atenção dos Estados Unidos. Mas estes dirigentes vêm no imediato as consequências da intervenção chinesa, contribuindo para o poder de atração chinês. Seja como for, a nova Rota da Seda, em particular a marítima, o BAII, o Fundo Rota da Seda, entre outros, permite ver resultados na cooperação com a China e eles esperam também ver resultados na cooperação com os Estados Unidos. Os Estados Unidos andam ansiosos por mostrar-lhes que beneficiam da cooperação com os Estados Unidos. Agora, conseguem os Estados Unidos mostrarem a mesma coisa que a China mostra? E terem envergadura financeira e vontade política para o fazerem? Muitas vezes o que estes países fazem, para escaparem à competição e não sofrerem com a mesma, põem-se numa lógica de leilão: queremos cooperar com todos, nomeadamente com estes dois gigantes. Quem dá mais? Querem apenas ver os benefícios para si mesmos e não participar na atual competição sino-americana.

O crescimento económico reflete-se no crescimento das forças armadas e da tecnologia, nomeadamente através da Rota da Seda Digital que tem proporcionado um crescimento tecnológico.

O programa que levou ao salto tecnológico da China foi o *Made in China 2025*, no qual foram realizados grandes investimentos nos setores tecnológicos (quântica, robótica, etc.) A Rota da Seda Digital veio expandir o mercado para as empresas tecnológicas da China. Mas a Rota da Seda Digital é a expressão

daquilo que a China consegue e quer fazer. Aliás, hoje a dimensão em que há maior competição China-Estados Unidos é na dimensão tecnológica, porque, como sabemos, a dimensão tecnológica tem um enorme impacto económico, mas também militar.

Sim, se repararmos, Biden disse que abandonaria certas políticas que Trump tinha adotado em relação à China, mas, relativamente à guerra comercial, seguiu o mesmo caminho e até acrescentou mais empresas às suas listas negras. Os EUA sabem as consequências que a tecnologia pode ter no desenvolvimento militar.

Isso é o argumento do realismo e é verdadeiro. Mas nos últimos anos, o comércio bilateral entre a China e os Estados Unidos aumentou sempre. Não se esqueça que Biden tem uma situação interna política instável. Ele não pode mostrar fraqueza interna e externamente na relação com a China. Ele tem que cultivar uma certa lógica de antagonismo, de competição e há coisas que ele não pode dismantelar. Mas uma coisa é a retórica e outra é a realidade. O facto é que o comércio bilateral aumentou consecutivamente nestes três anos. Os Estados Unidos são o maior parceiro comercial da China e vice-versa. No ano passado, as importações vindas da China atingiu o máximo de sempre. Com as tarifas impostas, a China reagiu e tornou mais difícil a venda para os Estados Unidos de dois minerais essenciais para as indústrias tecnológica e militar (caças F-35) americanas. Por isso, a Secretária do Tesouro dos Estados Unidos, quando foi à China, explicou aos chineses que os regulamentos que fizemos não foram para visar as empresas chinesas. Espero que essas licenças não sejam para visar as empresas americanas. É importante ver o outro lado da guerra comercial. 59:54

Apesar da guerra comercial, no domínio tecnológico, ambos sabem que, um sem o outro, não conseguem evoluir como desejariam.

A palavra de ordem da administração Biden, que os chineses começaram já a seguir, é competir com responsabilidade, cooperando onde seja preciso cooperar. Para a China, interessa vender certas coisas, como para os Estados Unidos comprar e vice-versa. Há limites para a guerra comercial, há limites para a competição. Esperamos que isto se mantenha, pois o risco de confronto sobre Taiwan é o mais perigoso. Porque Taiwan se tornou no mais perigoso? Hoje, a China está mais poderosa militarmente e está convencida, segundo os últimos relatórios chineses, de que pode vencer um confronto militar com os Estados Unidos sobre Taiwan, motivando, assim, os chineses. Ainda por cima, Xi Jinping afirmou publicamente várias vezes que a questão de Taiwan é para ser resolvida no tempo dele, não a deixando para os seguintes dirigentes. Revela uma questão sobre a urgência do tempo: Xi Jinping terá de resolver isto de uma maneira ou outra, enquanto for dirigente, de forma a ficar na História como quem alcançou

a unidade da China com Taiwan. Biden, que afirmou, já em contexto de guerra na Ucrânia, que os Estados Unidos não tinham nada que ir para a Ucrânia, um Estado soberano e com lugar nas Nações Unidas. Sobre Taiwan, que nem é reconhecido como um Estado, Biden afirmou que, se a China avançar, os Estados Unidos vão agir militarmente, de forma a dissuadir a China.

Em janeiro de 2024, vai haver eleições em Taiwan. Se ganharem os independentistas, a CIA publicou um relatório a afirmar que a China vai atacar militarmente em 2027. 2027 porquê? Xi Jinping é dado a símbolos. 2027 é o centenário da criação do Exército de Libertação Popular. Teoricamente, para a China, os Estados Unidos e Taiwan, nós estamos num momento de *countdown*. Isto cria muita pressão, vemos exercícios e ameaças, mas efetivamente a prepararem-se para a eventualidade de deflagrar um conflito. Também ninguém tem a certeza, se a China atacar em 2027, o Presidente norte-americano e o Congresso vão aprovar o uso da força contra a China, arriscando numa guerra total, arriscando a vida de milhões de norte-americanos para salvar uma ilha de 23 milhões que nem um Estado soberano é.

9. Será que os Estados Unidos veem a queda de Taiwan como o fim da sua hegemonia no Pacífico?

Sim, se a China controlar Taiwan fica com uma frente oceânica aberta, de projeção naval tremenda, com a agravante de que pode fazer ruir a credibilidade dos Estados Unidos e das suas garantias. Os seus aliados vão ficar sempre a suspeitar que, no final de contas, os Estados Unidos são fortes com os pequenos, mas com os fortes não. Esse é o drama. O Presidente na altura terá uma decisão a tomar: ou arrisca uma guerra total com a China, podendo colocar em causa milhões de cidadãos americanos para proteger uma ilha que não é soberana, ou não faz essa reação, mas arrisca em colocar em causa a sua própria credibilidade no seu sistema de alianças, iniciando-se o fim da hegemonia dos Estados Unidos.

10. Agora que falou de 2027, se a China conseguisse assegurar algumas bases no Pacífico Sul, poderia ser um conforto para um possível cenário de invasão de Taiwan?

Claro, é evidente. Como para os Estados Unidos são as bases espalhadas pelo Pacífico. Os Estados Unidos aperceberam-se que tinham demasiados meios em Guam e que, no caso de conflito com a China, a China tinha capacidades para desfazer muito do que os Estados Unidos tinham em Guam. Agora, os Estados Unidos estão a retirar as suas unidades navais e aéreas de Guam e a dispersá-las porque, assim, a China tem que atacar em várias direções. Esse foi o erro que os americanos cometeram em Pearl

Harbor, pois os japoneses só tiveram que atacar um local onde estava tudo concentrado. As capacidades navais, de satélite, dos mísseis chineses são bastante evoluídas. Não nos podemos esquecer que os chineses têm mísseis capazes de atingir todo o território americano e mísseis nucleares. Uma guerra total é um risco que os Estados Unidos podem ter que incorrer. Mas a China também. Atacando Taiwan, podem confrontar-se numa guerra total com os Estados Unidos.

Entrevistei o Professor Robert Sutter e, relativamente ao Pacífico Sul, tem uma visão diferente. Diz que a China não conseguirá fazer muito porque os Estados Unidos e os seus aliados conseguiram criar uma união que poderá travar a expansão chinesa no Pacífico. O Professor Sutter afirma que, economicamente, poderá já ser tarde, mas que a nível, por exemplo, de bases militares poderão ir a tempo.

Por isso é que falo nos aliados tradicionais. Os Estados Unidos, em conjunto com as suas bases espalhadas pelo Pacífico e os seus maiores aliados no Pacífico Sul, a Austrália e a Nova Zelândia, têm vantagem no plano militar estratégico. Mas a China hoje tem uma cooperação no domínio da segurança e da defesa com alguns dos países da região que antes não tinha. Portanto, do ponto de vista económico, não sabemos se os Estados Unidos ainda vão a tempo de travar a influência chinesa. Mas no plano da segurança e da defesa, os Estados Unidos têm uma grande vantagem neste momento. A questão é que a China hoje tem algumas relações e facilidades que não tinha antes. E é provável que daqui a alguns anos tenha mais do que tem neste momento. Mas ter mais uma ou duas bases não é comparável com o dispositivo que os Estados Unidos possuem.

O confronto militar nunca se travará no Pacífico Sul. Será no Estreito de Taiwan e nos Mares da China. Aí, a China tem uma grande vantagem geográfica, já que a capacidade de projetar poder para áreas próximas de si é muito maior que a sua capacidade de projetar para o Pacífico Sul. O confronto que a China fará é defender as suas posições no Mar do Sul da China, no Mar da China Oriental, junto a Taiwan, através do lançamento de mísseis para impedir a ajuda americana. É por isso que, na estratégia de política de defesa da China, está no princípio de defesa ativa, a negação de acesso a áreas. Mas a negação do acesso a áreas a quem? Aos Estados Unidos. Quando eles dizem que a resolução de conflitos militares com características chinesas é estar capaz de fazer e vencer guerras locais, em condições que envolvam as mais difíceis circunstâncias, toda a gente sabe que está a pensar em Taiwan. A estratégia e os meios que estão a desenvolver de acesso e negação de área tem em vista os Estados Unidos. Pretendem ter capacidade de cercar Taiwan e impedir o acesso norte-americano ao teatro de operações. Por isso, os Estados Unidos estão a dotar Taiwan de equipamentos suficientes para suste

um ataque chinês e dar tempo para que os americanos vão em seu auxílio, furando o tal bloqueio chinês. Depois da mudança de governo nas Filipinas, os Estados Unidos passaram a ter capacidades militares em nove bases no país, não contando com as que já existem no Japão e na Coreia do Sul.

11. Fundamenta-se dizermos que estamos perante um dilema de segurança e uma corrida ao armamento na região?

Sim, isso já há muito tempo. Atualmente não é só Estados Unidos-China. Índia, Paquistão, Japão, Coreia do Sul, Indonésia, Vietname. Hoje, a preços constantes, a região gasta quatro vezes mais do que gastava antes de acabar a Guerra Fria. Não só porque têm maior capacidade financeira, mas porque não confiam uns nos outros. Há obviamente uma corrida ao armamento, não é uma novidade.

A região tem todos os fatores de conflitualidade. Não há nenhuma outra região com tantos fatores de instabilidade, de insegurança e conflitualidade: desde a proliferação de armas nucleares, rivalidades históricas, disputas territoriais e de soberania, terrorismo, pirataria marítima, Estados frágeis e falhados. Tem alguns *hot spots* muito perigosos: Caxemira, Mar do Sul da China, Taiwan, Península Coreana. Por isso, muitos dizem que o século XXI vai ser como foi o século XX na Europa: o centro das grandes guerras mundiais. A verdade é que, desde o fim da Guerra Fria, tivemos várias guerras quentes na Europa. Temos de novo uma guerra na Europa, com consequências globais, mas não temos na região da Ásia-Pacífico. Desde o fim da Guerra Fria, não houve nenhuma guerra na Ásia-Pacífico. Há vários conflitos latentes, mas apesar de tudo eles têm conseguido arranjar uma maneira de manter a estabilidade e a paz. Portanto, isso é significativo. Não quer dizer que o consigam fazer sempre.

12. Acredita que, se eles deixarem de conseguir preservar a paz, poderá surgir um conflito desastroso?

Claro. Basta começar uma guerra entre a Índia e o Paquistão, desastroso. Entre a China e a Índia, China e Taiwan, na Península Coreana gravíssimo, Japão e Rússia, tudo grave. Portanto, qualquer um destes focos, se começar, pode tornar-se em algo muitíssimo grave.

13. O início de um poderá despoletar outros?

Como estão ligados. Se forem grandes potência envolvidas, isto tem um efeito de arrastamento catastrófico. Por isso é que é preciso um grande poder de contenção.

Poderia ser uma Primeira Guerra Mundial no século XXI.

Muitos dizem que o que existiu na Europa, que foi o centro da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais e da Guerra Fria, é o que vai acontecer no Pacífico. O problema é que, se começar uma guerra entre grandes potências, os efeitos serão catastróficos. A situação é débil, mas, apesar de tantos focos de rastilho, têm mantido a paz.

14. Tendo em conta isso tudo, acredita que a China e os Estados Unidos estão destinados à guerra?

Não. De todo. Acho isso um disparate. Pode acontecer? Pode. Mas, em relações internacionais, quando a pergunta é feita com pode, só podemos dizer que sim. Pode haver uma guerra total entre os Estados Unidos e a China? Pode. Pode haver um conflito limitado? Pode. Pode ser por causa de Taiwan? Provavelmente é. Pode não haver guerra? Pode. Por isso, não diria que estão inevitavelmente destinados a entrar em guerra. Depende de muitas decisões, de muitos acasos, de muitas dinâmicas. Pode iniciar-se um conflito por um incidente ou um acidente. Como nenhum quer recuar ou pedir desculpa, pode flagrar numa coisa maior.

15. Disse que a assertividade da China poderia estar ligada à criação de anticorpos às intenções chinesas. Acredita que é isso que pode estar a acontecer na parte do desenvolvimento militar?

Eu não diria no desenvolvimento militar, mas a postura confrontacional da China leva-a a fazer coisas que antes não fazia. Ao ser uma China mais poderosa, provoca naturalmente reações adversas contra si. A China assinou o acordo CAI (*Comprehensive Agreement on Investment*) a 30 de dezembro de 2020 com a União Europeia. A China fez uma série de concessões à União Europeia e fechou-se o acordo, que aparentemente era muito vantajoso para a União Europeia. O que aconteceu é que, desde a Praça de Tiananmen, a União Europeia aplicou pela primeira vez sanções a quatro dirigentes chineses no Xinjiang, por causa da violação dos direitos humanos. Uma coisa mínima, são quatro dirigentes do Xinjiang. Pequim reagiu impondo sanções a organizações europeias e até a eurodeputados. Qual foi a contrassanção? O Parlamento Europeu votou a suspensão da ratificação do acordo.

Por vezes, a pressa chinesa em afirmar-se e em ter uma postura mais assertiva leva a efeitos contraproducentes. Este processo faz crescer na Europa uma ideia de que a China afinal não é o tal panda benigno. É um dragão ameaçador que nos sanciona. Hoje, a perceção que muitos líderes no mundo têm da China já não é a mesma que era há 10 ou 15 anos.

Isso foi algo que referi com o Professor Robert. O último acordo com as Ilhas Salomão fez com que outros Estados do Pacífico Sul aderissem à recém-criada parceria entre os Estados Unidos e o Pacífico Sul. Tudo o que a China queria transmitir, nomeadamente as suas intenções benignas, falhou.

Quando uma potência tem muito poder, os outros tornam-se mais atentos e apreensivos. Com esta posição assertiva, os seus adversários também começam a tomar a mesma postura, em reação. É um efeito normal, não diria que é surpreendente. A questão é saber que implicações isto tem. Todos os atores adaptam-se às mudanças no Sistema. Tudo isto é dinâmico e mutável.

Figuras

Figura 1

The Islands of the Pacific

The Pacific islands are scattered across a stretch of ocean twice the size of the United States, with a combined landmass roughly equivalent to that of that of Spain. The western subregion of Micronesia is the keystone to the second island chain — a line critical to U.S. strategy to maintain dominance in the Pacific.

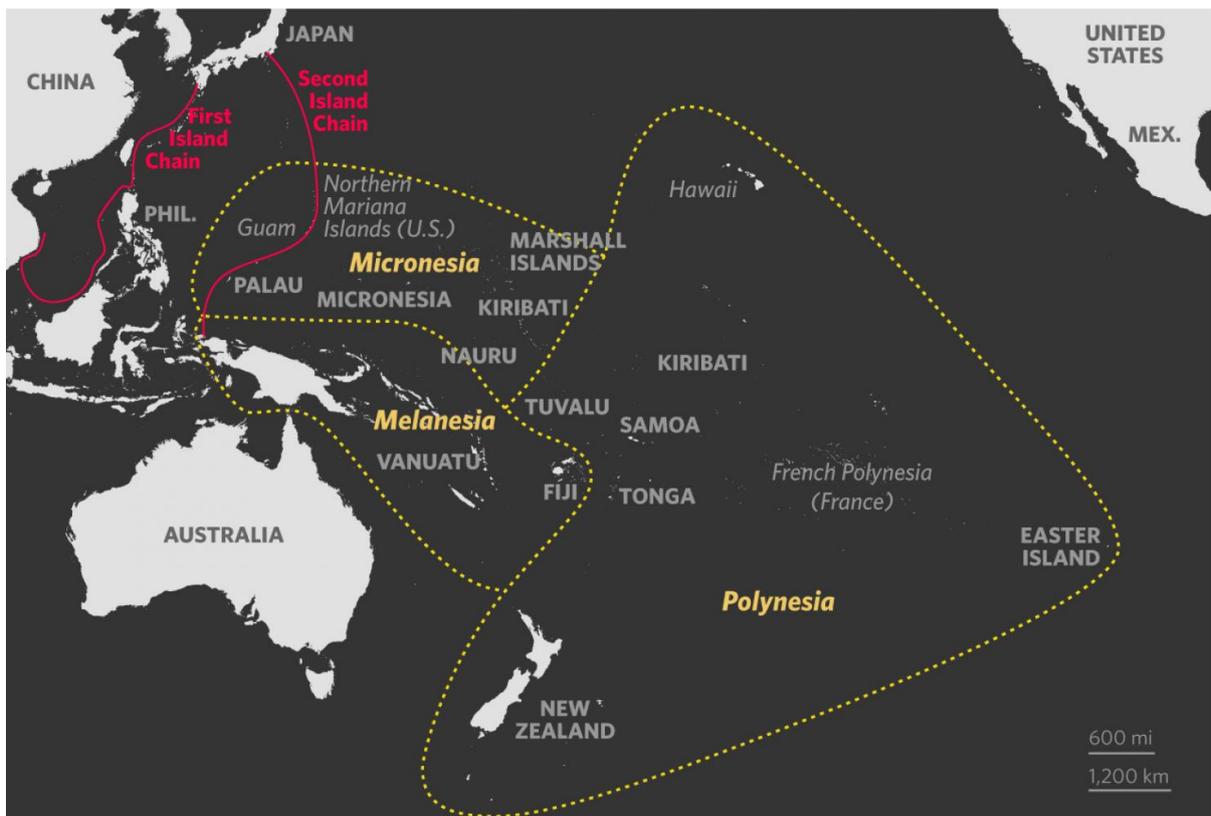


Figura 1 - A geografia das Ilhas do Pacífico e a sua inserção nas cadeias de ilhas

Fonte: <https://worldview.stratfor.com/article/pacific-islands-emerge-next-theater-great-power-competition>;

Figura 2



Figura 2 - As duas rotas iniciais da FRC

Fonte: <https://niice.org.np/archives/8127>.

Figura 3

AIIB founding members

China has approved 57 countries to become founding members of the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

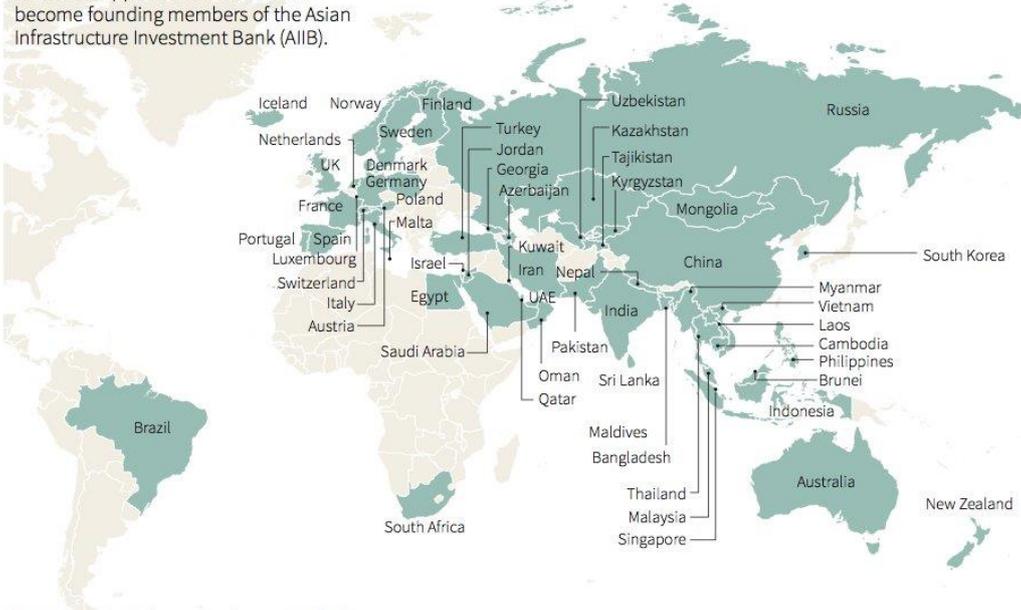


Figura 3 - Membros fundadores do BAI

Fonte: <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/how-will-the-new-asian-infrastructure-investment-bank-boost-development/>;

Figura 4

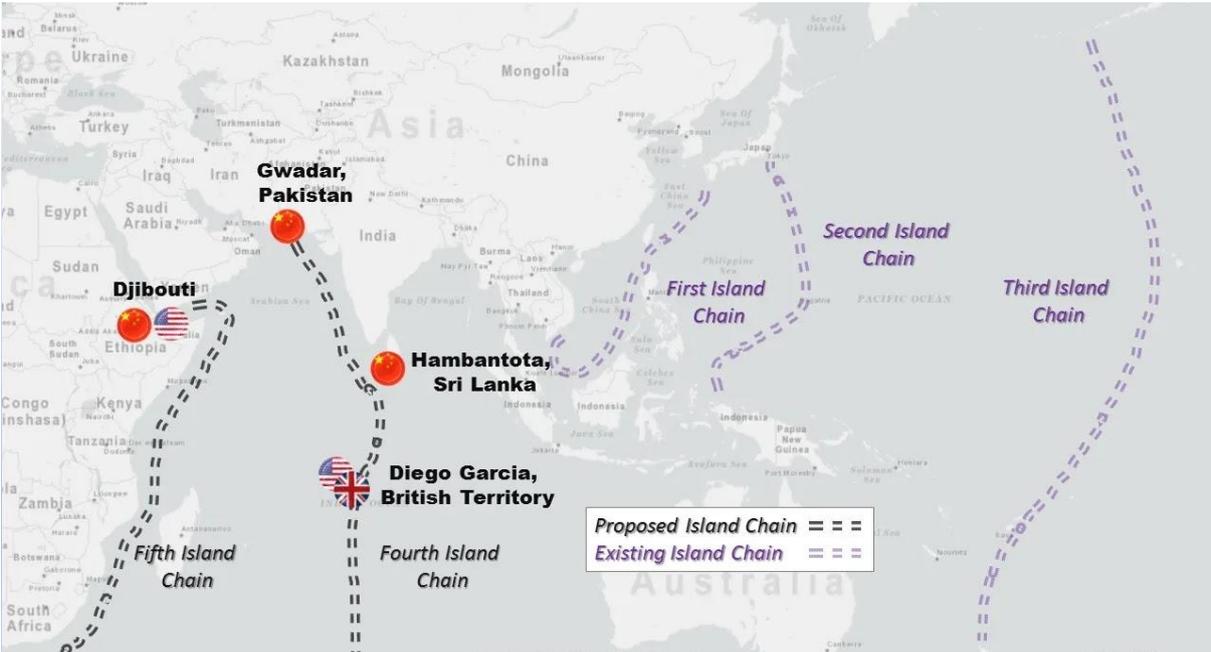


Figura 4 - A concepção de novas cadeias de ilhas

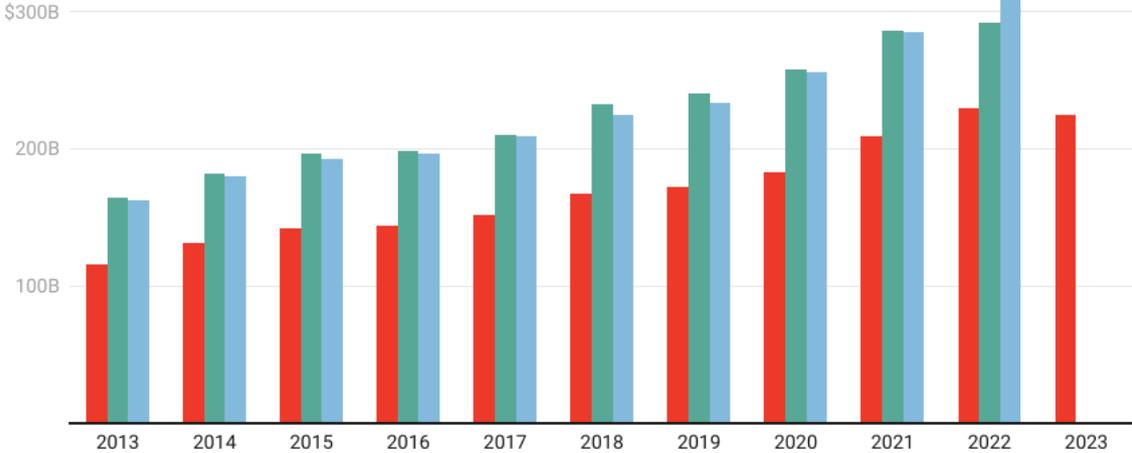
Fonte: <https://amti.csis.org/chinas-reach-grown-island-chains/>;

Figura 5

Estimates of Chinese Defense Spending

Billions of current US\$

Official Chinese Defense Budget SIPRI Estimate IISS Estimate



Note: The decline in 2023 is due to exchange rate effects. Spending in RMB increased by 7.2 percent.

Figura 5 - Valor dos sucessivos Orçamentos para a Defesa chineses desde 2013

Fonte: <https://chinapower.csis.org/military-spending/>;

Figura 6

Naval Fleet Size: China v. United States

Includes surface and submarine vessels

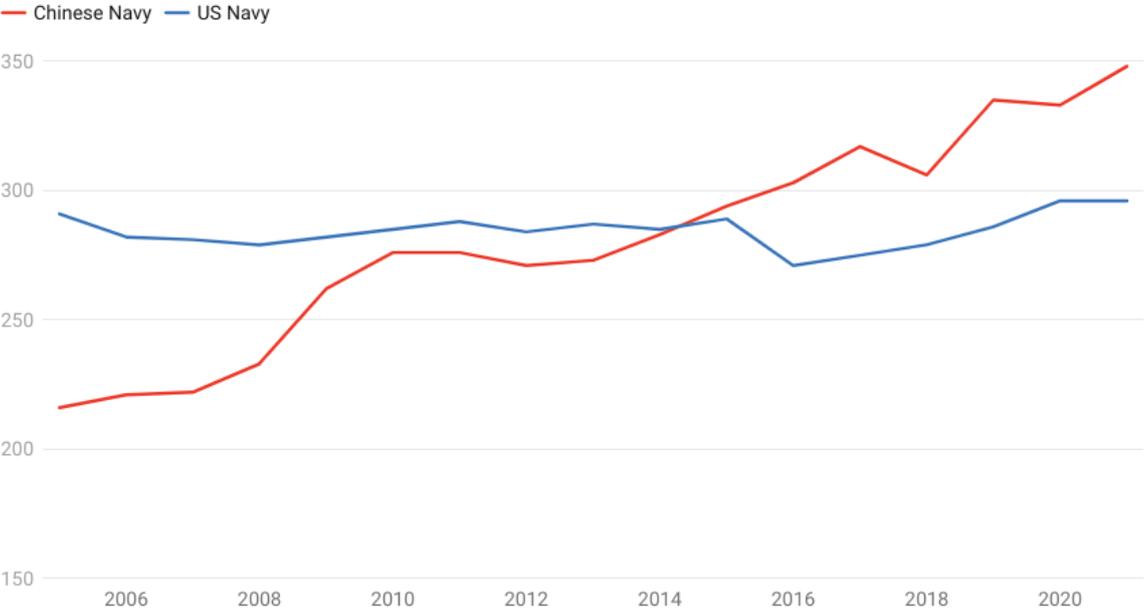


Figura 6 - Comparação entre os tamanhos das marinhas de guerra chinesa e norte-americana

Fonte: <https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>;

Figura 7



Figura 7 - O tipo e a quantidade de submarinos das maiores marinhas de guerra a nível mundial

Fonte: <https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>;

Figura 8

Frigates



Corvettes



Helicopter Carriers and Amphibious Ships



Aircraft Carriers



Cruisers



Destroyers



Figura 8 - O tipo e a quantidade de embarcações de superfície das maiores marinhas de guerra a nível mundial

Fonte: <https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>;

Figura 9

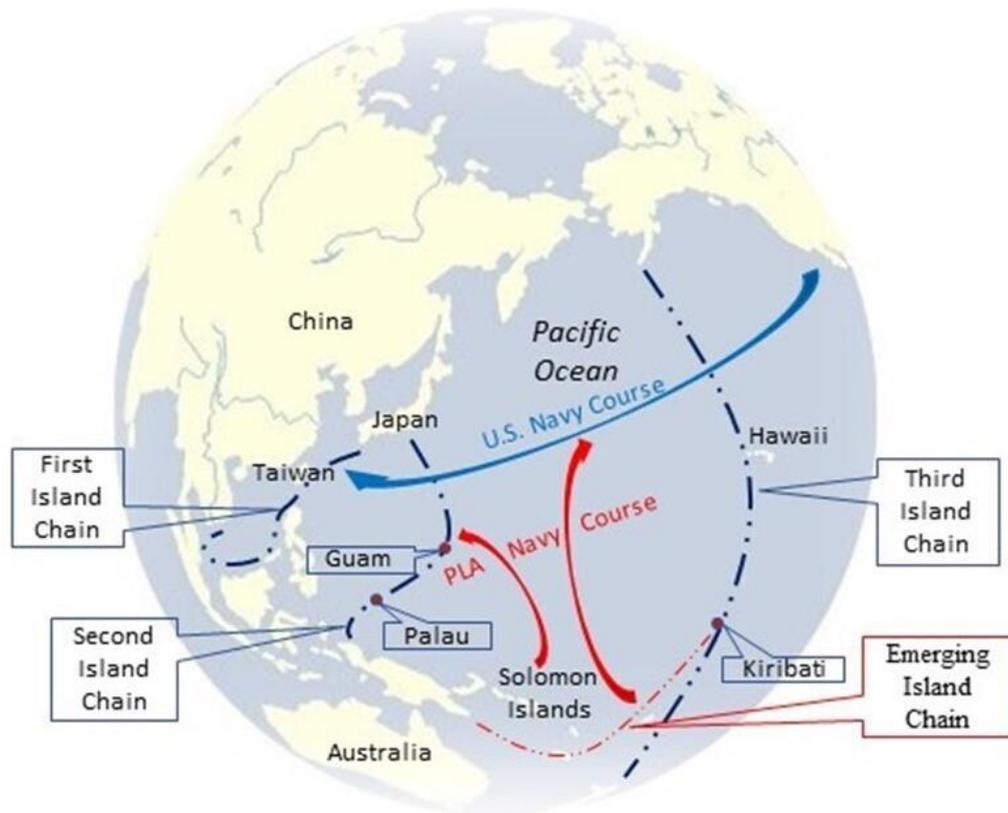


Figura 9 - Relevância do acesso às águas do Pacífico Sul

Fonte: <https://indsr.org.tw/en/respublicationcon?uid=15&resid=44&pid=1502;>